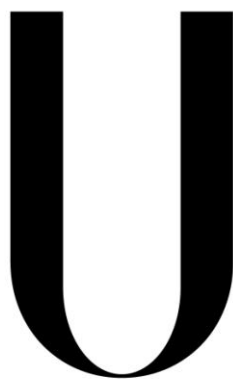


UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA



Sufferings in Africa: um relato de naufrágio, cativo e resgate

Sobre Tradução e Literatura de Viagens Tradicional

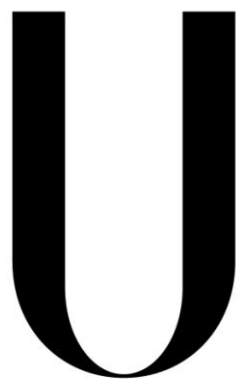
Marcos Cravinho

MESTRADO EM TRADUÇÃO

2014

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA



Sufferings in Africa: um relato de naufrágio, cativo e resgate

Sobre Tradução e Literatura de Viagens Tradicional

TRABALHO DE PROJETO DE MESTRADO EM TRADUÇÃO

SOB A ORIENTAÇÃO DE: PROFESSORA DOUTORA TERESA SERUYA

E PROFESSORA DOUTORA TERESA CASAL

2014

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço imenso aos meus pais, sem os quais a criação deste trabalho não seria sequer possível, bem como à minha família, em particular as minhas irmãs. Um grande abraço ardente a toda a gente!

Agradeço, também, às minhas orientadoras, à Senhora Professora Doutora Teresa Seruya e à Senhora Professora Doutora Teresa Casal, por todo o seu tempo e disponibilidade, assim como pelas suas correções, sugestões e, sobretudo, pelo seu encaminhamento no rumo correto, sem as quais o desenvolvimento deste Trabalho de Projeto não seria de todo exequível.

Não posso deixar de agradecer o seu apoio e encorajamento em tempos mais conturbados durante a escrita deste trabalho.

A quem esteve sempre a meu lado, desejo um grande obrigado!

Resumo

O presente Trabalho de Projeto, submetido no âmbito do Mestrado em Tradução, tem como propósito apresentar uma tradução parcial, com base numa análise textual, da narrativa do marinheiro norte-americano James Riley, denominada *Sufferings in Africa*, um relato de naufrágio, cativo e resgate publicado em 1817, nos Estados Unidos da América (E.U.A.) e na Europa.

Além, disso, levar-se-á a cabo uma pesquisa sobre a obra e biografia, o contexto histórico-cultural e o género textual em que o relato se insere, ao que se segue uma descrição da metodologia usada para levar a cabo a tradução do texto de partida (TP).

Efetivamente subdividir-se-á em três capítulos e considerações finais, juntamente com a bibliografia, sendo que o texto de chegada (TC), juntamente com um glossário de terminologia náutica, e o TP serão apresentados em anexo.

O primeiro capítulo será composto por uma exposição dos dados biográficos do autor e do contexto histórico-cultural, bem como uma descrição do TP, seguindo-se uma breve análise do subgénero literário em que o mesmo se insere, i.e. a Literatura de Viagens Tradicional, juntamente com um levantamento de exemplos de traduções deste tipo textual para português europeu.

No segundo capítulo, levar-se-á a cabo uma exposição dos princípios teóricos e metodológicos que serviram de base e orientaram o processo tradutório, nomeadamente: o denominado Funcionalismo em Tradução e o modelo de análise textual relevante para fins tradutórios da académica Christiane Nord.

Por sua vez, o terceiro capítulo consistirá num tratamento de problemas de tradução, de acordo com a hierarquia proposta por Nord, a saber: problemas culturais (ou de convenção), pragmáticos, linguísticos e específicos do TP. Refletir-se-á, também, de forma breve, sobre as opções e estratégias de tradução usadas que foram usadas para solucionar os respetivos problemas.

Por fim, apresentar-se-ão as considerações finais, que se focarão na importância da análise textual do TP, bem como nos fatores envolvidos em tal operação, no âmbito do processo tradutório.

Palavras-chave: James Riley, Literatura de Viagens, Funcionalismo, Análise Textual, Christiane Nord.

Abstract

The following Work Project, submitted to an M.A. in Translation, presents a partial translation, based on a textual analysis, of a narrative by the North American mariner James Riley, namely *Sufferings in Africa*, an account of shipwreck, captivity and redemption, published in 1817, in the United States of America (U.S.A.) and Europe.

Besides that, it presents a research about the book, the author's biography, its cultural and historical context, and the textual genre to which the text belongs, followed by a description of the methodology which was used to perform the translation of the present Work Project.

In fact, it is subdivided into three chapters, along with some final considerations and the bibliography, and the target text (TT), including a glossary of nautical terms, as well as the source text (ST), are attached.

The first chapter characterizes the text and its cultural, historical and literary contexts. To that effect, it opens with the author's biographical data and the cultural-historic context, followed by a description of the ST, and a study of the text's literary subgenre, that is Traditional Travel Literature, concluding with a survey of translation examples of this textual subgenre in to European Portuguese.

The second chapter presents the theoretical-methodological principles which directed the translation process, namely: the so called Functionalism in Translation and Christiane Nord's model of textual analysis for translation purposes.

In its turn, the third chapter provides a survey of translation problems, according to the hierarchy proposed by Nord, that is: cultural (or convention), pragmatic, linguistic and ST specific problems. There is also a reflection upon translation options and strategies which were used to solve such problems.

Finally, there will be a presentation of some final considerations, in the final considerations, focusing on the importance of a textual analysis of the ST, as well as the factors involved in such operation, during the translation process.

Key Words: James Riley, Travel Literature, Functionalism, Textual Analysis, Christiane Nord.

Índice

Agradecimentos	i
Resumo	ii
<i>Abstract</i>	iii
Índice	iv

Introdução	1
-------------------------	---

Capítulo I: Enquadramento do autor, obra e tradução

1.1. James Riley: dados biográficos e contexto histórico-cultural	4
1.2. <i>Uma Narrativa Autêntica</i> : descrição do texto de partida (TP)	12
1.3. Literatura de Viagens Tradicional: definição e traduções do subgénero	18

Capítulo II: Princípios teórico-metodológicos do processo tradutório

2.1. Estudos de Tradução e o Funcionalismo: uma breve perspetiva	27
2.2. Modelo de análise textual relevante para fins tradutórios	29

Capítulo III: Análise textual (TP) e tratamento de problemas de tradução

3.1. Fatores extratextuais e intratextuais	59
3.2. Problemas de tradução	67
3.2.1. Problemas culturais (ou de convenção)	68
3.2.2. Problemas pragmáticos	74
3.2.3. Problemas linguísticos	78
3.2.4. Problemas específicos do TP	82

Considerações finais	86
-----------------------------------	----

Bibliografia	88
---------------------------	----

Anexo I: Texto de Chegada (TC) (*Sofrimentos em África...* 2014)

(incluindo um Glossário de Terminologia Náutica)

Anexo II: Texto de Partida (TP) (*Sufferings in Africa...* 1817)

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma tradução parcial, baseada na análise textual, da narrativa do marinheiro norte-americano James Riley, um relato de naufrágio, cativo e resgate publicado nos E.U.A. em 1817, com o seguinte título: *An authentic narrative of the loss of the American brig Commerce, wrecked on the western coast of Africa, in the month of August, 1815. With an account of the sufferings of her surviving officers and crew, who were enslaved by the wandering Arabs on the great African desert, or Zahahrah; and observations historical, geographical, &c. Made during the travels of the author, while a slave to the Arabs, and in the Empire of Morocco. By James Riley, late master and supercargo. Preceded by a brief sketch of the author's life; and concluded by a description of the famous city of Tombuctoo, on the river Niger, and of another large city, far south of it, on the same river, called Wassanah; narrated to the author at Mogadore by Sidi Hamet, the Arabian merchant. With an Arabic and English vocabulary. Illustrated and embellished with ten handsome copperplate engravings.* Uma vez que o título original é demasiado extenso, o texto viria a ter um título mais curto, nomeadamente: *Sufferings in Africa*.

A Narrativa de Riley, como será referida aqui, alcançaria uma visibilidade internacional, chegando ao público europeu por meio de edições publicadas em Londres, Inglaterra (J. Murray, 1817), em Paris, França (Le Normant, 1818), e em Dordrecht, Holanda (Blusse en Van Braam, 1818 – 19). Ao longo do tempo, foram surgindo novas edições nos Estados Unidos, havendo ainda outras mais recentes nos séculos que se seguiram até à atualidade (King 2004: 317 – 319).

No que diz respeito à receção produtiva, destaca-se aqui uma reescrita contemporânea do autor norte-americano Dean King, intitulada *Skeletons on the Zahara: A True Story of Survival* (2004), uma vez que inclui dados biográficos de Riley e uma análise dos aspetos histórico-culturais da sua narrativa. Na realidade, esta obra baseia-se, também, na narrativa do marinheiro Archibald Robbins, outro dos tripulantes do *Commerce* que viria a ser resgatado e publicaria, em 1818, a sua própria experiência, sendo que King une os dois relatos em primeira mão (King 2004: x). Existe, inclusive, uma tradução para português do Brasil, intitulada *Esqueletos no Saara: um relato verídico de sobrevivência* (2005), traduzida por Ana Maria Mandim e Sérgio Nunes de Caldas, e publicada pela editora brasileira Companhia das Letras. Para efeitos deste trabalho, porém, considerou-se somente o texto em inglês.

O interesse em traduzir este texto parte, primeiramente, do desejo de apresentar ao público português uma tradição literária dos Estados Unidos, nomeadamente os relatos de naufrágio e cativo publicados no século XIX, escritos na primeira pessoa pelos navegantes. Pretende-se dar a conhecer um texto bastante representativo de tal literatura, que reflete não só a vida de um marinheiro americano nessa época, mas também as vicissitudes resultantes de um naufrágio numa terra inhóspita e desconhecida. Neste sentido, a Narrativa de Riley assume uma relevância especial, pois o seu tema central está intimamente relacionado não só com a história norte-americana, mas também com a própria história portuguesa: a escravatura de marinheiros cristãos por muçulmanos na Berbéria e o respetivo resgate.

Além do mais, a escolha foi motivada pela importância deste tipo de escrita na literatura portuguesa, tanto a um nível de produção como de tradução, tendo em conta a sua longa tradição de narrativas marítimas. Na realidade, o subgénero designado de Literatura de Viagens desenvolveu-se em Portugal, precisamente, com os relatos de naufrágio, publicados na época áurea dos Descobrimentos e da expansão além-mar, altura em que atingiu, efetivamente, o seu auge (Cristóvão et al. 1999: 15). Por este motivo, faz todo o sentido recuperar, por meio da tradução, um tipo de texto cuja publicação tem vindo a decair ao longo do tempo, explorando, desse modo, os seus aspetos principais, entre os quais se destaca, por exemplo, a forma como a cultura árabe e muçulmana do norte de África é representada no discurso por um ocidental, nomeadamente um cristão norte-americano, no início do século XIX.

Tendo em conta a extensão elevada da narrativa, procedeu-se à seleção de três capítulos para tradução, nomeadamente os capítulos I, III e IX, que abrangem, em termos estruturais e de conteúdo, as seguintes unidades textuais: 1) a introdução autobiográfica; 2) a vida a bordo e o naufrágio do navio; e 3) a peregrinação e a promessa de resgate. Na base desta escolha encontra-se a representatividade de cada unidade textual na história narrada e o seu enquadramento na segmentação convencional deste tipo de narrativa (Cristóvão et al. 1999: 399 – 400).

O primeiro capítulo é constituído por uma exposição dos dados biográficos do autor e do contexto histórico-cultural da sua vida e obra, bem como uma descrição do TP. Em seguida, procede-se a uma descrição do subgénero designado Literatura de Viagens, de modo a situar a Narrativa de Riley num contexto cultural e literário, encerrando o capítulo com um breve levantamento de traduções para português europeu deste tipo de literatura em particular.

No segundo capítulo, apresentam-se os princípios teórico-metodológicos que orientaram o processo tradutório deste trabalho, começando por uma breve descrição do surgimento da disciplina dos Estudos de Tradução e de uma das suas escolas de pensamento centrais, o Funcionalismo, seguindo-se uma exposição do modelo de análise textual relevante para fins tradutórios proposto por Christiane Nord.

O terceiro capítulo, por sua vez, registra uma análise textual do TP direcionada para a tradução, com a exposição de todos os fatores extratextuais e intratextuais envolvidos, seguida de um levantamento sistemático de problemas de tradução, de acordo com a hierarquia proposta por Nord, nomeadamente: problemas culturais (ou de convenções), problemas pragmáticos, linguísticos e específicos do TP.

Por fim, tecer-se-ão as considerações finais sobre a importância da análise textual do TP, bem como dos fatores envolvidos em tal operação, no âmbito do processo tradutório, e apresentar-se-á, em anexo, a tradução, ou seja, o TC, juntamente com um glossário de terminologia náutica, que se considera útil para o entendimento de certas instâncias do texto traduzido, e o TP.

Capítulo I: Enquadramento do autor, obra e tradução

1.1. James Riley: dados biográficos e contexto histórico-cultural ¹

Antes de descrever a sucessão de acontecimentos que originou o seu naufrágio na costa ocidental de África e os sofrimentos atrozes pelos quais passou após ter sido escravizado, juntamente com a sua tripulação, pelos árabes nómadas no grande deserto do Saara, James Riley expõe os motivos que o levaram a registar a sua experiência e faz um breve esboço da sua vida e educação, tanto na introdução como no primeiro capítulo da narrativa, desde a infância até ao tempo da história.

No entanto, de modo a compreender, tanto quanto possível, as razões que originaram a publicação do seu relato torna-se indispensável ter conhecimento tanto do contexto em que se insere, em termos culturais e históricos, como dos dados biográficos completos de Riley, abrangendo, por conseguinte, o período que se sucede à viagem marítima, desde o regresso aos Estados Unidos até ao fim dos seus dias.

Em primeiro lugar, convém precisar que Riley não é um escritor de profissão, mas sim um marinheiro, um velho lobo-do-mar cuja vivência de acontecimentos singulares, inerente ao seu ofício, propiciou a produção do seu texto, o único que publicou ao longo da vida. Não obstante, quando morreu, deixou um diário e vários manuscritos sobre as suas viagens na terra nativa e além-mar, registos esses que, mais tarde, foram compilados e publicados pelo filho, William Willshire Riley, em 1851, no livro: *A Sequel to Riley's Narrative*.

Nascido em Middletown, no estado do Connecticut, em 1777, Riley pertence a uma família humilde e numerosa, que depende da agricultura para subsistência. Entre os quatro e os oito anos, frequenta a escola da comunidade local, onde aprende a ler e a escrever, e, a partir dos oito anos, de modo a ganhar a vida e poder ajudar os pais, começa a trabalhar com lavradores vizinhos. Além disso, Riley recebe uma educação

¹ Para efeitos desta alínea foram consultadas as seguintes fontes:

Sufferings in Africa, James Riley (1817); *Skeletons on the Zahara*, Dean King (2004); U.S. Department of State: Office of the Historian (<https://history.state.gov/milestones/1801-1829/barbary-wars>; <https://history.state.gov/milestones/1801-1829/war-of1812>; <https://history.state.gov/milestones/1801-1829/napoleonic-wars>); The Barbary Wars at the Clemens, University of Michigan (<http://clemens.umich.edu/exhibits/online/barbary/barbary-introduction.php>); Ohio History Journal: *Captain James Riley and Antislavery Sentiment in Ohio, 1819-1824*, Donald Radcliffe (1972); ([http://publications.ohiohistory.org/ohj/browse/displaypages.php?display\[\]=0081&display\[\]=76&display\[\]=94](http://publications.ohiohistory.org/ohj/browse/displaypages.php?display[]=0081&display[]=76&display[]=94)); (accedidos em 7 de setembro de 2014); *Um Negócio Piedoso: o Resgate de Cativos em Portugal na Época Moderna*, Edite Alberto (2010).

tipicamente cristã, uma prática habitual naquela zona predominantemente puritana, Nova Inglaterra (Riley 1817: 17 – 19).

O trabalho do campo, porém, além de ser árduo e rotineiro, não traz a Riley perspectivas de ter um futuro melhor, nem satisfaz, ademais, o seu espírito nómada. Por conseguinte, com a idade de quinze anos, decide que o melhor caminho para descobrir o mundo é o marítimo e torna-se marinheiro. Ao longo do tempo, Riley passa, progressivamente, pelos vários escalões que compõem a tripulação de um navio e viaja por meio mundo. Todavia, aos vinte anos, muda-se para a cidade de Nova Iorque, onde lhe é atribuído, pela primeira vez, o comando de um barco, bem como a responsabilidade do carregamento que transporta. Doravante, Riley será capitão e cruzará os sete mares (Riley 1817: 20).

Com o comércio no mar, chega a prosperidade que Riley tanto desejara, mas a sua maré de sorte seria afetada por vários períodos conturbados na história dos Estados Unidos, os quais seriam decisivos, em última análise, para a sua situação financeira e moldariam o rumo da sua vida.

Durante a infância, ocorre a Guerra da Independência, o conflito que opôs as treze colónias à Grã-Bretanha, tendo início em 1775 e culminando com a vitória norte-americana em 1783, o que resultou no resgate do jugo britânico e na própria constituição da nação. Não obstante, os conflitos com os britânicos ressurgiriam mais tarde, dando origem a um confronto final a que Riley assistiria.

Além disso, as Guerras Napoleónicas acabam por afetar os navios americanos que se dirigiam para portos europeus. Após legislação aprovada no Parlamento de Inglaterra do ano 1806 que proibia o comércio marítimo com França, Napoleão Bonaparte ordena o célebre Bloqueio Continental, por meio do Decreto de Berlim, que, por sua vez, proíbe quaisquer trocas comerciais com os britânicos. Ambos os países reforçariam o seu embargo no ano seguinte, dificultando imensamente o comércio marítimo na Europa.

O Decreto de Milão, mais especificamente, vem legitimar a confiscação de qualquer navio, pelo que o de Riley acaba por ser apreendido pelos franceses no ano de 1808, o que o obriga a permanecer em França durante dois anos, envolto em processos burocráticos para os quais não encontra solução. O navio e o carregamento seriam sentenciados, o que o deixaria sem qualquer dinheiro. No entanto, apesar da sua perda, acaba por aprender a língua francesa e a espanhola ao longo desse período de adversidade, algo que lhe viria a ser útil após o seu naufrágio.

Além das dificuldades que enfrentavam devido às guerras na Europa, os navios e os marinheiros americanos eram alvo de perseguição por parte dos britânicos, que não aceitavam a independência dos Estados Unidos e pretendiam manter a sua supremacia naval, o que também afetava bastante o comércio marítimo americano. De facto, Riley menciona na sua narrativa que estava a fugir de navios britânicos antes de ser apreendido pelos franceses (King 2004: 24).

A resposta americana a estas situações consistiria num embargo à França e à Grã-Bretanha, ordenado pelo presidente Thomas Jefferson em 1807. Contudo, o resultado deste ato acabaria por ser desastroso para a economia americana, pois agravaria, consideravelmente, a situação dos mercantes e marinheiros americanos. No final de 1809, após uma estadia em França, Riley tenta recuperar as suas perdas passando dois anos no mar, mas as guerras, os embargos e os confrontos navais tinham trazido sérias dificuldades, de modo que regressa a casa, mais uma vez, sem qualquer dinheiro (Riley 1817: 21).

Nessa altura, os conflitos recorrentes com a antiga nação mãe dariam origem à Guerra Anglo-Americana de 1812, declarada pelo presidente americano James Madison. Apesar do seu desejo de participar nos esforços de guerra, ainda que Nova Inglaterra se opusesse fortemente à mesma e tivesse, inclusive, demonstrado interesse na secessão, Riley, já casado e com quatro filhos, que contavam consigo para subsistência, acaba por ficar em casa durante esse período para poder sustentar a família (Riley 1817: 22).

A guerra chega ao fim em 1815, trazendo consigo novas esperanças e a promessa de dias melhores, com a recuperação do comércio marítimo. Embora o resultado não tenha trazido alterações políticas e geográficas significativas, forjou um forte sentimento nacionalista nos Estados Unidos e deu início a um período de grande prosperidade e desenvolvimento.

Em nova maré de azar, Riley voltou a perder tudo o que obtivera até então e ficou bastante endividado, vendo-se obrigado a hipotecar a casa. Além do mais, seria alvo de diversos processos em tribunal que ameaçariam a sua liberdade. Felizmente, o seu tio, Justus Riley, um dos donos do brigue *Commerce*, um navio mercante, depositava confiança no sobrinho, assim como os seus parceiros de negócio, que viam nele um homem industrioso e trabalhador. Depois de ter sido forçado, por fim, a mudar de casa com a esposa, grávida do quinto filho, Riley tem de deitar mãos à obra, pelo que

assume o comando do *Commerce* e dá início à viagem marítima mais marcante da sua vida (King 2004: 18 – 25).

O plano inicial consistia em atravessar o oceano Atlântico e rumar às ilhas de Cabo Verde para trazer um carregamento de sal, mas um forte nevoeiro originaria o naufrágio do *Commerce* naquele perigosíssimo ponto do oceano Atlântico, situado entre as ilhas Canárias e a costa africana: o Cabo Bojador. Este promontório, que, em tempos, fora considerado intransponível, originando inúmeros mitos desde a Idade Média, foi dobrado, finalmente, pelo navegador português Gil Eanes em 1434, o que viria a ser um dos marcos impulsionadores da época áurea dos Descobrimentos portugueses.

As dificuldades que esse local apresentava aos marinheiros, porém, manter-se-iam vivas durante as centúrias seguintes, devido ao aumento do tráfego marítimo. Havia, ainda, a crença medieval de que aquela costa era habitada por pagãos canibais, algo que Riley menciona quando vê o primeiro nativo em terra. Não obstante, a realidade revelar-se-ia diferente (Riley 1817: 33).

O conflito ancestral entre cristãos e muçulmanos envolvia a prática da escravatura e o resgate de cativos, algo que era considerado, desde há séculos, legítimo e valoroso, sobretudo em contextos de guerra. De facto, tais práticas fazem parte da própria história portuguesa, pois durante a ocupação muçulmana da Península Ibérica, a reconquista cristã e a conquista de praças no norte de África por parte de Portugal, muitos soldados e marinheiros portugueses, cristãos, foram capturados e escravizados por muçulmanos. Igualmente, os cristãos capturaram mouros, os árabes muçulmanos do norte de África, e fizeram deles escravos, sendo as galés, por exemplo, um dos lugares onde eram colocados a trabalhar. Posteriormente, os cativos serviam como moeda de troca nas negociações entre ambos os lados, levadas a cabo pelos oficiais de resgate, os denominados alfaqueques (Edite Alberto 2010: 3 – 4).

A tripulação do *Commerce* acabaria por fazer parte dessa antiga tradição muçulmana de escravizar os «infieis». Na altura, os famosos Estados da Berbéria, compostos por Argel, Tunes, Trípoli e Marrocos, levavam a cabo essa atividade. Os seus piratas e corsários navegavam as águas do Mediterrâneo e as zonas costeiras do oceano Atlântico, em busca de navios e embarcações, com o propósito de fazer cativos. A venda de escravos em mercados era um negócio comum e bastante lucrativo, tanto que nem os pescadores das zonas costeiras escapavam, o que acabou por dar origem, ao antigo dizer português: «Anda mouro na costa» (Edite Alberto 2010: 8).

Efetivamente, os navios mercantes americanos que navegavam o Atlântico e o Mediterrâneo, tal como outros de nações cristãs, eram alvo de ataque por parte dos piratas e corsários dos Estados da Berbéria. Neste contexto, muitos países europeus levavam a cabo um sistema de tributo a esses estados, o qual veio a ser adotado pelos Estados Unidos, após a sua independência, de modo a resgatar os marinheiros feitos cativos. A diplomacia americana conseguiria, inclusive, um tratado de paz com o Sultanato de Marrocos em 1786, mas tal não impediria a situação de Riley, nem a de outros marinheiros.

A exorbitância das somas exigidas, porém, depressa causaria indignação, de maneira que o governo americano, liderado então por Jefferson, que se opunha a tal sistema, decide suspender os pagamentos de tributo. Consequentemente, o Paxá de Trípoli declararia guerra aos Estados Unidos em 1801, conflito que seria conhecido como a Primeira Guerra Berbere, já que esta seria a primeira guerra travada pelos americanos no estrangeiro.

O conflito no norte de África, no entanto, não terminaria, pois os ataques a navios americanos seriam retomados em 1807 pelo estado de Argel, dando origem, mais tarde, à denominada Segunda Guerra Berbere, aquando da resposta dos Estados Unidos, que só veio no final da Guerra Anglo-Americana, em 1815. Riley, que naufraga, precisamente, nesse ano, esconde a sua nacionalidade dos seus captores, afirmando que é inglês, talvez devido a esses conflitos (Riley 1817: 79).

Nessa altura, o presidente Madison, sucessor de Jefferson, enviaria Decatur, que, entretanto, fora promovido a comodoro, para subjugar os navios berberes, e pouco depois, ainda no mesmo ano, o Rei de Argel capitularia. Por fim, os Estados Unidos veriam o resgate de todos os cativos americanos em Argel e acabariam com o sistema de tributo aos Estados da Berbéria. Na realidade, a sua participação, que precedeu a de outros países ocidentais devido às guerras na Europa, foi de vital importância para acabar de vez com o corso e a pirataria naquela região.

Em todo o caso, a Narrativa de Riley evidencia a continuidade da escravatura e do resgate de cristãos naquela região. Embora tenha sido aprisionado no deserto do Saara por árabes nómadas, Riley foi levado pelo seu último amo, Sidi Hamet, para a cidade de Essaouira (ou Mogador, antiga praça portuguesa), em Marrocos, com vista a ser remido. Riley refere, contudo, que muitos marinheiros não chegavam a regressar ao país nativo, afirmando, inclusive, que o governo português, entre outros europeus, raramente resgatava os seus súbditos (Riley 1817: 543):

Not less than six American vessels are known to have been lost on this part of the coast since the year 1800, besides numbers of English, French, Spanish, Portuguese, &c. which are also known to have been wrecked there, and no doubt many other vessels that never have been heard from—but it is only Americans and Englishmen that are ever heard from after the first news of the shipwreck. The French, Spanish, Portuguese, and Italian governments, it is said, seldom ransom their unfortunate shipwrecked subjects, and they are thus doomed to perpetual slavery and misery—no friendly hand is ever stretched forth to relieve their distresses and to heal their bleeding wounds, nor any voice of humanity to soothe their bitter pangs; till worn out with sufferings indescribable, they resign their souls to the God who gave them, and launch into the eternal world with pleasure, as death is the only relief from their sufferings (Riley 1817: viii).

Trata-se, porém, de uma observação infundada, ou, pelo menos, inexata, pois a Ordem da Santíssima Trindade, organização religiosa que tinha como único objetivo resgatar cristãos em terras muçulmanas, contando com o apoio da monarquia, estabelece-se em Portugal a partir do século XIII. Os frades trinitários libertariam inúmeros cativos portugueses no norte de África (Edite Alberto 2010: 5). A esta observação juntam-se outras (tais como a perda de peso exagerada e a existência de pessoas com centenas de anos, etc.), motivo pelo qual se deve distinguir entre facto – comprovado – e opinião ou *bravado*. De facto, uma das características deste tipo de texto, cujo subgénero literário se analisará na terceira alínea, é, precisamente, a ténue fronteira entre factos referenciados e factos imaginados, sendo ambos mediados pela própria subjetividade do narrador.

Após Riley ser resgatado e regressar ao país, o Secretário de Estado James Monroe e vários congressistas encorajaram-no a escrever o relato de naufrágio e cativeiro. Não se tratava, contudo, de um tema novo, pois, naquela altura, havia já alguns textos escritos por cidadãos americanos escravizados na Berbéria, o que influenciou, em última análise, a intervenção americana no norte de África.

Além do desejo de partilhar com o público as suas provações e auxiliar os companheiros, tal como menciona no prefácio, a própria situação financeira de Riley terá sido, muito provavelmente, um fator influente na publicação da narrativa, pois regressara sem quaisquer ganhos e continuava um homem endividado.

A administração norte-americana, porém, concordou em pagar as despesas decorrentes do seu resgate e todos os gastos relacionados. Ademais, disponibilizou fundos para libertar os seus restantes companheiros, embora alguns deles não tenham tido a mesma sorte.

A Narrativa de Riley surge numa época em que o país enfrentava já uma divisão profunda que, mais tarde, viria a desencadear uma guerra civil. O cerne do conflito residia, precisamente, na oposição por parte dos estados do norte, à prática da escravatura que imperava nos estados sulistas. Neste contexto, a obra assume um papel de relevo, dando voz ao sofrimento dos escravos africanos e expondo a escravatura como uma instituição global e indigna, que atinge todas as raças e credos. Um dos seus leitores seria, inclusive, o presidente que viria a abolir a escravatura e voltaria a unir os estados, Abraham Lincoln. (King 2004: 311).

O texto foi um êxito junto do público e tornaria Riley famoso, mas não lhe trouxe riqueza. Riley continuaria a trabalhar sem parar, apesar dos problemas de saúde originados pela sua provação no deserto do Saara, nomeadamente artrite crónica. Em 1818, rumaria a oeste em busca de novas oportunidades, estabelecendo-se com a família no estado do Ohio, onde trabalharia para o governo como agrimensor e formaria uma cidade que denominaria Willshire, em nome do seu benfeitor. O espírito de pioneiro assentava bem a Riley, que, com o seu empenho, seria eleito para a Assembleia Geral do Ohio em 1823.

Em 1826, Riley sofre um ataque de encefalite e é transportado para Nova Iorque, onde o médico o aconselha a regressar ao mar, para melhorar a saúde. Depois de passar uma década em terra, Riley decide, então, retomar a vida de capitão num navio mercante e volta a fazer trocas comerciais no norte de África, apesar de ter referido na sua narrativa o desejo de não voltar a sair do país.

Efetivamente, Riley regressa a Essaouira, o local do seu resgate, em 1832, e revê o homem que o resgatou, Willshire, com quem manteria não só uma relação comercial, como também uma forte amizade, até ao final dos seus dias. Oito anos depois, em 1840, durante uma viagem de Nova Iorque para St. Thomas, no brigue *William Tell*, Riley adoece e acaba por falecer, com sessenta e três anos de idade. O seu corpo é entregue ao mar, uma velha tradição marítima (King 2004: 313 – 316).

A Narrativa de Riley tornou-se uma obra de referência na literatura americana da altura, justamente porque excedeu o âmbito dos sofrimentos do seu autor para abraçar os do seu país e da própria humanidade. Trata-se de uma forte mensagem moral e política, uma história de resgate, ou redenção, na verdadeira aceção da palavra, numa época em que nada era mais urgente:

Adversity has taught me some noble lessons: I have now learned to look with compassion on my enslaved and oppressed fellow creatures, and my future life shall be devoted to their cause: — I will exert all my remaining faculties to redeem the enslaved, and to shiver in pieces the rod of oppression; and I trust I shall be aided in that holy work by every good and every pious, free, and high-minded citizen in the community, and by the friends of mankind throughout the civilized world (Riley 1817: 446).

Após ter perdido a voz, como um mero escravo, Riley tornou-se um acérrimo defensor da abolição da escravatura, sobretudo junto do governo, começando por combater essa prática desumana no final do texto. De facto, a consideração sobre esse assunto apenas surge nas páginas finais, mas essa inclusão, embora seja algo curta, estabelece uma relação entre os acontecimentos narrados até então e a situação que existia nos Estados Unidos nessa altura, um paralelismo que acaba por influenciar a própria leitura do texto, pois é inevitável não associar o que é descrito àquilo a que o público assiste na sua própria nação.

Por outro lado, há que ter em conta que a posição de Riley tinha por base uma noção de superioridade racial no que diz respeito aos escravos africanos, um tipo de atitude bastante usual no seu tempo (Radcliff 1972: 86):

I am far from being of opinion that they [the slaves] should all be emancipated immediately, and at once. I am aware that such a measure would not only prove ruinous to great numbers of my fellow-citizens, who are at present slave holders, and to whom this species of property descended as an inheritance; but that it would also turn loose upon the face of a free and happy country, a race of men incapable of exercising the necessary occupations of civilized life, in such a manner as to ensure to themselves an honest and comfortable subsistence (Riley 1817: 446 – 447).

Com base nesta visão predominante naquela época, surgiu a *American Colonization Society*, cujo objetivo era aproveitar o movimento de colonização da altura, levado a cabo por outros países ocidentais, e criar uma colónia em África para onde foram enviados, posteriormente, os escravos africanos que acabaram por ser libertados. Para esse efeito, os Estados Unidos fundaram, mais tarde, a atual Libéria (Radcliff 1972: 87). A Narrativa de Riley é bastante representativa dessa época conturbada da história norte americana, porquanto descreve não só o olhar puritano, típico da terra natal de Riley, Nova Inglaterra, como também a forma como este, i.e. o «Eu», se relaciona com o «Outro», seja ele o árabe muçulmano, o africano, ou, ainda, o sulista e cristão.

Capítulo I: Enquadramento do autor, obra e tradução

1.2. Uma Narrativa Autêntica: descrição do texto de partida (TP)

No início do século XIX, com o rápido desenvolvimento da imprensa e das publicações periódicas nos Estados Unidos, assim como o aumento da literacia entre os cidadãos americanos, desenvolve-se uma tradição de narrativas marítimas, escritas na primeira pessoa. Os seus temas englobavam, sobretudo, a vida a bordo de um navio, as vicissitudes resultantes de um naufrágio e o cativo em terras estrangeiras, incluindo o tão almejado resgate. Nesta época, o mercado livreiro acolhe, efetivamente, inúmeros textos de marinheiros, escritores amadores que expressavam a sua falta de prática, de um modo convencional, no início dos seus textos. No entanto, a sua profissão e experiência de acontecimentos singulares, que, geralmente, não estão ao alcance do cidadão comum, dão-lhes a autoridade para publicar o seu trabalho.

Segundo a autora norte-americana Hester Blum, na sua obra *The View from the Masthead: Maritime Imagination and Antebellum American Sea Narratives* (2008), os relatos de cativo constituem o primeiro conjunto coerente de literatura marítima norte-americana, distinto da literatura inglesa e da europeia:

The first-person narratives of antebellum sailors are part of a longer textual history of the sea and its relationship to America. Yet while the Atlantic has always figured prominently in American literature and history, the seaman's narratives of the first half of the nineteenth century occupy a special and anomalous place in literary history [...] American sea narrative writing of the nineteenth century was distinct from British maritime writing, which has a longer history [...] British sea novels were generally concerned with the Royal Navy and the island nation's long history of maritime prowess. As a consequence of this ideological and historical difference, fewer British works of the nineteenth century were first-person narratives of personal experience, which was the form most often taken by American sea writing (Blum 2008: 7 – 8).

Neste contexto, Riley publica a sua narrativa, um texto extenso composto por trinta e cinco capítulos, precedidos por uma breve introdução e sucedidos por um apêndice, no qual constam observações do autor sobre aspetos náuticos e geográficos, bem como um vocabulário árabe com transcrições fonéticas e traduções para inglês. Além disso, o texto inclui, também, um mapa do norte de África e gravuras ilustrativas, elementos gráficos que começam a surgir nas diversas publicações, devido ao desenvolvimento tecnológico e ao crescente interesse na descrição visual e científica.

A Narrativa de Riley enquadra-se num subgénero literário específico denominado Literatura de Viagens, o qual será apresentado na alínea seguinte. Como exemplo, o título extenso e descritivo, em forma de resumo, é uma característica desse subgénero em particular. Tal como os relatos de expansão, que também se enquadram nesse tipo de literatura e remontam à época da exploração e colonização, o TP tem por objetivo apresentar uma descrição de coisas novas e desconhecidas, nomeadamente sítios, gentes e hábitos culturais, incluindo aspetos sobre a natureza, suscitando, assim, o interesse e a curiosidade do público. A informação pormenorizada sobre civilizações alheias assume um papel de destaque neste género de literatura, um facto corroborado pelo retrato que Riley faz da civilização na Berbéria, mais especificamente do Reino de Marrocos e do Saara Ocidental.

De facto, o autor norte-americano Robert Allison, na sua obra *The Crescent Obscured. The United States and the Muslim World (1776 – 1815). The legacy of the Barbary Wars* leva a cabo uma pesquisa sobre as Guerras Berberes, na qual descreve a relação e os vários conflitos entre os Estados Unidos e os Estados da Berbéria. De acordo com Allison, que dedica o capítulo nono da sua obra ao resgate do Capitão Riley («James Riley, the Return of the Captive»), o mundo árabe começa a ter uma forte presença na literatura norte-americana ainda no final do século XVIII:

Virtually every American knows that the United States fought a war with the “Barbary pirates” in the early 1800s, a war memorialized in the Marine Corps hymn [...] A flood of books on the Muslim world poured from American presses in the 1790s: captivity narratives; histories, including two biographies of *Muhammad*; novels and poems; and the first American edition of the *Arabian Nights* (Allison 1995: xiv; xvii).

A linguagem empregue denota marcas da época em que a narrativa foi produzida, tratando-se de um inglês que contém certos arcaísmos, tanto em termos lexicais como sintáticos, elementos e formulações que caíram em desuso na língua inglesa, ou se usam, exclusivamente, hoje em dia, em contextos literários e científicos. Em geral, o tipo de linguagem tem um grau elevado de formalidade, atento ao inglês de uso padrão na escrita (Ex.: *hereafter*; *heretofore*; *lest*; *therein*; etc.).

Uma vez que se trata de um relato de naufrágio, constata-se o uso recorrente de tecnoleto náutico, i.e. o jargão usado pelos marinheiros, sobretudo nos capítulos iniciais, mas também no apêndice. Por conseguinte, as viagens marítimas são descritas por meio deste tipo de linguagem especializada, incluindo o trabalho a bordo do navio e

observações geográficas, assim como tudo o que diz respeito a um contexto marítimo, seja no alto mar ou em terra firme, refletindo, assim, a formação profissional de Riley. De acordo com Blum, este tipo de linguagem particular não era explicitado aos leitores que se encontravam em terra firme:

Sea narratives' emphasis on nautical activity is rarely glossed for the nonspecialist reader, though; sailors' jargon is left intact and unmediated. One sailor's account of a violent storm, for instance, focuses its descriptive energies entirely on the technical response of the mariners [...] Sea literature remained invested in maritime experience, but its instructive purpose was newly concerned with the landed reading community, which it strongly encouraged to assimilate technical nautical language and practice through comparative reading practices (Blum 2008: 6, 7, 13).

Em todo o caso, a Narrativa de Riley é um texto predominantemente descritivo, pelo que toda a atividade marítima é referenciada com bastante pormenorização, porém, não contém qualquer glossário ou notas adicionais por parte do autor no que diz respeito à terminologia náutica empregue ao longo do texto. Numa época em que o barco ainda era um dos principais meios de transporte, sendo conhecido pela maior parte do público, provavelmente seria normal apresentar tais termos sem mediação. Já numa tradução contemporânea, um glossário pode ser uma ferramenta útil.

Ao longo do texto, verifica-se, também, uma forte intertextualidade, ora implícita ora explícita, com referências bastante específicas (ex.: *Almighty*; *Creator and Preserver*; etc.), encontrando-se, na sua génese, um dos textos mais importantes do mundo, sobretudo no Ocidente: a *Bíblia Sagrada*.

A fé na Providência Divina, as súplicas ao Altíssimo e as ações de graças são aspetos que remetem para a educação religiosa de Riley e representam a relevância do Cristianismo no seu país, sobretudo na sua terra natal, Nova Inglaterra, revelando questões culturais, religiosas e identitárias que o distinguem dos muçulmanos e judeus da Berbéria.

Em termos de tipologia textual, trata-se, primeiramente, de uma narrativa, cuja função central é relatar acontecimentos reais, assumindo, assim, um valor documental. Acresce que o texto tem uma função simbólica e argumentativa, visto que se trata de um testemunho, uma experiência em primeira mão, que, simultaneamente, tece uma reflexão sobre o comportamento humano e defende um ponto de vista, transmitindo regras morais no que diz respeito, sobretudo, à prática da escravatura.

A representação temporal segue uma ordem cronológica, como é habitual neste tipo de relato, sendo que o tempo do discurso sucede ao da história, que começa, precisamente, com a infância de Riley, centrando-se, contudo, na altura do seu naufrágio e cativo no norte de África.

Embora se trate de uma história não-ficcional, o texto segue um esquema narrativo, que delimita os momentos chave do encadeamento dos acontecimentos, semelhante ao que se encontra em muitas narrativas de carácter ficcional, consistindo, principalmente, nos seguintes elementos: 1) o estado inicial, uma viagem marítima expectável; 2) uma força transformadora, as causas do naufrágio e cativo; 3) a dinâmica da ação, iniciada pela compra dos escravos pelo mercador árabe, Sidi Hamet, e a respetiva promessa de resgate; 4) uma força equilibrante, na forma de uma personagem, Sheick Ali, o homem que tenta impedir o resgate; e, por último, 5) o estado final, a obtenção de liberdade e o regresso a casa.

No que diz respeito à estrutura actancial, Riley é, ao mesmo tempo, o sujeito e destinatário, dependente da vontade de Hamet, que, por sua vez, assume os papéis de adjuvante e destinador, pois é quem o auxilia e permite, em última análise, alcançar o objeto desejado. Ali, juntamente com Seid tornam-se, então, os oponentes, dificultando a obtenção do resgate de Riley por parte de Sidi Hamet.

A descrição tem um papel de destaque, como é habitual neste tipo de texto, pois os acontecimentos narrados remetem para uma terra distante e desconhecida para muitos, cuja cultura é consideravelmente diferente da americana em diversos aspetos.

Por conseguinte, o texto consiste, em grande medida, na representação verbal de sítios, objetos, pessoas, costumes e hábitos culturais, entre outros, de modo a providenciar uma imagem rigorosa daquilo que o sujeito observa, abrangendo, para esse efeito observações de carácter político, religioso, económico, geográfico, etnográfico, antropológico, entre outros domínios. Obviamente, a descrição é realizada em termos comparativos, partindo da cultura do sujeito, a qual é, amiúde, enaltecida.

Após uma breve apresentação da vida e educação de Riley até ao momento do embarque no brigue *Commerce*, a história centra-se no naufrágio do navio e nos sofrimentos da tripulação que daí decorrem, tal como sucede, habitualmente, nos relatos de naufrágio e cativo. Destaca-se, em particular, a privação de água e comida, a exposição aos elementos no deserto do Saara, nomeadamente o calor extremo e, também, o frio, bem como as provações que resultam da captura e escravatura dos marinheiros por parte dos árabes nómadas do deserto, tais como: o tratamento violento e

agressivo, tanto física como psicologicamente; o excesso de trabalho; e as longas caminhadas. Acima de tudo, é descrita a desumanização de que os marinheiros são alvo, como resultado do conflito entre cristãos e muçulmanos.

Visto que se trata de uma narrativa na primeira pessoa, Riley assume o papel de narrador autodiegético, relatando as suas próprias experiências ao longo do texto, com exceção, porém, de uma secção do mesmo que consiste num relato de viagens de Sidi Hamet, narrado pelo mesmo a pedido de Riley. Por sua vez, os diálogos existentes são representados, na sua maioria, por meio do discurso indireto, embutidos, portanto, na narração de Riley, embora haja várias instâncias em que é usado o discurso direto.

Do ponto de vista da tradução, o texto assume uma relevância particular pelo seu carácter intersemiótico e interlinguístico, i.e. a narrativa envolve, necessariamente, um processo de tradução cultural na sua produção, o que representa uma característica essencial do subgénero Literatura de Viagens. A este respeito, destaca-se o estudo de Michael Cronin, na sua obra *Across the lines: travel, language, translation* (2000), que trata, precisamente, a relação entre o viajante e a língua, e o papel que esta tem na construção identitária do sujeito e do «Outro» neste tipo de literatura, partindo de um enquadramento com base nos três tipos de tradução propostos pelo académico Roman Jakobson, nomeadamente: intralingual, interlingual e intersemiótica (Cronin 2000: 2).

A partir do primeiro contacto com os nativos, a maioria da comunicação é efetuada por meio de gestos e sinais, embora Riley afirme, na introdução da narrativa, que se tornou capaz, mais tarde, de comunicar, minimamente, em árabe, uma língua que lhe era desconhecida até então. Além disso, uma vez que Riley é um marinheiro americano, ou seja, representante de uma nação cristã, alguns dos nativos dirigem-se a ele em espanhol, uma língua que também carrega o estandarte do Cristianismo e se encontra presente naquela região, devido à influência de Espanha no norte de África. Em todo o caso, Riley é falante de espanhol, de modo que esta língua serve de base a diversas conversas.

Por conseguinte, todos os diálogos com os nativos, assim como outros elementos discursivos (ex.: a descrição dos costumes religiosos), são traduzidos *a posteriori* para a língua da narrativa, o que levanta várias questões relacionadas com a tradução, entre as quais a forma como esse facto é referenciado e a (in)visibilidade do(a) tradutor(a), Riley, em tais instâncias (Cronin 2000: 39). Consequentemente é inevitável a preocupação com a exatidão do que é traduzido a partir do árabe, dada a falta de conhecimento de Riley, por um lado, e a falibilidade da memória na reconstituição de

acontecimentos passados por outro, pois há um desfasamento temporal entre a experiência e o seu registo.

Além do mais, face à presença recorrente da tradução, o texto encontra-se repleto de instâncias de multilinguismo, visto que Riley leva a cabo inúmeras transcrições fonéticas de termos e expressões árabes (ex.: *Allah K. Beer*; *el M. Bahar*; *Allah Houakibar*; etc.), referentes a elementos culturais específicos para os quais não há, em grande parte, tradução direta para a língua da narrativa:

Words in their untranslated state mark out cultural difference. The words occur, however, largely in isolation and one rarely gets extended speech in a language other than the dominant language of the narrative [...] The reality that is happening in a foreign language is being conveyed to the reader in the language of the narrative; in other words, it is being continuously translated into that language but foreign words remain as witting or unwitting reminders of how fraught the process of translation is in the first place. [...] The reader is translated into a foreign climate through the untranslated. Though the words are almost invariably explained, their distinctness remains intact (Cronin 2000: 41).

Trata-se de um aspeto que Cronin analisa na sua obra e que, embora este autor se debruce sobre obras contemporâneas, se aplica, também, à Narrativa de Riley, como se poderá constatar. Tais itens lexicais exóticos, embora sejam explicitados no geral e ocorram de forma isolada, ou seja, não existem instâncias de discurso prolongado noutra língua que não a da narrativa, não só recordam o leitor, intermitentemente, de que a ação decorre num lugar estrangeiro, noutra língua e cultura, como são fruto de um processo de tradução que assim se revela.

Capítulo I: Enquadramento do autor, obra e tradução

1.3. Literatura de Viagens Tradicional: definição e traduções do subgénero

A definição daquilo que se entende por Literatura de Viagens é, logo à partida, algo problemático, tendo em conta a diversidade de pontos de vista por parte dos vários autores que se debruçam sobre esta matéria. Antes de mais, coloca-se a questão: trata-se, ou não, de um género ou subgénero literário distinto? E se assim é considerado, quais os textos que constituem o seu *corpus*? No cerne destas interrogações centrais encontram-se diversos aspetos, tais como: a época de produção e receção, a diferenciação entre facto e ficção, e a temática e as características textuais.

O autor Jan Borm, por exemplo, argumenta que a *travel writing* ou *travel literature* não é sequer um género, mas sim um termo coletivo que se refere a um conjunto de textos, tanto ficcionais como não-ficcionais, cujo tema principal é a viagem. Segundo este autor, o fator factual assume um papel de destaque dentro desse conjunto, pelo que leva a cabo uma distinção entre esse termo e aquilo que denomina *travel book* ou *travelogue*, um «género literário» específico que se insere no respetivo conjunto de textos, tratando-se, efetivamente, de um aspeto dominante do mesmo:

Any narrative characterized by a non-fiction dominant that relates (almost always) in the first person a journey or journeys that the reader supposes to have taken place in reality while assuming or presupposing that author, narrator and principal character are but one or identical (Borm 2004: 13).

De acordo com esta conceção, poder-se-ia classificar a Narrativa de Riley, por exemplo, como pertencente a este «género literário», o *travel book* ou *travelogue*, e incluir a mesma no conjunto de textos referido pelo termo coletivo *travel writing* ou *travel literature*. Não obstante, a consideração do tema da viagem na literatura e a distinção entre facto e ficção nos textos literários dividem as opiniões, levantando, portanto, problemas em termos de definição, como se verá adiante.

Para efeitos deste trabalho, considera-se extremamente relevante a proposta teórica do académico Fernando Cristóvão, na antologia *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens: Estudos e Biografias*, que trata um enquadramento específico deste tipo de literatura e propõe, também, uma arrumação tipológica de carácter temático, o que se revela pertinente para o entendimento desta matéria e da Narrativa de Riley.

Antes de mais, Cristóvão estabelece uma distinção entre Literatura de Viagens e a «Viagem na Literatura», uma vez que «há textos em que nenhuma viagem é relatada, e nem por isso deixam de pertencer à Literatura de Viagens. Outros, porém, relatam viagens, mas podem não incluir-se nela por serem tributários da isotopia dominante de outros subgéneros que os modelam, de marcas bem diferentes das que tipificam a Literatura de Viagens» (Cristóvão 1999: 15).

Por um lado, há autores (as) que, na tentativa de definir o subgénero, partem do tema da viagem na literatura e estabelecem a Antiguidade Clássica como o ponto de partida. Por outro lado, há autores (as) que identificam o início da Literatura de Viagens com a expansão ultramarina, estabelecendo o século XV como o marco cronológico inicial. Segundo Cristóvão, trata-se de uma data perfeitamente válida, pois é a partir de então que este tipo de literatura atinge a sua plenitude de expressão, ligada ao Renascimento e à corrente cultural que deriva da descoberta da imprensa.

Além disso, este marco cronológico baseia-se num conjunto de textos com características específicas, diferentes das dos textos da Antiguidade Clássica que partilham o tema da viagem, uma vez que estes pertencem a outra mundividência, em termos de tempo e de espaço, sendo os poemas épicos a *Odisseia* de Homero e a *Eneida* de Virgílio os textos mais representativos desses aspetos culturais divergentes, entre os quais a crença na pluralidade de deuses (Cristóvão 1999: 36).

A expansão ultramarina por parte dos países da Europa, impulsionada por Portugal e pelos seus navegadores, tais como Gil Eanes, Bartolomeu Dias e Vasco da Gama, no que viria a ser denominada a «Era dos Descobrimentos», é motivada, inicialmente, pela procura de novas rotas comerciais, assim como pela incessante busca de conhecimento, com vista a alargar os horizontes do mundo conhecido. A exploração e a colonização que daí resultam, levadas a cabo pelos povos europeus, vêm incentivar o registo e a publicação daquilo que é novidade, nomeadamente a descrição de novas terras e gentes, e, acima de tudo, do encontro entre culturas.

Por conseguinte, as viagens marítimas e a respetiva documentação (cartas, roteiros, itinerários, diários de bordo, etc.), escrita, em grande parte, pelos próprios navegantes e exploradores, encontram-se na génese da Literatura de Viagens. A partir da Idade Moderna, surge uma publicação abundante de narrativas e descrições que cria não só um novo público, mas também a possibilidade de os leitores expressarem as suas preferências, sendo a invenção da imprensa por parte Gutenberg, em 1455, um marco decisivo para a difusão deste tipo de literatura.

Alguns dos textos iniciais e fundamentais de língua portuguesa são: o *Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama* (1497 – 99), atribuído a Álvaro Velho; a *Carta de Achamento do Brasil* (1500), de Pero Vaz de Caminha; o *Tratado dos Descobrimentos Antigos e Modernos* (1563), de António Galvão; *Diálogos do Sítio de Lisboa* (1608), de Mendes de Vasconcelos; a *Peregrinação* (1614), de Fernão Mendes Pinto; *Livro das Grandezas de Lisboa* (1620), de Frei Nicolau de Oliveira; e *O Peregrino Instruído* (1721), de D. Manuel Caetano de Sousa.

Em língua inglesa, salienta-se *The Decades of the Newe World* (1555), de R. Eden, *Pilgrim's Progress* (1678) de J. Bunyan; *Gulliver's Travels* (1722), de Johnathan Swift, *Narrative of the Voyages Round the World* (1788), de James Cook, *Geological Observations on the Volcanic Islands Visited During the Voyage of the H.M.S «Beagle»* (1842), de Charles Darwin; e a famosa coleção *Divers Voyages Touching the Discoverie of America* (1582) e *The Principal Navigations, Voiages, Traffiques and Discoueries of the English Nation* (1589 – 1600) de Richard Hakluyt, um dos grandes promotores desta corrente literária.

No que diz respeito a coleções em língua portuguesa, destaca-se a célebre *Historia Tragico-Maritima. Em que se escrevem chronologicamente os Naufragios que tiverão as Naos de Portugal, depois que se poz em exercicio a Navegação da India* (1735 – 1736), uma compilação de doze narrativas do século XVI efetuada por Bernardo Gomes de Brito.

O gosto pela Literatura de Viagens foi fomentado, sobretudo, pelos editores das coleções de viagens, que popularizaram textos originais ou adaptados, chegando mesmo a alterá-los em função do gosto do público. As edições passaram a ser acompanhadas por mapas, desenhos, etc., para agradar ao leitor.

De facto, o consumo deste tipo de leitura tornou-se tão exigente e generalizado que a Literatura de Viagens incorporou nos seus textos outras tradições culturais, como as da Cartografia e da Astronomia, e de diversas artes, como as da Arquitetura e da Medalhística, entre outras.

Os leitores começaram a exigir uma representação visual, pois já não bastava a descrição das rotas e dos itinerários, das paisagens exóticas, das pessoas estranhas, dos usos e dos costumes desconhecidos, nem a narrativa de ações trágicas ou aventureiras. A par destes desenvolvimentos, surgem, também, as preocupações com o conhecimento da natureza, para fornecer um enquadramento científico às descrições dos viajantes.

Os autores escreviam por vários motivos, entre os quais o louvor a Deus, a exaltação da sua pátria, a divulgação do conhecimento e o deleite dos leitores, sendo certo que a informação pormenorizada sobre civilizações alheias, assim como todo o tipo de dados de carácter científico começam a ganhar peso, com vista a facultar uma cultura geral incentivada pelo Iluminismo. Daí deriva a extensão dos títulos e o pormenor dos seus enunciados, tal como se pode constatar na Narrativa de Riley, cujo título é autodefinitório, ou seja, apresenta um breve resumo, que se foca nos acontecimentos centrais, sem revelar a trama da história.

A publicação em massa de livros dá azo ao aparecimento e desenvolvimento de um novo mercado, o que faz com que o gosto e o interesse do público se tornem fatores influentes e determinantes para a definição da Literatura de Viagens. Os textos eram apresentados na portada das suas edições como narrações, descrições ou coleções dignas de serem lidas, porquanto retratavam maravilhas e curiosidades, descreviam regiões e gentes, de modo a causar espanto. De facto, a representação da novidade era um dos aspetos centrais neste tipo de texto. Tendo em conta todos estes fatores, Cristóvão define a Literatura de Viagens da seguinte forma:

Por Literatura de Viagens entendemos o subgénero literário que se mantém vivo do século XV ao final do século XIX, cujos textos, de carácter compósito, entrecruzam Literatura com História e Antropologia, indo buscar à viagem real ou imaginária (por mar, terra e ar) temas, motivos e formas. E não só à viagem enquanto deslocação, percurso mais ou menos longo, também ao que, por ocasião da viagem, pareceu digno de registo: a descrição da terra, fauna, flora, minerais, usos, costumes, crenças e formas de organização dos povos, comércio, organização militar, ciências e artes, bem como os seus enquadramentos antropológicos, históricos e sociais, segundo uma mentalidade predominantemente renascentista, moderna e cristã (Cristóvão 1999: 34 – 35).

Cristóvão acrescenta ainda que «estas características a que obedece a narração-descrição da Literatura de Viagens são tipicamente europeias e impedem que ela se confunda com a de outros ciclos do subgénero de outros povos e continentes, tributários de outras motivações e formas artísticas. E, pela mesma razão, também não se pode identificar ou integrar nela obras da Antiguidade, embora ela se reconheça na sua continuidade histórica e civilizacional» (Cristóvão 1999: 36).

Por sua vez, o marco cronológico final, nomeadamente o século XIX, tem por base a alteração do gosto e dos hábitos de leitura originada pelo surgimento do turismo de massas. De facto, a partir de então, ocorre um colapso editorial, devido à preferência

por jornais e telegramas das agências noticiosas, que vem relegar para segundo plano as narrativas longas que constituíam o *corpus* da Literatura de Viagens.

A este respeito, Cristóvão afirma: «o turismo alterou por completo os hábitos ancestrais de viagem, da leitura e da narração, fechando o ciclo da Literatura de Viagens e iniciando uma realidade diferente. (...) O interesse e encanto das narrativas estavam na conjugação de três fatores – a longa distância, a novidade encontrada e o reduzidíssimo número de testemunhas – e estes foram desativados. Além de que a máquina fotográfica, o vídeo e os grandes meios de comunicação social mataram a expectativa e a narração maravilhosa. A Literatura de Viagens assim chega ao seu termo, por se ter esgotado a cultura que lhe deu vida» (Cristóvão 1999: 28 – 29).

Em relação a uma arrumação tipológica, as tentativas têm sido diversas e em função de vários aspetos, tais como: o destino geográfico, os protagonistas, os aspetos científicos, entre outros. Cristóvão parte de uma teoria global, com base num critério temático amplo, não somente nacional, geográfico ou cronológico, o que «não só permite um mais amplo conhecimento de referência, como também de literariedade, pois a utensilagem literária de análise (figuras de retórica, análise de estruturas, efeitos de sentido e de estilo, metaforismo, uso da linguagem, estética da receção, etc.) proporcionam acréscimo de saber e de comunhão estética» (Cristóvão 1999: 37 – 38).

Neste sentido, apresenta uma tipologia de carácter temático, repartida por cinco itens principais, nomeadamente: viagens de peregrinação, de comércio, de expansão (política, religiosa, científica), viagens de erudição, formação e de serviços, e viagens imaginárias. Estes itens do subgénero, por sua vez, repartem-se em espécies diversificadas, tal como a Narrativa de Riley, uma «viagem de comércio» que abrange um relato de naufrágio e cativoiro.

Há que salientar aqui, porém, que, numa obra mais recente, denominada *Literatura de Viagens: Da Tradicional à Nova e à Novíssima (Marcas e Temas)*, Cristóvão dá continuidade à sua análise do subgénero. É certo que os textos produzidos entre os séculos XV e XIX apresentam características singulares, tendo em conta o propósito da viagem, a mentalidade da época e, sobretudo, a novidade que descrevem, mas a novidade não se esgota, apenas se desdobra.

Por esse motivo, Cristóvão analisa a evolução do subgénero até aos dias de hoje, distinguindo três etapas na Literatura de Viagens europeia, nomeadamente: a «tradicional», cuja descrição se levou a cabo até ao momento; a «nova», que surge com o advento do turismo, a partir do século XIX, altura em que se democratiza a viagem,

estendendo-se até aos dias de hoje; e a «novíssima», composta por textos mediados pelas novas tecnologias de comunicação, como os telemóveis, computadores, etc. (Cristóvão 2010: 9 – 10).

A evolução da Literatura de Viagens é um tema analisado, também, por outros autores, como é o caso da autora americana Casey Blanton, na sua obra *Travel Writing: the Self and the World*. Trata-se de outra perspetiva que se considera relevante não só para descrever a evolução da Literatura de Viagens, mas também para contextualizar a Narrativa de Riley. Na sua obra, Blanton descreve a evolução do «género» ao longo do tempo, em termos de estilo e propósito, considerando, sobretudo, a posição do autor no texto, desde a Antiguidade Clássica até ao final do século XX, ainda que leve a cabo distinções entre os vários períodos e centre a sua análise em textos produzidos após a época do Iluminismo.

De acordo com Blanton, à medida que o propósito da viagem se altera, da exploração, comércio, etc., para a viagem em si, ocorrem mudanças graduais e fundamentais nos textos que a descrevem. Constatase, efetivamente, uma evolução do «género», desde os relatos mais factuais dos peregrinos, marinheiros, entre outros, até aos de carácter mais autobiográfico da Literatura de Viagens da atualidade (segundo Cristóvão, a «Nova» e a «Novíssima»), em que predominam os aspetos sociais e psicológicos, como a presença da consciência do narrador, sobre si e aquilo que o rodeia. Tendo em conta estes dois polos, que não vivem completamente separados nos textos, e a posição do sujeito no texto, Blanton faz a seguinte distinção:

Genuine “travel literature”, as opposed to what has been called “pretravel”, depends upon a certain self-consciousness on the part of the narrator that was not seized upon until after the Renaissance and, in fact, not highly developed until the concern with “sensibility” in the eighteenth century (Blanton 2002: 4).

A partir do século XVIII, altura em que nasce o que denomina *modern travel book*, destacam-se dois tipos de narrativa como dominantes: o científico e o sentimental. Por um lado, o narrador assume um papel mais visível, através da expressão dos seus sentimentos e pensamentos, e, por outro lado, o mundo natural, as pessoas, animais e plantas elevam-se na descrição. Ademais, surge também a figura do narrador cuja experiência em ambientes hostis é sentimentalizada, servindo a descrição científica do país estrangeiro como pano de fundo da ação.

O equilíbrio entre o pessoal e o impessoal dá lugar, por fim, à subjetividade do Romantismo, pelo que no início do século XIX a Literatura de Viagens tratava não só a descoberta do «outro», mas acima de tudo do «eu», uma autodescoberta representada por autores americanos como Herman Melville, Richard Henry Dana Jr. e James Fenimore Cooper, cuja experiência no mundo do mar, *before the mast*, modela as suas obras e personagens. Nesta época, também, outros autores como Henry David Thoreau e Walt Whitman encaram a viagem como um ideal, ou seja, a busca de um conhecimento transcendente como objetivo e motivação do próprio ato de viajar, uma mudança de visão que será bastante influente neste tipo de literatura, sendo acompanhada pelo desenvolvimento dos meios de transporte, nomeadamente o comboio e o barco a vapor, que representam os primórdios do turismo.

No início do século XX, as Guerras Mundiais criam escritores que almejam sair da sua terra e exilar-se além-fronteiras, numa procura de inteireza, de reconstruir o que se fragmentou, muitas vezes com humor e ironia. Mais tarde, a busca direciona-se para a autenticidade e a complexidade, num mundo que começa a ser dominado pelo conformismo e o materialismo, cada vez mais uniformizado e padronizado (Blanton 2002: 21 – 24).

Já no final do século, surgem questões sobre o papel do que observa e a natureza da própria representação que vêm alterar as formas de escrita. A consciência desta relação leva o(a) escritor(a) contemporâneo(a) a ligar-se, literal e metaforicamente, ao mundo que, no fundo, é ele(a) mesmo(a). A autorreflexão e a instabilidade, como tema e estilo, são características dos textos que refletem os efeitos da presença do escritor num país estrangeiro. Segundo Blanton, os novos *travel books* já não são guias para sítios remotos, pois estes já não existem, mas são, sim, metáforas de uma senda por terreno virgem, um local onde os valores são descobertos pelo caminho e não importados (Blanton 2002: 29).

A Literatura de Viagens atual baseia-se num equilíbrio entre o carácter pessoal e impessoal dos seus textos, expresso na relação entre o que observa e o que é observado, motivo pelo qual Blanton se centra nas narrativas do pós-Iluminismo, um grupo com características específicas, nomeadamente: um(a) viajante(a)/narrador(a) que viaja pela «viagem» em si; um estilo narrativo que se baseia na ficção; um compromisso consciente de representar o estranho e o exótico de modo, simultaneamente, distante e familiar; uma preocupação patente com a língua e a literatura; e preocupações temáticas que vão além da descrição de lugares e pessoas (Blanton 2002: 5).

No que diz respeito à presença deste tipo de literatura em Portugal, tal como a sua produção se desenvolve aquando dos Descobrimentos portugueses, também o interesse pela sua tradução se revela nessa época em particular. Por se tratar de um tema amplo e extenso, far-se-á aqui, somente, um levantamento de algumas obras traduzidas para português europeu, com enfoque no século XIX e em textos de língua inglesa. Não obstante, mencionar-se-á, também, textos que se consideram relevantes, tanto pela sua representatividade do subgénero literário como pela sua relação temática com a Narrativa de Riley. Nesse sentido, uma fonte de consulta indispensável é *A Tradução em Portugal* (1991), de A. A. Gonçalves Rodrigues, uma tentativa de resenha cronológica das traduções impressas em português, à exceção da variante do Brasil, entre 1495 e 1950.

Destaca-se, desde logo, nas páginas iniciais dessa obra, referentes ao início do século XVI, a tradução das *Viagens...* (1502) de Marco Polo, por Valentim Fernandes, uma obra que, tendo sido realizada no século XIII, remete para os primórdios do subgénero e, por esse motivo, merece ser mencionada aqui.

Em relação à época de produção da Narrativa de Riley, ainda no final do século XVIII, encontra-se uma tradução (indireta) da célebre obra *Robinson Crusoe* (1785), de Daniel Dafoe, feita a partir do francês por Henrique Mascarenhas. É uma obra que também merece ser mencionada aqui, não só por se tratar de um texto de referência da literatura inglesa, mas também por se enquadrar no subgénero literário Literatura de Viagens, tendo, ainda, uma relação temática com a Narrativa de Riley. Embora tenha um carácter ficcional, baseia-se em factos reais, tratando o tema do naufrágio e do cativo, mais especificamente por parte dos corsários da República de Salé (Marrocos), bem como o do encontro com povos desconhecidos numa ilha exótica.

Entre as diversas traduções publicadas no final do século XVIII e no início do século XIX, tanto de obras canónicas como de outras menos conhecidas, destacam-se as seguintes: *Viagens de Gibraltar a Tânger, Salé, Mogador...* (1794), de William Lempriere, obra traduzida a partir do inglês, no mesmo ano, por Manuel Paio; *Viagem à roda do mundo no navio de sua Magestade, a Diligencia...* (1819), do Capitão James Cook; *Célebres viagens do Capitão Dampier, com huma relação dos Buccaneros, ou Piratas da America...* (1819), do Capitão William Dampier.

Existem muitas outras traduções do subgénero, tais como: *Viagens ao interior do Brazil, com huma exata descripção das ilhas dos Açores...* (1820), de John Mawe; *Historia dos naufrágios...* (1820), de J. B. B. Desperthes Eyriès; *Os náufragos das ilhas*

Auckland... (1822), de Allen Park, traduzido por Palermo de Faria; *Navegações...* (1825), de Luigi Cadamosto, traduzido a partir do italiano; *Cartas...* (1825), de Americo Vesputio; *Roteiro da Índia...* (1827), de James Horsburgh; *Narrativa da passagem do Pacífico ao Atlântico...* (1831), de Henry Lister Maw; e *Historia do naufrágio e cativo de Mr. Brisson, com a descrição dos desertos de África, desde o Senegal até Marrocos...* (1833), de Pierre-Raymond de Brisson.

Ainda que não seja uma obra contemporânea à Narrativa de Riley, mas sim a uma época mais próxima do presente trabalho, deve ser mencionada, não só por ser de escrita inglesa, mas sobretudo por se tratar no Saara Ocidental, de modo a que se possa observar as diferenças culturais e históricas. A obra em questão é mencionada por Blanton: *Polisario* (1989), de Jeremy Harding:

In “Polisario,” Jeremy Harding, a British journalist, describes a trip to the disputed territory of Western Sahara which is claimed by both Morocco and the occupants of the territory itself, a group calling themselves the Polisario. Incredibly, Morocco’s King Hassan began in 1980 to build an enormous wall meant to keep the Polisario strongholds from their own towns and phosphate mines in Western Sahara (Blanton 2002: 27).

A razão desta referência, como se pode constatar, deve-se à sua relação com a questão de espaço geográfico, bem como questões políticas, culturais e históricas referentes à Narrativa de Riley, i.e. o local onde Riley naufragou e foi resgatado, mas no tempo atual, em contraste com o descrito no século XIX.

Capítulo II: Princípios teórico-metodológicos do processo tradutório

2.1. Os Estudos de Tradução e o Funcionalismo: uma breve perspectiva

Desde que os Estudos de Tradução se firmaram no meio académico, durante a segunda metade do século XX, como uma disciplina de pleno direito, com um carácter internacional e interdisciplinar, têm vindo a ser desenvolvidas novas e diversas teorias e metodologias da tradução, abrangendo disciplinas relacionadas.

No presente trabalho, os princípios teórico-metodológicos que serviram de base ao processo tradutório associam-se a uma das principais escolas de tradução, nomeadamente: o Funcionalismo. Mais especificamente considerou-se o modelo de análise textual relevante para fins tradutórios da académica Christiane Nord.

O pensamento sobre tradução no mundo ocidental pode ser traçado a tempos tão remotos como a Antiguidade Clássica, encontrando-se em textos de autores e tradutores canónicos como Cícero e Jerónimo, cujas reflexões sobre o processo tradutório foram bastante influentes na teoria da tradução (Munday 2001: 7).

Em todo o caso, a tradução só se torna um objeto de estudo académico na segunda metade do século XX, sendo que, até então, era encarada como uma atividade secundária e derivativa, utilizada, sobretudo, na aprendizagem de línguas estrangeiras em cursos de línguas modernas (ex.: o método tradução-gramática).

Após começar a ser desenvolvida em várias áreas, (ex.: a Literatura Comparada e a Linguística Aplicada), surge, progressivamente, uma abordagem sistemática à tradução, cuja orientação é maioritariamente linguística, como revela ser o caso dos trabalhos de Vinay e Darbelnet (1958), e de Nida (1964), os quais marcam o início da investigação de carácter «científico» (Munday 2001: 9).

Contudo, o marco que assinala a criação da disciplina de Estudos de Tradução é, indubitavelmente, a palestra fundacional do académico James Holmes (1924 – 1986), *The Name and Nature of Translation Studies*, apresentada na Terceira Conferência Internacional de Linguística Aplicada em Copenhaga, no ano 1972. Nessa palestra, Holmes apresenta a nova disciplina, que faz uso dos métodos e propósitos das ciências naturais, dando-lhe o nome que se usa, amplamente, hoje em dia: «Estudos de Tradução» (*Translation Studies*).

Além disso, Holmes descreve a sua estrutura, que se divide em ramos de Estudos «Puros» e «Aplicados», sendo que os primeiros se subdividem, ainda, em Estudos «Teóricos» e «Descritivos» (Munday 2001: 10).

No que diz respeito às teorias funcionalistas da tradução, Nord afirma que as abordagens funcionalistas em tradução não surgem somente no século XX, uma vez que se constata, ao longo da história, que os tradutores, sobretudo bíblicos, consideravam que situações diferentes requeriam diferentes traduções.

Efetivamente, muitos (as) tradutores (as) chegaram à conclusão que a tradução deveria envolver dois procedimentos: uma reprodução fiel das qualidades formais do TP numa situação e um ajustamento ao público-alvo noutra. (Nord 2005: 6 – 7).

Já no século XX, nos anos 70, ocorre uma reorientação mais pragmática, na qual o enfoque se altera da palavra, ou frase, para o texto como unidade de tradução. Muitos (as) teóricos (as) vieram a reconhecer que existem casos de não-equivalência em tradução causados por diferenças pragmáticas entre a cultura de partida (CP) e a cultura de chegada (CC).

Segundo Nord, muitos (as) académicos (as) chegaram à conclusão de que há muitos casos em que não é requerido equivalência, mas, em vez disso, prevalece a função do TC e o público-alvo a que se destina. O trabalho de Katharina Reiss, em termos de Tipos Textuais, a *Skopostheorie* de Hans J. Vermeer e a Teoria de Ação Tradutória de Justa Holz-Mänttari foram fundamentais na criação da Escola Funcionalista da Tradução, assim como no trabalho levado a cabo por Nord, nomeadamente o seu modelo de análise textual relevante para fins tradutórios que será apresentado em seguida (Nord 2005: 8 – 14).

Capítulo II: Princípios teórico-metodológicos do processo tradutório

2.2. Modelo de análise textual relevante para fins tradutórios

A razão da escolha desta metodologia em particular deve-se ao facto de se considerar os fatores analisados por Christiane Nord extremamente relevantes para a tarefa de tradução, no âmbito de uma análise textual do TP relevante para fins tradutórios, de modo a que o(a) tradutor(a) tenha todo, ou quase todo o conhecimento útil e necessário para levar a cabo a mesma.

De acordo com Nord, os fatores da situação comunicativa em que o TP foi usado são de extrema importância para a análise textual, porquanto determinam a sua função comunicativa, sendo que estes são designados «**extratextuais**» (ou **contextuais**) e «**intratextuais**» (ou **textuais**). A relação que se estabelece entre estes fatores pode ser expressa através de um conjunto de perguntas, baseado na denominada fórmula da *Nova Retórica*. Dependendo da ligação com a situação comunicativa, ou com o próprio texto, estas questões podem ser atribuídas aos fatores de análise externos ou internos: *quem* [transmite um texto], *para quem* [o faz], *para quê* [com que intenção], *por que canal*, *onde*, *quando*, *porquê* [um texto], *com que função*, *sobre que tema* [o(a) autor(a) fala/escreve], *o que é (e o que não é)* [escrito/falado], *por que ordem*, *por meio de que elementos não-verbais*, *que tipo de léxico é usado*, *que tipo de frases*, *qual o tom*, e *para que efeito?* (Nord 2005: 41)

Os fatores extratextuais são analisados por meio de uma pesquisa sobre o(a) emissor(a) do texto (*quem*), a intenção deste(a) (*para quê*), o público-alvo (*para quem*), o canal através do qual o texto é transmitido (*por que meio*), o lugar (*onde*) e a época (*quando*) da produção e receção do texto, e o motivo (*porquê*) da comunicação. Segundo Nord, a soma total de informação recolhida sobre os sete fatores extratextuais apresentados pode responder à última questão: a função que o TP deve ter.

Por sua vez, os fatores intratextuais são analisados por meio de uma pesquisa sobre o tema do texto (*sobre o que se fala/escreve*), o conteúdo do texto (*o que é falado/escrito*), as pressuposições de conhecimento efetuadas pelo(a) autor(a) (*o que não é falado/escrito*), a composição do texto (*por que ordem*), e os elementos não-linguísticos que acompanham o texto (*elementos não-verbais*), bem como as características lexicais (i.e. *que palavras são usadas*) e as estruturas sintáticas (*que tipo de frases*) encontradas no texto, juntamente com os traços suprasegmentais de prosódia e entoação (*com que tom*) do texto.

Nord afirma que os fatores extratextuais devem ser analisados antes de ler o texto, de modo a observar a situação em que o mesmo foi usado. Deste modo, os (as) recetores (as) constroem uma certa expectativa em relação às características intratextuais do texto, mas só quando a expectativa se compara com os traços reais no momento da audição/leitura é que estes (as) sentem o efeito específico do texto (Nord 2005:42).

A última questão (*para que efeito*) refere-se, portanto, a um conceito global que diz respeito à interdependência dos fatores extratextuais e intratextuais. Uma vez que a situação comunicativa precede a comunicação textual e determina o uso de procedimentos intratextuais, convém começar com uma análise dos fatores externos.

Os fatores da situação comunicativa que se referem ao tempo, espaço e motivo da comunicação compõem o conceito de pressuposições situacionais, sendo que este engloba não só os traços de uma dada situação comunicativa de um TP, como também as características do conhecimento do(a) emissor(a) e do(a) recetor(a).

Tal como se deve considerar a intenção, também se deve ter em conta a expectativa com a qual o público-alvo recebe o texto, pois quanto maior for a distância cultural, espacial e temporal da situação comunicativa original, maior será a tarefa do(a) tradutor(a), como é o caso do presente trabalho, cujo TP pertence a outra cultura, a norte americana, abrangendo, ainda, outra, a árabe (Saara Ocidental e Marrocos), bem como a outra centúria, o século XIX e um espaço completamente diferente do português. Em todo o caso, é essencial analisar as expectativas do(a) recetor(a) do TP, porquanto estas devem ser comparadas com as do(a) recetor(a) potencial do TC.

Por «situação» entende-se a situação real em que o texto foi usado como meio de comunicação (a Narrativa de Riley, por exemplo, foi usada como um testemunho em primeira mão de naufrágio, cativeiro no norte de África e libertação, assumindo, assim, um valor documental na CP) e não o enquadramento imaginário de uma história num texto ficcional. O primeiro aspeto fundamental da análise é a dimensão temporal e espacial da situação, sendo que o segundo aspeto se refere aos traços culturalmente específicos da situação. Por fim, o terceiro aspeto tem que ver com a relação entre a situação e a função comunicativa do texto.

De acordo com Nord, são oito os **fatores extratextuais (ou contextuais) relevantes para fins tradutórios**, nomeadamente: **1) emissor(a)/locutor(a) e produtor(a) textual** (*quem fala/escreve*); **2) intenção do(a) emissor(a)** (*com que intenção o faz*); **3) recetor(a) e alocutário(a)/destinatário(a)** (*para quem o transmite*); **4) canal** (*por que meio o faz*); **5) espaço** (*local de produção/receção do texto*); **6)**

tempo (*época de produção/receção do texto*); **7) motivo da comunicação** (*porquê um texto*); e **8) função do texto** (*para quê*), tendo em conta, ainda, o facto de estes fatores se relacionarem entre si (Nord 2005: 42).

No que diz respeito ao fator **1) emissor(a)/locutor(a) e produtor(a) textual** (*quem fala/escreve*), os papéis de emissor(a)/locutor(a) e produtor(a) textual podem ser combinados numa só pessoa. Efetivamente, o(a) emissor(a), no presente caso James Riley, é a pessoa que usa o texto de maneira a transmitir uma determinada mensagem a outra(s) pessoa(a) e produzir um dado efeito, ao passo que o(a) produtor(a) textual, (efetivamente dois: Josiah Shippey e Anthony Bleecker), escreve o texto de acordo com as instruções do(a) emissor(a), bem como as normas e regras de produção textual vigentes na respetiva língua e cultura no geral.

No enquadramento de tempo, espaço e cultura, bem como das várias funções da comunicação, os dados referentes à intenção do(a) autor(a), ao público-alvo, com o seu conhecimento cultural, à época e ao motivo da produção textual, juntamente com qualquer informação sobre os traços intratextuais previsíveis (tais como idiossincrasias, dialetos sociais e regionais, traços temporais e espaciais, pressuposições, etc.), são de extrema importância na análise textual relevante para fins tradutórios.

O ambiente textual apresenta informação acerca do(a) emissor(a), sendo que este(a) pode até já ser conhecido(a) pelo público geral. No entanto, uma vez que se trata de informação específica da cultura de partida (CP), não se pode presumir que seja partilhada pelo(a) recetor(a) do TC. Por esse motivo, o(a) tradutor(a) deve ter em conta qualquer falta de informação, porquanto esta pode interferir com a compreensão do texto, devendo ser compensada por informação adicional.

A informação adicional pode ser obtida através de outros fatores da situação comunicativa, nomeadamente: o canal, o lugar de publicação, entre outros, os quais podem oferecer informação acerca do(a) emissor(a), sendo o próprio texto uma fonte de informação por meio de dialetos regionais e arcaísmos.

Em relação à **2) intenção do(a) emissor(a)/locutor(a)** (*com que intenção transmite o texto*), Nord faz uma distinção entre intenção, função e efeito, sendo que a forma de determinar a dimensão da intenção é determinar qual a função que o(a) emissor(a) pretende que o texto produza (por exemplo, descrever e combater a escravatura, tal como Riley faz e assim o afirma) e qual o efeito que tenciona produzir no(a) recetor(a) ao transmitir o texto (incutir tais sentimentos no(a) leitor(a), entre

outras intenções), afirmando que os três conceitos são três pontos de vista diferentes sobre o mesmo aspeto da comunicação.

De qualquer modo, a intenção define-se pelo ponto de vista do(a) emissor(a), que tem um *skopos*, i.e. um objetivo a alcançar com a transmissão do texto, porém, a melhor das intenções nem sempre é realizada. O processo comunicativo só termina aquando da receção, tendo em conta que o(a) recetor(a) completa a ação comunicativa ao usar o texto com uma determinada função, que é resultado da configuração de todos os fatores situacionais (incluindo a intenção do(a) emissor(a) e as próprias expectativas do(a) recetor(a), com base no seu conhecimento da situação).

A função textual é definida externamente, antes de o(a) recetor(a) ler o texto, ao passo que o efeito que o texto tem sobre o público-alvo só pode ser determinado após a receção. Trata-se do resultado da receção e abrange ambos os fatores extratextuais e intratextuais. De facto, alguns géneros estão associados a certas intenções, mas estas não são realizadas necessariamente na situação comunicativa.

Os três fatores de intenção, função e efeito são congruentes, o que significa que a função pretendida pelo(a) emissor(a) (intenção) também é atribuída ao texto pelo(a) recetor(a), que vivencia o efeito convencionalmente associado a esta função.

Metodologicamente, os três fatores devem ser distinguidos, pois a sua análise em separado permite um tratamento diferente no processo tradutório (preservação, mudança e adaptação). Se a intenção tiver de ser preservada na tradução, há geralmente uma preparação para uma mudança de efeito.

A intenção do(a) emissor(a) é extremamente importante para o(a) tradutor(a), uma vez que determina a estruturação do texto em termos de forma (composição, características retóricas e estilísticas, citações, uso de elementos não-verbais, etc.) e conteúdo (tema, escolha de detalhes informativos). Ao mesmo tempo, a organização específica de um texto assinala um tipo textual e é um pré-sinal que informa o(a) recetor(a) acerca da função pretendida do TP. A intenção do(a) emissor(a) também é importante em conexão com o princípio da lealdade, visto que o(a) tradutor(a) tem que ter em conta geralmente a intenção do(a) emissor(a) original, mesmo que a função se altere na tradução (Nord 2005: 53 – 54).

A informação sobre a dimensão de intenção pode informar acerca de outros fatores externos (tais como o efeito pretendido sobre o(a) recetor(a), o canal que pode ser mais apropriado ou usado convencionalmente para realizar a intenção em questão,

ou se existe uma ligação entre género e intenção) e, em grande medida, sobre os fatores intratextuais (tais como composição, uso de mecanismos retóricos, etc.).

Em geral, o(a) recetor(a) não é explicitamente informado(a) acerca das intenções do(a) emissor(a), mas recebe o texto como resultado dos propósitos comunicativos deste(a). Por conseguinte, um dos meios de obter informação explícita ou implícita acerca das intenções do(a) emissor(a) é a análise dos fatores intratextuais.

No entanto, os fatores extratextuais (emissor(a), recetor(a), canal, lugar, época, motivo e função de comunicação) podem informar sobre a intenção do(a) emissor(a). Deve ter-se em conta, ainda, fenómenos paralinguísticos, assim como o papel do(a) emissor(a) em relação ao(à) recetor(a), em termos de estatuto e conhecimento.

A intenção do(a) emissor(a) é particularmente importante na análise de textos literários, ou de textos marcados por uma opinião pessoal, pois não existe uma ligação convencional entre género e intenção. Em tais casos, o(a) tradutor(a) terá que considerar informação sobre a vida e o conhecimento do(a) autor(a), bem como acontecimentos que influenciaram a sua escrita, ou qualquer classificação literária.

Em termos do fator **3) recetor(a) e destinatário(a)/alocutário(a)** (*para quem*), a consideração do público-alvo é de grande utilidade, sendo este um dos fatores mais importantes numa análise textual relevante para fins tradutórios. A especificação do público-alvo pode estar relacionada, inclusive, com o tipo textual.

No decurso da análise textual, o(a) tradutor(a) extrai os elementos ou traços textuais determinados pela orientação específica ao público-alvo do TP. Uma vez que cada TC é orientado, por sua vez, para um público-alvo numa situação diferente daquele do TP, a adaptação destes elementos é de extrema importância. Qualquer recetor(a) do TC será diferente do(a) recetor(a) do TP em pelo menos um aspeto: pertence a uma comunidade cultural e linguística diferente. Por esse motivo, uma tradução não é geralmente direcionada ao(à) mesmo(a) recetor(a) do TP.

Antes de mais, Nord faz uma distinção entre recetor(a), ou público-alvo a que o(a) emissor(a) se dirige, e qualquer recetor(a) accidental, ou seja, a pessoa que recebe o texto sem que este lhe tenha sido dirigido pelo(a) emissor(a), sendo, nalguns casos, um público-alvo secundário. Este aspeto é relevante não só em casos em que a compreensão da mensagem por parte do(a) recetor(a) difere daquela do público-alvo, o que pode ter consequências para os participantes. As decisões de transferência por parte do(a) tradutor(a) dependerão de qual o público-alvo o TC se dirige.

Após recolher toda a informação disponível sobre o(a) recetor(a) pretendido(a) do TC, no decurso do processo tradutório, o(a)tradutor(a) pode comparar a mesma com as características do(a) recetor(a) do TP: sexo, idade, educação, conhecimento, origem geográfica, estatuto social, papel em relação ao(à) emissor(a), etc. O conhecimento do público-alvo, i.e. todo o seu conhecimento geral e sobre certas áreas e temas específicos é de extrema importância para uma análise textual relevante para fins tradutórios (Nord 2005: 58).

Consoante a avaliação do conhecimento do público-alvo, o(a) emissor(a) não só seleciona elementos específicos do código que será usado no texto, como também omite quaisquer detalhes que pressupõe serem do conhecimento do(a) recetor(a), ao passo que enfatiza outros, ou até os apresenta com informação extra, de maneira a não pressupor mais, ou menos conhecimento em relação ao público-alvo.

O conhecimento pressuposto de um leitor depende não só da sua educação, ou familiaridade com o tema, mas também dos fatores referentes ao próprio tema. A este respeito, a situação varia geralmente de forma ampla para os(as) recetores(as) do TP e do TC, porquanto há normalmente uma diferença espacial e temporal considerável entre a receção do TP e do TC.

A informação acerca do público-alvo pode revelar a intenção do(a) emissor(a), o local e a época de comunicação (em relação com a idade e origem geográfica do(a) recetor(a)), a função textual (em conexão com a intenção do(a) emissor(a)) e os fatores intratextuais (i.e. as pressuposições). Em todo o caso, o(a) tradutor(a) deve analisar não só as características do público-alvo do TP e a sua relação com o mesmo, como também as do público-alvo do TC, cujas expectativas, conhecimento e papel comunicativo influenciarão a organização estilística do TC.

Em relação ao fator **4) canal** (*por que meio*), o canal refere-se ao veículo pelo qual o texto é transmitido, pelo que Nord realiza uma distinção entre escrita e oralidade. Contudo, o(a) tradutor(a) interessa-se mais pelos aspetos de perceção, armazenamento de informação e pressuposições de interação comunicativa, do que por distinções técnicas e afins.

Na comunicação escrita, o canal é representado pelos meios de publicação, tais como: jornais, livros, brochuras, enciclopédias, etc.. A dimensão do canal é relevante porque permite recolher informação acerca da identidade do público-alvo.

Além do mais, pode informar sobre a intenção do(a) emissor(a) e o motivo da comunicação. Uma vez que as convenções de canal variam de cultura para cultura, bem

como de geração para geração, a especificação do canal pode até apresentar informações sobre o local e a época da produção textual.

Ainda que a escolha de um canal particular ofereça sinais das expectativas dos(as) recetores(as), no que diz respeito à função que se pretende com o texto, a função e o canal não devem ser associados automaticamente.

As expectativas dos(as) recetores(as) baseiam-se na sua experiência com o canal em questão, porém, um(a) emissor(a) pode usar o canal para um propósito diferente daquele que é usualmente associado. Para o(a) tradutor(a), é importante, também, ter em consideração o facto de o mesmo canal poder ter funções diferentes daquelas do TP.

Antes de mais, no caso de o TP não estar disponível no seu canal original, mas apenas numa cópia, o(a) tradutor(a) deve ter informação detalhada sobre o canal em que foi veiculado, visto que é bastante difícil identificar o canal a partir da análise intratextual. É possível que haja informações disponíveis sobre a dimensão do(a) emissor(a) e da sua intenção, ou o motivo de comunicação.

O local e a época também podem informar acerca do canal. Nalguns casos, a escolha do canal é determinada pela convenção, porquanto há canais preferidos para propósitos comunicativos específicos em todas as culturas.

No que diz respeito ao fator **5) espaço** (*onde*), Nord faz, desde logo, uma distinção entre local de produção textual e local de receção textual, pois, em tradução, a questão da cultura e a sua influência no TP é foco de interesse, porquanto o tempo e o espaço são as categorias básicas da situação histórico-cultural de um texto.

A dimensão de espaço é de extrema importância quando há diferentes variedades geográficas de uma língua. Se uma dessas for a língua de partida (LP), o local de produção do TP pode providenciar informações sobre a variedade usada no mesmo. Além disso, se uma dessas variedades for a língua de chegada (LC), o espaço de receção determinará a variedade que o(a) tradutor(a) terá que usar na tradução.

Além dos aspetos linguísticos, a dimensão de espaço pode ser importante para a compreensão e interpretação de um texto, no sentido em que o local de produção textual pode ser encarado como o «centro geográfico» (Nord 2005: 68). A distância ou significância de outros locais deve ser considerada em relação a este centro, sendo que o(a) tradutor(a) deve ter em conta que a geografia relativa do ponto de vista da produção do TC pode ser bastante diferente daquela da produção do TP.

Na dimensão de espaço há que considerar não somente aspetos linguísticos, mas também condições políticas e culturais. Além do nome do país ou estado de origem do

texto, pode ser necessário saber a zona ou cidade específica de produção textual, de modo a interpretar os elementos deícticos de forma correta, o que se aplica ao TP, assim como ao TC, que se lê normalmente num ambiente cultural de chegada.

A informação sobre o local de produção textual também oferece indicações acerca da afiliação cultural do(a) emissor(a) e/ou do(a) recetor(a), do canal em que o texto foi veiculado (no caso de canais culturalmente específicos), do motivo (quando combinado com a dimensão de tempo), e dos traços intratextuais, tais como dialetos regionais e expressões deícticas.

Acresce que a informação acerca da dimensão do espaço encontra-se no ambiente textual na forma de local de publicação, nome da editora, etc. Do ponto de vista intratextual, alguns traços linguísticos podem dar indicações sobre o local onde o texto foi escrito, ou se pretendia que fosse lido, como é o caso das marcas regionais e temporais que ocorrem por meio de arcaísmos, por exemplo, ou referências históricas e culturais, entre outros.

É possível obter mais informação por meio dos dados do(a) emissor(a) (onde viveu, onde trabalhou, etc.), do público-alvo (qual o seu conhecimento pressuposto em termos culturais), do canal (se for ancorado numa determinada cultura), ou do motivo (se for específico de uma cultura).

No que diz respeito ao fator **6) tempo** (*quando*), tal como o fator espaço, tem de ser tratado de forma separada. Qualquer língua está sujeita a alterações constantes no seu uso e nas suas normas, motivo pelo qual o tempo de produção textual é um sinal importante do estado histórico de desenvolvimento linguístico representado no texto. Isto aplica-se não só à língua (do ponto de vista do(a) emissor(a)), mas também à compreensão histórica de unidades linguísticas (do ponto de vista do(a) recetor(a)), o que, por si só, está relacionado a uma certa época, ou período, porquanto as alterações linguísticas são determinadas por mudanças socioculturais.

Dependendo da idade do texto, o(a) tradutor(a) poderá ter expectativas totalmente diferentes em relação aos traços típicos do tipo textual em questão, podendo incluir formas obsoletas que caíram em desuso. Além dos aspetos linguísticos, a dimensão de tempo pode informar acerca do conhecimento comunicativo do(a) emissor(a), do público-alvo, assim como da intenção do(a) emissor(a).

Tal como a dêixis espacial, a dêixis temporal só pode ser interpretada corretamente se o(a) recetor(a) tiver conhecimento do tempo de produção textual. No

entanto, poderá ser necessário conhecer as convenções do género, sendo útil, por vezes, verificar a validade da informação fornecida no TP.

A dimensão de tempo abrange não só o tempo de produção e receção do TP, como também a de produção (ou seja, tradução) e receção do TC. A situação comunicativa original e a situação comunicativa intercultural são determinadas pelo seu respetivo contexto temporal (Nord 2005: 72).

Há que observar, também, as traduções tradicionais de textos clássicos e considerar os problemas envolvidos na tradução e retradução de textos antigos. A abordagem considerada correta depende do conceito ou tradição de tradução dominante, que se pode encarar como um género de convenção específica da cultura. Por vezes, é possível obter informação sobre a dimensão de tempo a partir da data de publicação do texto ou do ambiente textual, embora tal informação não seja totalmente fiável, visto que os textos são publicados amiúde anos depois de terem sido escritos. Pode ser necessário recorrer a literatura secundária para identificar o período de tempo em que o texto foi escrito (o período de vida do(a) autor(a), ou um certo período específico; tempo antes da data de receção; durante um período em que se usava um dado canal, etc.). Por fim, o tempo de produção textual pode ser inferido a partir de todos os traços que representam uma variedade histórica da LP.

Em relação ao fator **7) motivo para a comunicação** (*porquê*), este aplica-se tanto à razão por que um texto foi produzido, como à ocasião para que foi escrito. Há tipos textuais em que o motivo é explícito, assim como há motivos ou classes de motivos interligados a certos tipos de texto ou formas de comunicação. Em suma, há certas ocasiões em que é necessário produzir um texto de um dado tipo.

Dependendo do tipo textual, o motivo para a comunicação é determinante para os seguintes traços intratextuais: conteúdo (desde que o motivo seja explicitado no texto), vocabulário, estrutura sintática, traços suprasegmentais e elementos não-verbais. Embora o motivo para a comunicação esteja relacionado intrinsecamente com a dimensão de tempo, os dois fatores não devem ser confundidos. Ao passo que a dimensão de tempo faz parte da situação comunicativa, a dimensão de motivo correlaciona a situação comunicativa com os participantes de um acontecimento exterior, ou anterior à situação.

Por conseguinte, nem sempre é fácil (e relevante para a tradução) saber que acontecimento motivou a produção de um dado texto. Por vezes, o motivo é referido no texto ou no ambiente textual. A dimensão de motivo é importante para o(a) tradutor(a),

pois este(a) tem que contrastar o motivo da produção do TP com o motivo da produção do TC e saber qual o impacto que esse contraste tem nas decisões de transferência.

Ao passo que o motivo para a produção do TP se encontra amiúde no ambiente do(a) emissor(a) e produtor textual, o motivo para a produção do TC pode ser inferido a partir daquilo que se conhece sobre a situação de transferência, i.e. o(a) iniciador(a) e o encargo tradutório. O efeito do motivo nos traços intratextuais, ao contrário daquele da dimensão de tempo, é usualmente indireto.

Em suma, a informação sobre o motivo, ou o tipo de motivo, pode ser obtida através de certos fatores situacionais, tais como: o canal, o tempo e o espaço (em conexão com o conhecimento geral do(a) recetor(a)), assim como a função textual, se esta for especificada por sinais inequívocos, como designações de género ou traços de tipo textual. Geralmente, a informação sobre o(a) emissor(a) e a sua intenção apenas permite obter conclusões indiretas acerca do motivo da comunicação.

No que diz respeito ao fator **8) função textual** (*para quê*), Nord afirma que tal noção está relacionada com a função comunicativa, ou a combinação de funções comunicativas que um texto desempenha numa dada situação de produção e receção, derivando da configuração específica de fatores extratextuais (emissor(a) e o seu papel; intenção; recetor(a) e suas expectativas; canal; espaço; tempo; e motivo), o que difere da designação de género:

Certas funções textuais ocorrem tão frequentemente que os textos adquirem formas convencionais e constituem géneros textuais. Um género resulta de um dado tipo de ação comunicativa, porém, o género e a função textual não devem ser confundidos, uma vez, tal como Nord afirma:

A noção de função textual como configuração específica dos fatores situacionais pode ser ilustrada pela função dos textos literários. Geralmente, os(as) emissores(as) de um texto literário são autores individuais que também são produtores textuais que são conhecidos no contexto literário como escritores(as).

Os textos literários são, antes de mais, dirigidos a recetores(as) que têm uma expectativa específica determinada pela sua experiência literária, bem como um certo domínio do código literário. Geralmente, os textos literários são transmitidos por escrita (canal), ainda que possam ser transmitidos por via oral.

Os fatores situacionais (tempo, espaço, motivo) têm uma grande relevância na tradução literária, pois transmitem as características específicas da cultura, tanto da situação de partida, como da situação de chegada. Se se reconhecer a influência

fundamental que a intenção literária do(a) emissor(a) e as expectativas literárias do(a) recetor(a) têm na função e no efeito dos textos literários, é possível afirmar que a literariedade é claramente uma qualidade pragmática, atribuída a certos textos pelo(a) emissor(a) e recetor(a) numa situação comunicativa específica.

Os traços intratextuais dos textos são interpretados como literários pelos(as) recetores(as), em conexão com as suas próprias expectativas que são ativadas por certos pré-sinais extratextuais (tais como: o nome do(a) autor(a), designações como «conto», «romance», etc.). Devido a esta orientação cultural, este conceito dinâmico de literariedade parece ser mais satisfatório, segundo Nord, no que diz respeito à tradução e traduzibilidade de literatura, do que um conceito estático, baseado, mais ou menos, em traços linguísticos.

O princípio básico do Funcionalismo em Tradução é a orientação para uma função (prospetiva) do TC. De acordo com Nord, o que ocorre usualmente é uma mudança de função, sendo que a preservação da função é um caso especial no processo de transferencial textual intercultural.

Não obstante, a tradução requer não só funcionalidade no TC, mas também lealdade em relação ao(à) emissor(a) do TP e à sua respetiva intenção (o que é um fator constitutivo da função textual do TP), pelo que será somente por meio de uma análise da função do TP que o(a) tradutor(a) poderá decidir qual a função do TC será compatível com aquela do TP, sendo que o cliente tem um papel de extrema importância nesta decisão.

Se uma tradução é uma oferta de informação sobre (a oferta de informação de) um TP, pode haver dois tipos de relação fundamentais entre os TP e os TC. Encontra-se aqui, naturalmente, um dilema ancestral que remonta, pelo menos, aos dias de Cícero: traduzir livremente, ou traduzir literalmente.

É possível haver mais do que um TC, nomeadamente: a) um documento de uma ação comunicativa passada, na qual o(a) emissor(a) da CP leva a cabo uma oferta de informação por meio de um TP, e b) um instrumento numa nova ação comunicativa na CC, na qual um(a) recetor(a) da mesma recebe uma oferta de informação para a qual o TP fornece o material linguístico, pelo que Nord faz duas distinções, em termos de tipos de tradução, nomeadamente: documental e instrumental.

As traduções documentais (tais como as traduções literais, palavra a palavra, traduções literárias, traduções filológicas e traduções exotizantes) servem como um documento de uma comunicação da CP entre autor(a) e recetor(a) do TP, ao passo que

as traduções instrumentais são um instrumento comunicativo de direito próprio, transmitindo uma mensagem diferente do(a) emissor(a) do TP para o(a) recetor(a) do TC. Uma tradução instrumental pode ter uma função igual ou semelhante à do TP.

Numa tradução documental, certos aspetos do TP, ou de todo o contexto situacional do TP são reproduzidos para os(as) recetores(as) do TC, que estão conscientes de que estão a observar uma situação da qual não fazem parte. Uma tradução documental pode focar-se em qualquer um dos traços de cada nível do TP, renegando outros para o pano de fundo. Uma tradução literal, por exemplo, foca-se nos traços do sistema linguístico de partida, sendo que o enfoque recai sobre as estruturas lexicais, morfológicas e sintáticas presentes no TP.

Por outro lado, uma tradução instrumental serve como instrumento independente de transmissão de mensagem numa nova ação comunicativa na CC e tem o objetivo de levar a cabo o seu propósito comunicativo sem que o(a) recetor(a) esteja consciente de que está a ler ou a ouvir um texto que se encontra numa forma diferente e foi usado numa ação comunicativa diferente.

A fonte de informação mais importante é o ambiente textual, porquanto designações como relatos e instruções operativas recordam a experiência de leitura dos recetores(as) do tipo de texto em questão, o que cria uma expectativa específica em relação às funções textuais.

Por outro lado, assume-se que numa comunicação normal, tais designações são, de facto, guias para o(a) recetor(a). Se não houver denominação de género, as funções textuais têm que ser inferidas através da configuração dos fatores externos. Por este motivo, a função textual deve ser analisada em último lugar, quando se tem toda a informação disponível.

De acordo com Nord, o princípio mais importante é o da recursividade, uma vez que este tipo de análise não é um processo unidirecional, mas contém um número de ciclos, nos quais se criam expectativas, se confirmam ou rejeitam, e onde se obtém conhecimento e o entendimento é alterado constantemente.

Isto aplica-se não só à análise do texto como um todo e aos fatores textuais individuais, mas também se a análise da tradução das microestruturas levar incidentalmente a novas descobertas que requeiram a correção de decisões de transferência anteriores, ao processamento de unidades textuais mais pequenas, tais como capítulos, parágrafos, etc..

A análise não está completa, pois um dos traços constitutivos de um modelo recursivo é o facto de o processo de interpretação nunca chegar realmente ao fim. No entanto, o que isso revela é que uma análise externa da situação comunicativa de um texto pode fornecer uma base para a análise de traços intratextuais.

De acordo com Nord, são, igualmente, oito os **fatores intratextuais (ou textuais) relevantes para fins tradutórios**, nomeadamente: **1) tema** (*sobre o que se fala/escreve*); **2) conteúdo** (*o que se afirma/defende*); **3) pressuposições** (*qual o conhecimento pressuposto*); **4) composição textual** (*em que tipo textual se integra*); **5) elementos não-verbais** (*qual a composição gráfica*); **6) léxico** (*qual o vocabulário*); **7) estrutura sintática** (*quais as frases*); e **8) traços suprasegmentais** (*qual a composição gráfica*).

Em relação ao fator **1) tema** (*sobre o que se fala/escreve*), este é de extrema importância para todas as abordagens a uma análise textual direcionada para a tradução, ainda que nem sempre seja referido desta forma. Por exemplo, a académica Katharina Reiss (1984) enquadra este aspeto numa pergunta essencial para o(a) tradutor(a): sobre que fala/escreve o(a) emissor(a)?

Trata-se de uma questão que parece abranger o potencial adicional da significância que a organização artística pode transmitir num texto literário. Ainda segundo Reiss, o tema «real» poderá estar camuflado ou escondido em figuras de estilo, tais como metáforas e símiles.

Uma alteração do tema pode ser assinalada por elementos não-verbais, o que pode apresentar um problema para o(a) tradutor(a) se o texto a traduzir lidar com um dado número de temas, visto que as condições da situação de chegada podem variar em concordância (ex.: pelo menos no que diz respeito ao conhecimento dos(as) recetores(as)). Neste caso, o tema deve ser separado dos componentes individuais da combinação textual.

Caso a análise do tema seja efetuada na primeira fase da análise textual do TP pode conter informação importante no que diz respeito à viabilidade do encargo tradutório. Após se analisar o tema, é possível lidar com a função do título ou cabeçalho. A inferência do tema contém ocasionalmente alguma informação sobre certos fatores extratextuais (ex.: emissor(a), tempo, função textual), no caso de estes não terem sido determinados por uma análise externa. Por outro lado, certas expectativas sobre o assunto, as quais foram criadas no decurso de uma análise externa, podem ser confirmadas ou ajustadas por uma análise interna.

Nos casos em que a informação não é providenciada por um título temático como este, o assunto de um texto pode ser formulado numa nota introdutória, como é habitual, ou na primeira frase ou parágrafo, o que pode ser encarado como um tipo de «frase tópico», que parafraseia a essência temática do texto. Isto não se aplica somente a títulos que são uma parafrase abreviada do texto, mas também a títulos descritivos, como é o caso das obras literárias.

O resumo e a condensação de textos nem sempre permitem inferir o tema real, pois, nalguns casos, este pode ser camuflado por um tema «falso» que ocupa a superfície do texto. Será a análise dos outros fatores intratextuais, nomeadamente do léxico, que levará a uma boa tradução.

O conceito fulcral na análise do tema ao nível dos itens lexicais é o da isotopia. Os traços isotópicos são partilhados por vários itens lexicais num texto, interrelacionando, por conseguinte, os itens lexicais e formando um tipo de linha ou cadeia de isotopias ao longo do texto.

Os itens lexicais ligados pela isotopia são referidos como estando ao «nível isotópico», o que pode indicar o tema do texto. Podem existir vários níveis isotópicos num texto, ora se complementando uns aos outros, ora se subordinando hierarquicamente. De forma semelhante, o tema de um texto pode ser inferido por meio do isolamento dos conceitos temáticos e da análise da sua distribuição e densidade no texto. Visto que as estruturas isotópicas constituem uma «rede de relações semânticas», estas servem para expor a coerência de um texto.

Geralmente não é suficiente inferir os traços de coerência de um texto para se obter um entendimento acerca daquilo de que o texto realmente trata. A coerência explica as relações entre os elementos de um texto, mas não explica a relação entre o texto e a realidade extralinguística ao qual se refere. Não obstante, a compreensão é obtida através da coordenação da informação verbalizada no texto com alguma forma ou manifestação de cada realidade no geral, ou de uma realidade específica.

O leitor «compreende» o conteúdo de uma declaração ao associar a informação obtida a partir dos elementos textuais (léxicos e sintáticos) por meio da competência linguística, juntamente com o conhecimento que tem do mundo, armazenado no seu «horizonte» e amalgamando estes num «todo» novo, os quais estabelecem analogias entre a informação nova do texto, que é parte do seu conhecimento empírico. As símile e as metáforas podem facilitar este processo.

No que diz respeito ao fator **2) conteúdo** (*o que se afirma/defende*), quando o(a) tradutor(a) tem um bom domínio da LP e está a par das regras e normas que governam a produção textual, terá pouca dificuldade em determinar o conteúdo de um texto.

Esta referência expressa-se sobretudo pela informação semântica contida nas estruturas lexicais e gramaticais (ex.: palavras e sintagmas, padrões frásicos, tempo verbal, etc.) utilizadas no texto.

Por conseguinte, o ponto de partida para a análise do conteúdo deve ser a informação que consta dos elementos textuais interligados na superfície do texto por mecanismos de ligação linguísticos e textuais, tais como conexões lógicas, relações de tópico – comentário, e perspectiva de frases funcionais.

A análise do conteúdo de textos sintática e semanticamente complicados pode ser simplificada por uma paráfrase das unidades de informação, a qual pode ser formulada independentemente da estrutura sintática.

No entanto, desde que sejam explicitamente verbalizadas no texto, as relações lógicas entre estas unidades deve ser assinalada. Este procedimento permite ao(à) tradutor(a) identificar (e possivelmente compensar) pressuposições e até mesmo defeitos em coerência, que ocorrem frequentemente em textos.

Todavia, tais paráfrases devem ser tratadas com a devida cautela. As unidades de informação parafraseada formam um texto novo, que não é, de modo algum, idêntico ao original. Estas só devem ser usadas com o propósito de simplificar estruturas textuais, tornando-as mais transparentes. Ao efetuar paráfrases de itens lexicais também há que ter em conta o conteúdo conotativo, o qual deve ser preservado, ou pelo menos assinalado, no texto parafraseado. Em todo o caso, o ponto de partida não deve ser a paráfrase simplificadora, mas antes o original, i.e. o TP.

Os mecanismos de ligação que ocorrem no texto, tais como a anáfora, as substituições, a redundância (i.e. repetição de padrões ou elementos), a paráfrase (i.e. expressão do mesmo conteúdo por meio do uso de uma forma diferente), as proformas, etc., também podem ser usados para analisar o conteúdo. A experiência revela que as paráfrases, sobretudo em textos de partida escritos numa língua estrangeira, apresentam dificuldades consideráveis. Em algumas culturas, porém, as paráfrases (em vez da redundância) são um traço característico de certos registos ou tipos textuais.

A quantidade de informação verbalizada num texto não só inclui sentido denotativo, como também conotativo (ou secundário), i.e. a informação expressa por um elemento linguístico por virtude da sua afiliação a um dado código linguístico (níveis

estilísticos, registos, estilo funcional, dialetos sociais e regionais, etc.). Ao optar por um elemento específico em detrimento de outro, entre um número de possíveis elementos à escolha, o(a) autor(a) atribui um significado secundário ao texto.

Visto que o sentido conotativo apenas pode ser analisado detalhadamente em conexão com os valores estilísticos do léxico, a estrutura frásica e os traços suprasegmentais, Nord recomenda que nesta fase da análise se assinale provisoriamente os elementos textuais que podem ser classificados intuitivamente como «possíveis conotações».

Certas conotações fazem parte do conhecimento comunicativo de todos(as) os(as) falantes, quer falem a língua padrão ou um dialeto social e/ou regional específico. Estão intimamente ligados a um item lexical que deveria constar do dicionário. Tais conotações, ainda que estejam sujeitas a alterações no decorrer do tempo, devem ser consideradas como parte da «competência linguística» do(a) emissor(a) e do(a) recetor(a). Outras, porém, são válidas somente para certas pessoas, porquanto apenas funcionam se os participantes tiverem conhecimento de fenómenos sociais, políticos, regionais ou culturais específicos, sendo que se enquadram no «horizonte» do(a) emissor(a) e do(a) recetor(a).

A informação contida no texto pode ser «factual», baseada nos factos daquilo que é encarado como «realidade» pelo(a) emissor(a) e o(a) recetor(a), ou «ficcional», i.e., referindo-se a um mundo diferente e fictício, imaginado ou inventado pelo(a) autor(a), o que não faz parte do «mundo real» no qual a ação comunicativa tem lugar. Contudo, esta distinção não é de importância imediata para a análise do conteúdo.

A ficcionalidade é uma propriedade pragmática que é atribuída a um texto pelos participantes na interação comunicativa. Esta definição depende da noção de realidade e das normas de textualidade prevalecentes na sociedade em questão.

Não obstante, uma análise do conteúdo terá que especificar se a situação interna do texto é idêntica à situação externa. Caso não seja, a situação interna terá que ser analisada em separado, usando o mesmo conjunto de interrogações aplicadas na análise externa. Numa situação interna poderá haver um(a) emissor(a) interno(a) (orador(a), narrador(a)), que adota várias atitudes ou perspetivas em relação à narração, ou um(a) leitor(a) ou ouvinte implícito(a), e condições implícitas de tempo-espço; assim como indicações no que diz respeito ao canal utilizado, o motivo para a comunicação e a função atribuída ao texto embutido específico. A situação interna pode, inclusive, conter situações adicionais incorporadas (Nord 2005:104).

Os fatores situacionais de um texto incorporado são normalmente mencionados de forma explícita no texto de enquadramento, ao passo que a situação interna de um texto ficcional só pode ser inferida usualmente a partir de pistas escondidas ou insinuações indiretas. No entanto, há casos em que a análise da situação externa contém informação acerca da situação interna.

Em termos do fator **3) pressuposições** (*que conhecimento se pressupõe*), Nord refere-se àquilo que é assumido implicitamente pelo(a) emissor(a), que encara como garantido que também seja o caso do(a) recetor(a). São os fatores da situação comunicativa que se pressupõe serem conhecidos pelos participantes, não sendo, portanto, mencionados explicitamente.

Obviamente, é geralmente supérfluo mencionar algo que está à vista, sendo que as pressuposições se referem, amiúde, a objetos e fenómenos (*realia*) da cultura a que o(a) emissor(a) pertence. É certo que a informação pressuposta pelo(a) emissor(a) deve ser conhecida pelo(a) recetor(a) da tradução, mas o(a) tradutor(a) deve estar ciente do facto de que a explicitação de informação implícita está sujeita a causar alterações imediatas no efeito que o texto poderá ter.

As pressuposições podem referir-se não somente aos fatores e condições da situação e às realidades da CP, mas também podem implicar factos da biografia do(a) autor(a), teorias estéticas, tipos textuais comuns e as suas características, disposições métricas, detalhes de assunto, motivos, os *topoi* e a iconografia de certos períodos literários, ideologia, religião, filosofia e conceitos míticos, condições culturais e políticas de tempo, media e formas de representação, a situação educacional, ou a forma pela qual um texto foi transmitido.

Visto que uma das convenções sociais de comunicação é a de que uma declaração não deve ser nem trivial nem incompreensível, o(a) emissor(a) deve avaliar a situação, o conhecimento geral do público-alvo e a relevância da informação que será transmitida no texto, de modo a decidir quais as pressuposições que podem ser efetuadas e quais aquelas que não devem ser feitas.

Esta convenção aplica-se não somente à relação entre o(a) emissor(a) do TP e o(a) recetor(a) do TP, mas também àquela entre o(a) produtor(a) textual do TC, i.e. o(a) tradutor(a) e o seu público-alvo.

O facto de que uma parte da informação que pode ser «trivial» para os(as) recetores(as) do TP devido ao seu conhecimento da CP (e, por conseguinte, não é mencionado no TP) deve ser considerado pelo(a) tradutor(a), podendo ser desconhecido

para o público-alvo do TC devido ao seu conhecimento (e, portanto, deve ser mencionado no TC) – e vice-versa.

Uma vez que uma pressuposição é, por definição, uma parte de informação não verbalizada, não pode ser «sublinhada» no texto. No seu papel como recetores(as) do TP, os(as) tradutores(as) estão familiarizados(as) com a CP e – idealmente – entendem a informação pressuposta do mesmo modo que um(a) recetor(a) da CP, o que torna algo difícil descobrir as pressuposições contidas no texto.

De maneira a identificar as pressuposições, o(a) tradutor(a) tem que, primeiramente, determinar qual a cultura ou «mundo» a que o texto se refere (o que pode já ter sido estabelecido na análise do conteúdo).

Nesta altura, deve ser feita uma distinção entre textos factuais e ficcionais, pois os primeiros fazem uma proposição acerca da realidade (tal como é comumente aceite na cultura em questão), ao passo que os últimos não levam a cabo tal proposição (ou, pelo menos, não da mesma forma que os textos factuais). A diferença assenta na relação entre o texto e a realidade (assumida).

A categorização de um texto como factual ou ficcional não depende primeiramente da estrutura do próprio texto. Antes de mais, é o(a) autor(a) e, acima de tudo, o(a) leitor(a) que classifica o texto de acordo com o conceito de realidade prevalecente na sua cultura – um conceito que é determinado claramente por convenções sociológicas e filosóficas.

Um texto que se pretende que seja factual pelo(a) emissor(a) do TP pode ser «entendido» portanto como ficcional (e vice-versa) por um(a) recetor(a) do TC que tem uma visão diferente e culturalmente específica daquilo que é «real».

Se o TP estiver «ancorado» no mundo da CP, alguma informação sobre o mesmo será usualmente pressuposta no texto devido à máxima de relevância.

Por outro lado, se o TP se referir ao mundo do(a) recetor(a) do TC, o qual não se pode presumir que seja familiar ao(à) recetor(a) do TP, parecerá lógico ao produtor textual do TP verbalizar uma determinada quantidade de informação para o(a) recetor(a) do TP que parecerá, então, irrelevante para o(a) recetor(a) do TC.

Em todo o caso, o(a) tradutor(a) ajustará normalmente o nível de explicitação em relação ao conhecimento geral (presumido) do público-alvo do TC por meio, por exemplo, de procedimentos de expansão ou redução.

O nível de explicitação varia de acordo com o tipo e a função textuais. Neste contexto, é interessante assinalar que nos textos ficcionais a situação é bem mais

explícita do que nos textos não-ficcionais. Enquanto a compreensão de textos factuais se baseia no facto de que o(a) emissor(a) e o(a) recetor(a) partilham um modelo de realidade, o texto ficcional começa por criar um modelo próprio, ora se referindo explicitamente a um modelo realístico, ora criando um modelo ficcional no texto, o que pode ser relacionado, nalguma medida, a um modelo realístico existente.

Se a informação sobre a situação interna estiver escondida em certos elementos de um texto ficcional, tais como nomes próprios, dialetos sociais ou regionais (ex.: *Pigmalião*), etc., torna-se extremamente difícil transmiti-la no TC, porquanto num texto literário, por exemplo, não é apropriado utilizar substituições, notas de rodapé, ou traduções explicitadoras.

A probabilidade de pressuposições pode ser calculada a partir da distância dos(as) recetores(as) do TC e do TP em relação ao ambiente cultural do conteúdo, assim como do nível de explicitação e de redundância. Outros sinais que apontam para pressuposições podem ser fornecidos pelas dimensões intratextuais de assunto, conteúdo, estrutura frásica e traços suprasegmentais.

A análise das dimensões extratextuais de emissor(a), recetor(a), tempo-espço, e motivo de comunicação também pode revelar informação pressuposta. Com a sua competência tradutória do TC, os(as) tradutores(as) serão capazes de confirmar a capacidade de compreensão da informação verbalizada a partir do ponto de vista do(a) emissor(a) do TP. Por conseguinte, qualquer lapso ou excesso de informação possível no conhecimento do(a) recetor(a) do TC desejado, tal como o é descrito no encargo tradutório, pode ser localizado e, se necessário, compensado.

No que diz respeito ao fator **4) composição textual** (*em que tipo se integra o texto*), de acordo com Thiel, o texto tem uma macroestrutura informacional, (i.e. composição e ordem de unidades de informação) que consiste num dado número de microestruturas, sendo que os segmentos textuais que formam a macroestrutura são marcados ou delimitados primeiramente pela continuidade ou descontinuidade dos tempos [verbais].

Há várias razões pelas quais ambas as macroestruturas e as microestruturas do texto são aspetos importantes numa análise textual relevante para fins tradutórios:

Se um texto for constituído por segmentos textuais diferentes com condições situacionais diferentes, os segmentos podem requerer estratégias de tradução diferentes, de acordo com as suas diferentes funções.

A parte especial que o início e o fim de um texto têm na sua interpretação e compreensão significa que estes poderão ter de ser analisados em detalhe, de modo a determinar a forma pela qual guiam o processo de receção e influenciam o efeito total do texto.

Para certos géneros, há convenções culturalmente específicas em relação à sua estrutura micro e/ou macro. A análise da composição textual pode conter, portanto, informação valiosa acerca do tipo textual (e, porventura, da função textual).

Em textos bastante incoerentes ou complexos, a análise de microestruturas informacionais pode servir para descobrir o conteúdo ou a informação básica que está contida no texto (Nord 2005: 111).

Um TP pode fazer parte de uma unidade de um nível mais elevado, aquilo a que Nord designa de combinação textual ou um hipertexto. Em relação à macroestrutura, um dos aspetos críticos na análise da macroestrutura é a questão de haver quaisquer subtextos ou intextos embutidos no texto. Outras formas de intextos são citações, notas de tradutor, etc. A tarefa principal do(a) tradutor(a) é descobrir qual a função que o intexto cumpre no texto.

Ainda que outros fatores extratextuais (público-alvo, tempo-espço, canal) possam ser os mesmos no texto embutido e no intexto, a função deve ser analisada de modo separado.

No próprio texto, a macroestrutura é definida a partir de um ponto de vista semântico. As delimitações hierárquicas das secções textuais (capítulos, parágrafos, frases complexas, etc.) apenas podem fornecer uma orientação algo superficial.

Desde os dias da retórica clássica, o princípio e o fim de um texto são considerados de importância particular na interpretação de qualquer texto. Por este motivo, devem estes ser analisados de um modo separado.

Determinados tipos textuais são caracterizados por uma macroestrutura específica e marcadores estruturais específicos, assim como meios específicos de conjugação entre partes textuais. Numa tradução instrumental, o tradutor deve reparar na convenção da CC para o texto em questão.

No que diz respeito à microestrutura, há que distinguir estruturas formais, semânticas e funcionais. Se o nível mais elevado for o da metacomunicação e o segundo o que for constituído por unidades macroestruturais, tais como capítulos e parágrafos (estrutura formal), ou princípio e fim (estrutura funcional), o terceiro nível será o de frases simples e complexas (estrutura formal).

A partir do ponto de vista semântico ou funcional, é possível distinguir unidades de informação, declarações, passos no decorrer da ação ou do enredo, ou relações lógicas, tais como casualidade, finalidade, especificação, etc. O quarto nível será o das partes frásicas e a sua relação, como a Estrutura Tema-Rema (ETR).

Em textos escritos, uma «frase» é a unidade entre dois pontos finais (ou pontos de interrogação, exclamação, etc.) . Em textos orais, esta é delimitada por mecanismos de entoação, tais como som, velocidade e pausas longas. Em todo o caso, a completude gramatical não é considerada um critério.

Apesar de tudo, de todas as reservas possíveis, no que diz respeito a esta definição, a divisão em frases pode fornecer uma primeira aproximação, à micro estrutura de um texto. Ademais, levará à análise de estruturas frásicas.

Num segundo passo, o(a) analista tem que provar se a divisão formal em frases corresponde à divisão semântica em unidades de informação. Frases complexas usualmente têm que ser subdivididas em orações.

Em textos narrativos, as unidades de informação podem coincidir com os passos do decorrer da ação. Um dos traços intratextuais da composição textual é, nesta conexão, a ordem temporal usada no texto. A alteração da ordem cronológica das unidades narrativas produz *suspense*, enquanto que uma narração estritamente cronológica é caracterizada por um fluxo de informação algo simples.

Uma composição que segue o decorrer da ação representa uma estrutura com uma analogia a objetos e situações no mundo real (*ordo naturalis*), que não é especificamente linguístico e, portanto, não origina problemas que não possam ser resolvidos para o tradutor – pelo menos quando não há muita distância entre a CP e a CC. Isto aplica-se também a diálogos, que podem ser encarados como uma sequência (cronológica) de monólogos.

As estruturas de composição que não seguem a *ordo naturalis* são determinadas – tanto a nível macro como microestrutural – por normas culturalmente específicas, sendo marcadas por mecanismos de ligação especificamente linguísticos, ou até por meio da métrica, rima, aliteração, e outras figuras sonoras, que podem ajudar a estruturar o texto.

A ligação das unidades de informação pelo mecanismo de progressão temática, ao mesmo tempo, produz uma certa macroestrutura. Por conseguinte, a estrutura tema-remática é um traço que se sobrepõe à composição micro e macroestrutural.

Para uma análise textual relevante para fins tradutórios, Nord confina-se aos aspetos da estrutura tema-rema assentes no texto. A partir deste ponto de vista, o tema refere-se àquela parte da informação apresentada numa frase ou oração, que pode ser inferida a partir do contexto (verbal ou não-verbal), a informação dada, ao passo que o rema é a parte da informação que não é inferível, ou seja, a informação nova.

De acordo com a distribuição da informação dada e nova num texto, há que distinguir formas diferentes de progressão temática, as quais caracterizam a estrutura argumentativa do texto.

Não há dúvida de que «dinâmica comunicativa» de um texto com uma progressão temática linear, em que o rema de uma frase constitui o tema da seguinte, é totalmente diferente da de um texto que tem um tema contínuo com vários remas.

A estrutura tema-rema deve ser encarada como um universal semântico que é realizado de várias formas em diferentes línguas.

Antes de mais, a macroestrutura de um texto é assinalada por mecanismos formais usados para marcar as fronteiras de segmentos de discurso, tanto oral como escrito, que formam grandes unidades, tais como capítulos ou parágrafos, em textos escritos. Capítulos são marcados por cabeçalhos ou numerais, parágrafos ou indentações, por entoação, pausas de mais de um segundo, etc. Estes marcadores não-verbais são usualmente combinados com marcadores lexicais (ex.: sintagmas adverbiais em posição inicial ou assinalada).

Em tipos textuais com uma «*ordo naturalis*» convencional (ex.: relatórios), a composição é marcada de acordo com o assunto e o conteúdo. Microestruturas são marcadas por meio de estruturas sintáticas (orações principais/subordinadas) ou mecanismos lexicais (ex.: catáfora) e por traços suprasegmentais (pontuação, etc.).

Em relação ao fator **5) elementos não-verbais** (*qual a composição gráfica*), os sinais retirados de outros códigos não-linguísticos, que são usados para suplementar, ilustrar, desambiguar, ou intensificar a mensagem do texto, são referidos pelo conceito funcional de «elementos não-verbais». Nord enfatiza a visão de que tais elementos têm um papel comunicativo complementar na comunicação verbal (o que exclui a linguagem gestual, ou sinalética, que substitua o código verbal).

Os elementos não-verbais incluem os elementos paralinguísticos da comunicação face a face (ex.: gestos, expressões faciais, etc.), assim como os elementos não-linguísticos pertencentes a um texto escrito (fotografias, ilustrações, etc.).

Contudo, traços de entoação, pausas, etc., e mecanismos gráficos que realizam funções análogas na comunicação escrita (pontuação, maiúsculas, itálico, etc.) são classificados como «traços suprasegmentais».

Em termos de formas e funções dos elementos não-verbais, há que distinguir os elementos não-verbais que acompanham o texto (ex.: gestos, *layout*) daqueles que são suplementares (ex.: tabelas ou gráficos), ou daqueles que constituem uma parte independente do texto, ou que substituem certos elementos textuais. Na comunicação presencial há uma tendência para usar gestos, tanto da face como do corpo.

Na comunicação escrita, as expressões mímicas ou gestos não podem ser usados, mas a contextualidade pragmática reduzida dos textos escritos deve ser compensada. Isto é feito, parcialmente, pela seleção de elementos verbais particulares, especialmente aqueles que representam traços suprasegmentais na escrita (ex.: pontuação, traços, negrito, etc.), e parcialmente por meios adicionais não-verbais, tais como imagens.

Os elementos não-verbais podem pertencer à forma convencional de certos tipos textuais. Obviamente, nem sempre é o(a) autor(a) ou o(a) emissor(a), com a sua intenção comunicativa específica, a pessoa responsável pelo *layout* e formato de um texto. Porém, independentemente de quem toma a decisão final sobre a organização do texto, o efeito que esses elementos produzem no(a) recetor(a) permanecem os mesmos. Se o *skopos* da tradução requerer «equivalência de efeito», então o tradutor deve ter em conta todos os tipos de elementos não-verbais.

Ilustrações, diagramas, desenhos de certas operações, etc., são suplementos convencionais ou até formam uma parte integral de instruções operativas ou manuais. Em alguns casos, até pode ser conveniente para o tradutor tentar e levar a cabo as instruções de modo a confirmar a coerência dos elementos verbais e não-verbais, e a funcionalidade do texto.

A análise de elementos textuais não-verbais usualmente contem alguma informação sobre os aspetos de composição textual (ex.: marcadores de parágrafo), pressuposições (ex.: marcas de omissão), léxico (ex.: expressões faciais que sugerem um sentido irónico), e traços suprasegmentais (ex.: linhas mais curtas num poema). Entre os fatores extratextuais, é sobretudo a intenção do(a) emissor(a) e a função do texto que podem ser caracterizados por elementos não-verbais.

Tal como os elementos verbais, os elementos textuais não-verbais são culturalmente específicos. No enquadramento de uma análise do TP relevante para fins tradutórios, o(a) tradutor(a) tem que saber quais os elementos não-verbais do TP que

podem ser preservados na tradução e quais os que têm que ser adaptados às normas e convenções da CC. Um logo ou um nome específico que tem uma conotação positiva na CP pode ter um valor negativo na CC.

Não é difícil identificar os elementos não-verbais num TP, uma vez que são usualmente óbvios e predizíveis em certos tipos textuais. No entanto, é importante em cada caso analisar a função de tais elementos.

As aspas, por exemplo, podem indicar um sentido irónico (caso no qual representam um traço suprasegmental, i.e. uma certa entoação) ou para um neologismo introduzido *ad hoc* e explicado no texto, ou a uma referência à declaração de outra pessoa (caso no qual o(a) produtor textual(a) poderá querer expressar uma reserva mental, que seria marcada por um piscar de olho num discurso falado).

O fator **6) léxico** (*qual o vocabulário*), por sua vez, é determinado tanto por fatores intra como extratextuais, pois as características dos itens lexicais usados num texto geralmente contêm informação não somente sobre os fatores extratextuais, mas também sobre outros aspetos intratextuais.

Por exemplo, as características semânticas e estilísticas do léxico (ex.: conotações, campos semânticos, registo) podem apontar para as dimensões de tema, conteúdo e pressuposições, ao passo que as características formais e gramaticais (ex.: partes do discurso, função das palavras, morfologia) se referem às estruturas sintáticas predizíveis e aos traços suprasegmentais.

Em termos de determinantes intratextuais do léxico, a seleção de itens lexicais é largamente determinada pelas dimensões de tema e conteúdo. Dependendo do tema, certos campos semânticos serão representados por mais itens do que outros, e a conexão textual de palavras-chave constituirá cadeias isotópicas ao longo do texto.

Neste contexto, aspetos morfológicos (sufixos, prefixos, composições, acrónimos, etc.), colocações, idiomas, uso figurativo (metáfora, metonímia), etc., têm que ser analisados do ponto de vista da semântica textual, sendo que uma análise componencial, investigações etimológicas e estudos lexicais comparativos também podem ser úteis quando o sentido de certas palavras, sobretudo de neologismos, não é claro para o(a) tradutor(a).

Em termos de determinantes extratextuais do léxico, por outro lado, ilustra bem a interdependência de fatores extra e intratextuais. Em qualquer texto, as características do léxico estilisticamente relevantes refletem claramente os fatores extratextuais da situação em que o texto é usado, incluindo os participantes que o usam para comunicar.

Os fatores extratextuais não só estabelecem o quadro de referência para a seleção de palavras, como também são eles próprios – direta ou indiretamente – mencionados no texto. Por conseguinte, Nord lida com os fatores extratextuais um a um de modo a explicar o impacto que estes têm na escolha de itens lexicais.

A primeira questão é se as expectativas que derivam da informação externa e pistas no que diz respeito ao carácter geral do(a) emissor(a) (tempo, origem social e geográfica, educação, estatuto social, etc.), ou a sua posição em relação ao texto analisado (ex.: papel comunicativo), são verificadas pelo texto. Isto também se aplica a qualquer emissor(a) interno que possa ser mencionado ou pressuposto no texto.

A segunda questão é se o(a) emissor(a) é mencionado no texto. Nesse caso, o uso da primeira pessoa dá aos leitores a impressão de que o(a) emissor(a) se está a dirigir a eles diretamente. Em textos não-ficcionais, pode assumir-se que a primeira pessoa se refere realmente ao(à) autor(a). Para alguns tipos textuais, há até convenções no que diz respeito ao modo de os(as) autores(as) se referirem a eles(as) próprios(as). Em textos ficcionais, há que assumir um(a) «narrador(a) implícito(a)» que não é idêntico(a) ao(à) autor(a).

No que diz respeito ao impacto da intenção do(a) emissor(a) sobre o léxico, há que interrogar se e como a seleção de palavras reflete a intenção, ou, se não houver informação externa, qual será a intenção a ser inferida pelo uso de palavras no texto. É o aspeto pragmático de intencionalidade, no sentido de «interesse concreto» por detrás da produção textual que está a ser analisada neste contexto.

Esta intencionalidade é refletida por essas características do léxico que não se devem a condições situacionais específicas, ou a normas e convenções, assim como por esses traços que aparentam assinalar uma «violação» intencional de quaisquer normas e convenções válidas tanto para o género em questão, como para as condições de canal, tempo-espço e motivo de comunicação que caracterizam a situação do texto. Isto quer dizer que um traço de léxico pode ser encarado como intencional se o(a) tradutor(a) tiver que analisar o interesse e o propósito que induziram o(a) autor(a) a usar precisamente aquela expressão, aquela figura ou aquela palavra específica.

De modo a deduzir a intenção do(a) emissor(a), é aconselhável, de acordo com Nord, analisar o «grau de originalidade» do léxico usado no texto, uma prática comum com símiles e metáforas. Em todo o caso, o tradutor tem que examinar se a escolha de palavras é comum, ou, pelo menos, padronizada para certos tipos textuais, ou se pode ser encarada como original, ou até mesmo extravagante.

A análise de vários itens lexicais num texto pode demonstrar que um traço estilístico específico é característico de todo um texto. Se o *skopos* da tradução requer a preservação de tais traços, as decisões de tradução individuais (tanto no campo do léxico, como no do conteúdo, composição textual, estrutura frásica, etc.) têm que ser subordinadas a esse propósito.

As estratégias de tradução devem ser planeadas pelo(a) tradutor(a) com este propósito central em mente, procurando os meios estilísticos que servem para o atingir na LC e CC, em vez de traduzir metáfora por metáfora e símile por símile.

A intencionalidade semântica refere-se às razões que induziram o(a) emissor(a) a selecionar uma parte de informação particular para o texto de toda a informação disponível e ao efeito que esta escolha tem no público-alvo. A decisão de escolher um detalhe específico em vez de outro constitui uma pista importante em relação à intenção (literária, estilística) do(a) emissor(a).

O público-alvo de um texto é refletido, também, pela escolha do léxico, ex.: pelo uso de palavras com um registo, dialeto ou estilo específico que não é determinado pelo(a) emissor(a), ou por explicações inseridas. Efetivamente, o(a) recetor(a) também pode ser mencionado no texto. Há formas diretas de referência na segunda pessoa, ex.: *you* (em muitas culturas [como é o caso da portuguesa], o tradutor tem que distinguir entre formas de tratamento formais e informais).

A influência do aspeto de espaço no léxico é evidente não só nos elementos deícticos e referências à situação interna, mas também nos itens lexicais que se referem ao conhecimento cultural, tais como nomes próprios, termos culturais e institucionais, etc. O aspeto do tempo também se reflete nos elementos deícticos, em referências temporais internas e em marcas temporais de certos itens lexicais. Este último aspeto é particularmente relevante tanto para a tradução de textos antigos, como para a daqueles cuja linguagem é moderna.

No entanto, o(a) tradutor(a) tem que decidir se o *skopos* da tradução requer uma tradução «sincronizada», ou «atualizada». Uma vez que é difícil para um(a) tradutor(a) do século XXI traduzir um texto na linguagem do século XVIII, este poderá ter de não usar palavras típicas do século XXI (ex.: palavras na moda). Certos tipos textuais, tais como documentos legais, são caracterizados por léxico arcaico.

O motivo ou a ocasião para a comunicação pode influenciar a escolha do léxico ao requerer um nível de estilo específico, ou certas fórmulas ou clichés. Isto pode ser

um aspeto importante quando o TC tem o propósito de ser usado numa ocasião diferente daquela do TP.

A função textual (em correlação com o tipo textual) reflete-se, frequentemente, na escolha de itens lexicais. A linguagem para propósitos específicos e a metalinguagem são outros campos com função específica de uso de palavras. As convenções de género apontam para o facto de que o(a) emissor(a) está interessado(a) em subordinar a forma ao conteúdo, criando portanto diretrizes para um dado efeito do texto. Se a função se alterar dentro do texto, o uso de convenções de tipo textual ou de estilo funcional podem assinalar um interesse estilístico particular por parte do(a) emissor(a).

No que diz respeito ao fator **7) estrutura frásica** (*quais as frases*), a análise da estrutura frásica contém informação importante sobre as características do tema, da composição textual e dos traços suprasegmentais, e algumas figuras de estilo podem indicar pressuposições. Entre os fatores extratextuais são os aspetos de intenção, canal e função textual aqueles que são caracterizados pelas estruturas frásicas específicas.

Efetivamente, o(a) tradutor(a) tem uma primeira impressão da estrutura frásica típica de um texto ao analisar o tipo (declarativas, interrogativas, exclamativas, elipses) e o tamanho (médio) das frases e outras construções que as substituem (infinitivos, presente, gerúndio), a distribuição de orações principais e subordinadas.

Com base em tal análise, o(a) tradutor(a) é capaz de entender de que modo a informação no texto é estruturada. Abaixo do nível de frases e orações, encontra-se a ordem de constituintes (SVO), ou de palavras (ex.: a posição de advérbios) que pode levar a uma estruturação posterior.

Além das figuras de estilo clássicas, é o desvio das normas e convenções sintáticas o que é usado para produzir um efeito estilístico particular. Em tais casos, o(a) tradutor(a) tem que deduzir, antes de mais, que tipo de desvio é usado e como funciona, antes de decidir se o traduzirá – ou não – à luz do encargo tradutório.

Os traços sintáticos também dependem de vários outros fatores intratextuais, sobretudo o conteúdo e a composição textual (ex.: distribuição de informação no texto e nas frases), léxico (ex.: construções verbais ou nominais) e traços suprasegmentais (sobretudo ênfase e entoação). Entre os fatores extratextuais são maioritariamente os aspetos de intenção, público-alvo, canal (ex.: oralidade *versus* escrita) e função (ex.: estruturas convencionais) que afetam os traços sintáticos.

Em relação ao fator **8) traços suprasegmentais** (*qual a composição gráfica*), estes são todos os traços de organização textual que ultrapassam as fronteiras de

quaisquer segmentos lexicais ou sintáticos, frases e parágrafos, enquadrando o «tom» específico do texto.

O enquadramento específico de um texto depende, antes de mais, do canal pelo qual o texto é transmitido. Em textos escritos, os traços suprasegmentais são assinalados por meios óticos, tais como o uso de itálico, negrito, aspas, travessão, parêntesis, etc., ao passo que em textos orais, os traços suprasegmentais são assinalados por meios acústicos, tais como o tom, a entoação, variações no volume, etc. Isto aplica-se tanto a textos orais que são produzidos espontaneamente, como a textos escritos que são apresentados oralmente.

É importante distinguir traços suprasegmentais, na sua função de traços de organização textual e verbal, dos elementos não-verbais que acompanham o texto, tais como expressões faciais, gestos, etc.

Por outro lado, traços do discurso físicos e psicológicos (tais como qualidade de voz), assim como traços que resultam dos fatores biográficos (tais como origem, idade) devem ser distinguidos dos traços funcionais «controláveis», i.e. os traços que dependem da intenção do(a) emissor(a), ou de outros fatores situacionais, tais como a relação entre este(a) e o(a) recetor(a).

Em termos de entoação como meio de organização textual (em oposição à entoação indicar estados físicos, características habituais do(a) emissor(a), ou até fenómenos psicopatológicos) serve maioritariamente para marcar a estrutura de informação e dividir o fluxo do discurso em unidades de tom separadas por pausas. As unidades de tom usualmente correspondem a unidades de informação. Outra função da entoação é marcar o núcleo semântico da frase.

Além do mais, a entoação ajuda a desambiguar os vários sentidos possíveis de uma frase, sendo que o sentido transmitido pela entoação é independente, i.e. não é subordinado, mas sim coordenado com as unidades lexicais e semânticas.

A entoação assinala a atitude do(a) emissor(a) face à mensagem e, a este respeito, a sua função pode ser comparada àquela da função estilística do texto e da estrutura frásica, podendo ser analisada somente em conexão com os outros dois fatores. Em certos textos, a entoação abrange o «tom» específico de um texto.

Neste contexto, a importância do som e do ritmo para a interpretação de um texto não precisa de ser salientada, sendo um objeto de estudo habitual nos Estudos Literários. Fatores como o ritmo, a melodia, aliteraões, rimas, etc., sempre tiveram um

papel importante na análise de textos literários e, de facto, a sua relevância na tradução literária nunca foi negada.

Segundo Nord, porém, os aspetos de prosódia e entoação que se observam na literatura oral também são fatores valiosos na análise de qualquer tipo de texto escrito. Ainda que fisicamente mudo e inerte na página impressa, o texto pode falar e «agir» eloquentemente por si próprio na visão e audição internas do(a) recetor(a). De facto, o(a) recetor(a) de um texto escrito parece ativar uma espécie de «imaginação acústica» que sugere a «fonologia» específica de um texto.

Neste contexto, há que distinguir entre uma «entoação normal» e quaisquer formas de entoação desviantes que são evocadas pela escolha lexical específica, por certas estruturas sintáticas, por sinais como pontuação e pelo conhecimento situacional do(a) recetor(a). No entanto, a imaginação acústica difere de pessoa para pessoa, de modo que as imagens fonológicas que um texto evoca serão igualmente diferentes.

A organização fonológica de um texto é representada na escrita pela escolha de palavras específicas, ordem de palavras, onomatopeias, certos traços como itálico ou espaços, desvios ortográficos, aspas, sublinhado, ou até pela pontuação. As possibilidades de uso intencional da pontuação variam de acordo com as normas específicas de cada língua.

Neste sentido, pode distinguir-se entre marcas de pontuação «sintáticas» ou «discursivas» (ponto final, vírgula, pontos de exclamação e interrogação), que servem para guiar a compreensão por meio de sinais convencionais, e marcas de pontuação «estilísticas», que dão elegância e expressividade a uma frase. Por conseguinte, a pontuação, seja convencional ou estilística, é usada principalmente como um meio de representar a entoação e a prosódia na escrita.

A análise dos traços suprasegmentais geralmente contém informação acerca do conteúdo e do tema, assim como pressuposições e composição textual. Entre os fatores extratextuais são os aspetos de emissor(a), intenção, espaço e motivo e função textual que são maioritariamente caracterizados pelos traços suprasegmentais.

A afetividade e a expressividade são maioritariamente expressas pela escolha do léxico. Certas palavras afirmativas e avaliações enfáticas parecem atrair o ênfase da frase, ao passo que outras produzem contornos de entoação específicos, ao direcionando o ênfase e explicando o potencial ilocucionário de uma declaração.

Por fim, a imagem fonológica de um texto também é determinada pelas estruturas de tema e rema. Uma vez que o elemento temático geralmente une uma frase

à declaração que a precede, este é colocado amiúde numa posição inicial com o rema a formar o fim da frase, o qual é, como é óbvio, o lugar apropriado para os elementos que o(a) emissor(a) pretende enfatizar. Um desvio deste padrão causa surpresa ou origina uma certa tensão entre as duas frases, o que também se reflete na entoação.

Para o(a) tradutor(a), estas considerações sobre fonologia e entoação são de grande importância, porquanto a imaginação acústica do(a) recetor(a) é determinada por padrões específicos da língua. Cada recetor(a) lê um texto confrontando o seu próprio conhecimento de padrões de ênfase e entoação. Visto que na maioria dos casos se trata de um conhecimento intuitivo, é possível que o(a) recetor(a) não seja capaz de se adaptar a padrões estranhos, mesmo que esteja consciente de estar a ler uma tradução. Após analisar as suas funções, o(a) tradutor(a) deve adaptar, portanto, a entoação do TP aos padrões da LC.

Tal como os fatores extratextuais, os fatores intratextuais estão intimamente interligados, pelo que Nord volta a referenciar o carácter recursivo do modelo de análise. Uma vez que a informação obtida sobre cada fator apresenta geralmente informação sobre os traços característicos de outros fatores, nem sempre é possível realizar uma progressão linear no que diz respeito ao processo de análise.

Capítulo III: Análise textual (TP) e tratamento de problemas de tradução

3.1. Fatores extratextuais e fatores intratextuais

Em termos de **fatores extratextuais (ou contextuais)**, em primeiro lugar, analisa-se o fator de **1) emissor e produtores textuais** (*quem escreve*), sendo que James Riley é, simultaneamente, o emissor e produtor textual da sua narrativa, tal como consta no nome do autor no título. No entanto, o papel de produtor textual é compartilhado por dois amigos seus, nomeadamente: Anthony Bleecker, advogado de Nova Iorque, e Sr. Josiah Shippey Júnior, de Nova Iorque. Por conseguinte, é possível que o estilo pouco cuidado, como o próprio Riley afirma no prefácio da sua obra, tenha sido corrigido, efetivamente, por estes dois produtores textuais.

Assim sendo, verifica-se que o ambiente textual (título e prefácio) apresenta informação não somente acerca do emissor, como também dos produtores textuais que o auxiliaram na sua tarefa de relatar o seu naufrágio, cativo e resgate, sendo que o nome de Riley já era algo conhecido na Nova Inglaterra, tendo vindo a sê-lo mais ainda aquando do seu regresso e da publicação da narrativa.

Em segundo lugar, efetua-se uma análise do fator **2) intenção do emissor** (*com que intenção o faz*), a qual é definida e caracterizada pelo ponto de vista do emissor, que pretende alcançar um dado propósito com a transmissão do seu texto. A Narrativa de Riley apresenta, logo no prefácio da obra, várias intenções, que são expressas textualmente por meio das quatro funções básicas da comunicação já referidas.

Efetivamente, Riley pretende prevenir os seus companheiros marinheiros contra os perigos daquela zona de navegação, bem como informar o público-alvo acerca de um lugar ainda desconhecido nos Estados Unidos e no mundo ocidental: o norte de África e o deserto do Saara. Além disso, pretende dar a conhecer a sua história e expressar os seus sentimentos em relação à escravatura, porquanto ele próprio foi feito escravo, estabelecendo, no texto, assim, um paralelismo com essa prática no país.

Em terceiro lugar, leva-se a cabo uma análise do fator seguinte, **3) o(a) recetor(a) e alocutário(a)/destinatário(a)** (*para quem*), tendo em conta que o TP pertence a um século diferente, nomeadamente o século XIX, motivo pelo qual o(a) tradutor(a) deve efetuar não só uma pesquisa acerca da receção do TP, como também uma comparação entre esta e a receção potencial do TC.

Efetivamente, o TP é direcionado para um(a) recetor(a) que pertence a uma comunidade cultural, espacial, temporal e linguística diferente, mais especificamente,

o(a) recetor(a) do TP é o(a) leitor(a) médio(a) de língua inglesa do século XIX, ou seja, o(a) leitor(a) norte-americano(a), embora a Narrativa de Riley tenha alcançado o público europeu por meio de traduções, tal como mencionado na introdução.

Em contrapartida, o público-alvo do TC é o(a) leitor(a) médio(a) português(a), que pertence ao século XXI, tal como o leitor de *Esqueletos no Saara*, uma época em que se pode aceder a qualquer tipo de informação via *internet*, além de que a atual língua franca é o inglês, algo que também se deve ter em conta. Com base nesta informação, o(a) tradutor(a) seleciona os elementos a omitir, a ser preservados e aqueles que devem ser especificados, i.e. aos quais se deve adicionar uma explanação, tal como uma nota de tradutor.

No que diz respeito ao fator **4) canal** (*por que meio*), a Narrativa de Riley foi produzida e veiculada por meio da escrita, embora, na sua génese, seja baseada em diálogos e acontecimentos reais, i.e. o canal inicial foi a oralidade, pois o TP, em certas partes, acaba por ser uma transliteração daquilo que foi falado.

Em relação ao fator **5) espaço** (*onde*), o local de produção textual começou por ser Essaouira, o lugar onde Riley foi resgatado, visto que ele iniciou, nesse momento, o registo das suas memórias. Contudo, acabou por ser em Hartford, Connecticut (Nova Inglaterra), onde Riley terminou a sua escrita, com o auxílio, em termos linguísticos, de dois amigos próximos. Tal como Nord afirma, a informação sobre a dimensão de espaço encontra-se no ambiente textual na forma de local de publicação, nome da editora, entre outros. Efetivamente, a informação de espaço é fornecida por Riley no seu relato.

O fator **6) tempo** (*quando*), por sua vez, reflete um aspeto relevante em termos linguísticos, uma vez que o TP é produzido no século XIX, mais especificamente em 1817, tendo o naufrágio de Riley ocorrido dois anos antes. Por conseguinte, constata-se um uso de termos arcaicos e um uso recorrente de linguagem bíblica. Além dos aspetos linguísticos, a dimensão de tempo informa acerca do conhecimento partilhado entre o emissor e o público-alvo.

Em sétimo lugar, o fator **7) motivo para a comunicação** (*porquê*) consta do próprio texto, mais especificamente no prefácio, no qual Riley especifica os motivos que originaram o registo da sua experiência.

Além de querer prevenir os seus irmãos do mar acerca dos perigos marítimos do Cabo Bojador, Riley pretendia dar a conhecer os seus sofrimentos enquanto escravo dos árabes, uma situação que afetava os marinheiros cristãos naquela altura, bem como os

negros nos Estados Unidos, dando ênfase ao caráter antiesclavagista do testemunho em primeira mão.

No que diz respeito ao fator **8) função textual** (*para quê*) são várias as funções que o TP desempenhou na altura em questão, havendo várias questões a ter em consideração, nomeadamente: o **a)** emissor, James Riley, um marinheiro cristão, protestante, e norte-americano; o **b)** canal, i.e. escrita, a qual se insere num subgénero literário específico, a Literatura de Viagens Tradicional (segundo a denominação do subgénero de Cristóvão tratada na alínea 3 do Capítulo I), mais especificamente, um relato de naufrágio, cativo e resgate; o **c)** tempo-espço, ou seja, nos E.U.A., em 1817, uma altura de grande prosperidade, após a Guerra Anglo-Americana de 1812 e as Guerras Berbéres, sendo que o TP representa um olhar puritano sobre o norte de África e a situação dos marinheiros que aí naufragavam, i.e. eram escravos dos árabes, tal como os então *negros* eram também escravos no seu próprio país; e **d)** o motivo que motivou Riley, após ter sido tratado como escravo: lutar contra a escravatura no seu próprio país, algo que se verifica no próprio TP comentado pelo próprio:

Unerring wisdom and goodness has since restored me to the comforts of civilized life, to the bosom of my family, and to the blessings of my native land, whose political and moral institutions are in themselves the very best of any that prevail in the civilized portions of the globe and ensure to her citizens the greatest share of personal liberty, protection, and happiness; and yet, strange as it must appear to the philanthropist, my proud-spirited and free countrymen still hold a million of the human species in the most cruel bonds of slavery, who are kept at hard labour and smarting under the savage lash of inhuman mercenary drivers, and in many instances enduring besides the miseries of hunger, thirst, imprisonment, cold, nakedness, and even tortures This is no picture of the imagination: for the honour of human nature I wish its likeness were indeed nowhere to be found; but I myself have witnessed such scenes in different parts of my own country, and the bare recollection now chills my blood with horror [...] The present situation of slaves in our country ought to attract an uncommon degree of commiseration, and might be essentially ameliorated without endangering the public safety, or even causing the least injury to individual interest (Riley 1817: 445; 446).

As questões mencionadas têm uma grande relevância na tradução literária, uma vez que transmitem as características específicas da CP. O princípio básico do funcionalismo é a orientação para uma função (prospetiva) do TC, pelo que se verifica uma mudança de função. A tradução requer não somente funcionalidade no TC, mas também lealdade em relação ao emissor.

Em termos de **fatores intratextuais, ou textuais**, analisa-se, em primeiro lugar o **1) tema** (*sobre o que se escreve*), o qual é expresso com bastante descrição logo no título, uma vez que Riley resume pormenorizadamente aquilo que registou, sendo uma prática usual na altura. Este tipo de título-resumo enquadra-se no subgénero literário da Literatura de Viagens Tradicional, como se pode constatar noutros textos cujo tema, o naufrágio, o cativo e o resgate de marinheiros cristãos e norte-americanos no norte de África, está intrinsecamente relacionado com a Narrativa de Riley, como é o caso dos seguintes relatos norte-americanos que apresentam a mesma tipologia de título: *A Journal, of the Captivity and Sufferings of John Foss: Several Years a Prisoner in Algiers: Together with Some Account of the Treatment of Christian Slaves when Sick: and Observations on the Manners and Customs of the Algerines* (1798), de John Foss; *Horrors of slavery: or, the American tars in Tripoli; containing an account of the loss and capture of the United States frigate Philadelphia; treatment and sufferings of the prisoners; description of the place; manners, customs, &c. of the Tripolitans; public transactions of the United States with that regency, including Gen. Eaton's expedition; interspersed with interesting remarks, anecdotes, and poetry, on various subjects; written during upwards of nineteen months' imprisonment and vassalage among the Turks* (1808), de William Ray; *A Narrative of the Shipwreck of the Ship Oswego, on the Coast of South Barbary: And of the Sufferings of the Master and the Crew while in Bondage among the Arabs; Interspersed with Numerous Remarks upon the Country and its Inhabitants, and Concerning the Peculiar Perils of that Coast* (1818), de Judah Paddock; entre outros.

Em segundo lugar, efetua-se uma análise do fator **2) conteúdo** (*o que se afirma e defende*), tendo em conta, antes de mais, que o TP se refere a uma realidade factual, ou seja, trata-se de um testemunho em primeira mão de acontecimentos passados.

A informação contida no título é complementada, no início, não só pelo prefácio, no qual Riley faz um resumo dos motivos que o levaram a escrever o seu relato, como pelos títulos dos capítulos, que, por si só, também são um resumo daquilo de que cada capítulo trata, assim como o *post scriptum*, i.e. o apêndice no final. Em todo o caso, do TP do presente trabalho apenas constam o prefácio e três capítulos selecionados.

O primeiro capítulo trata a vida do próprio autor de um modo cronológico, tal como o resto da sua narrativa, ao passo que o terceiro capítulo descreve a viagem marítima, ou parte dela, e o naufrágio, sendo uma parte repleta de terminologia náutica,

e o nono capítulo relata a altura em que Riley foi resgatado por aquele homem que viria a ser fulcral para a sua libertação, o árabe Sidi Hamet.

Quanto ao resto da narrativa, trata vários assuntos, algo habitual do subgénero em que o TP se insere, uma vez que Riley se encarrega de registar tudo aquilo que observa e é capaz de entender nas conversas. Riley também faz observações geográficas e históricas, bem como socioculturais e militares, entre outras, para além do assunto do combate à escravatura.

No que diz respeito ao terceiro fator **3) pressuposições** (*que conhecimento se pressupõe*), trata-se aqui o que Riley entende fazer parte do conhecimento do(a) recetor(a) da sua narrativa. Levanta-se aqui uma questão bastante pertinente para fins tradutórios, uma vez que o público-alvo do TP pertence a outro século e local geográfico, i.e. ao século XIX e aos Estados Unidos.

Por este motivo, Riley, embora leve a cabo uma descrição bastante pormenorizada não só da sua vida e educação, no primeiro capítulo, mas também da sua viagem marítima, do seu naufrágio e cativeiro entre os árabes, nos capítulos terceiro e nono, seguindo-se uma descrição do norte de África, a vários níveis, encara como parte do horizonte dum(a) recetor(a) tudo aquilo de que este(a) teria conhecimento naquela época em questão e no mundo ocidental. Assim sendo, referências como a citação do *Livro de Oração Comum (LOC)*, a Guerra Anglo-Americana de 1812, as Guerras Napoleónicas e as Guerras Berberes são entendidas como fazendo parte do conhecimento do público-alvo do TP.

Sabe-se, por exemplo, que o livro de Riley foi usado nas escolas como texto de leitura pelas crianças. Além disso, também se deve ter em conta a receção da Narrativa de Riley por parte da comunidade literária e o seu respetivo impacto. De acordo com King, que analisa a receção do relato:

Abraham Lincoln, for one, read the book as a boy and never forgot Riley's graphic tale of captivity [...] Walking along blustery Cape Cod beaches and imagining himself on the desert, Henry David Thoreau thought of Riley's narrative, "notwithstanding the cold", as he stated in his collection *Cape Cod*. Anecdotal evidence of the *Narrative's* impact and long popularity can be found in an 1876 history of education in Ohio:

One pupil read from the family Bible, another from Poor Richard's Almanac, while still a third read thrilling passages from some highly prized volume, such-as Captain James Riley's Narrative of the Shipwreck and Captivity among the Arabs. If the reader of the last

chanced to possess some elocutionary power, the whole school, teacher included, suspended operations and with open mouths and eyes listened intently to the interesting narration (King 2004: 311)

Em relação ao fator **4) composição textual** (*em que tipo textual se integra*), o TP apresenta uma macroestrutura informacional, composta não somente pelo título inicial, mas também pelos títulos dos capítulos, que fornecem um resumo daquilo que é tratado ao longo dos mesmos.

Efetivamente, por meio de uma pesquisa de outros textos contemporâneos do TP constata-se que este segue uma das convenções específicas do seu subgênero, a já referida Literatura de Viagens Tradicional, o que afeta a sua estruturação em termos de narração, visto que se trata de um texto narrado na primeira pessoa, i.e. o emissor, James Riley relata os acontecimentos. No que diz respeito à questão dos subtítulos que servem de resumo, pode constatar-se a mesma formatação numa análise ao texto de Paddock, que apresenta, de facto, um padrão muito semelhante:

CHAP. I.

Our voyage from New-York to Cork—Occurrences there—Account of Pat, or Patrick, the breeder of our troubles—Occurrences on our voyage from Cork to the Cape de Verds—Our shipwreck on the Coast of Barbary—Evil advice listened to—Our difficulties and perils in getting ashore—The ghastly scenery there, and our distressful apprehensions 17

CHAP. II.

Our devices and efforts for getting back to the ship—Numerous fragments of a recently wrecked frigate—The construction of a raft from them, and its ill success—Our several abortive attempts to swim to the ship—Our successful recourse to the Portuguese method of swimming—the landing of our necessities—Preparations for repairing the long boat—The mission of two of our men to make discoveries, the one for the mountains, and the other for the Cape—The return, and the frightful story, of the latter—Particulars concerning the fragments of the wreck, that were lying far along the shore—Intoxication of Pat and his watchmate, while they were on the watch—A nocturnal visit from two barefooted Arabs—Our alarm and consternation upon the discovery of this by their tracks—Preparations for our departure for St. Cruz—The man for the mountain returns, and makes report—Remarkable instance of gratitude and kind-heartedness in Jack, my black man 33 (Paddock 1818: xii)

O TP é constituído, em grande parte, por frases bastante complexas, sendo que as orações são separadas, amiúde, por ponto e vírgula. É possível distinguir excertos do texto longos e bastante descritivos, a partir do ponto de vista semântico e funcional, bem como a sequência actancial que é cronologicamente narrada, em relações lógicas de casualidade e finalidade.

Além disso, apresenta uma ordem temporal linear, porquanto Riley começa por apresentar a sua vida e educação, e narra os acontecimentos dia a dia, fazendo referências deíticas constantemente, tais como hora, local geográfico, etc.

Em termos do fator **5) elementos não-verbais** (*qual a composição gráfica*) encontram-se no TP sinais e ilustrações que são utilizados para complementar a informação providenciada, entre os quais um retrato do autor, um mapa e dez gravuras em cobre, elementos típicos do subgénero na altura. Trata-se de elementos paralinguísticos que pertencem ao TP e são direccionados para o público-alvo, o(a) leitor(a) médio(a) americano(a) e anglófono(a).

No que diz respeito ao fator **6) léxico** (*qual o vocabulário*), este é bastante variado e complexo, dada a extensão da descrição levada a cabo na narrativa. Antes de mais, constata-se o uso de um registo formal e referências de teor religioso, o que representa a CP na altura de produção textual, nomeadamente, a Nova Inglaterra e o Puritanismo, incluindo uma citação do LOC, no prefácio.

O TP consta apenas do prefácio e dos capítulos I, III, e IX, pelo que apenas apresenta parte da informação que consta do TP na sua totalidade. Não obstante, apresenta um léxico terminológico bastante complexo no terceiro capítulo, uma vez que trata a viagem marítima e a altura do naufrágio, i.e. terminologia náutica.

Se, por um lado, o léxico no primeiro capítulo se refere à vida e educação do autor, ou seja, assenta na CP, no nono capítulo assenta naquela que terá sido, para Riley, a «cultura de chegada», i.e. a vivência no deserto das tribos nómadas.

Em relação ao fator **7) estrutura frásica** (*com que frases*), dada a natureza narrativa e descritiva do TP, o tipo de frases é, na sua maioria, declarativo, ainda que haja frases interrogativas nos diálogos, tendo um grande comprimento e subdividindo-se, amiúde, em várias orações, que se dividem, por sua vez, por ponto e vírgula. O tempo verbal prevalente é o *simple past* (na tradução o pretérito imperfeito), sendo que o texto segue uma progressão linear em termos temporais.

Em termos do fator **8) traços suprasegmentais** (*qual a composição gráfica*), desde logo, o título-resumo assinalado a negrito, bem como os subtítulos, subdivididos,

por sua vez, em unidades de informação como frases declarativas, constituem traços característicos do subgênero Literatura de Viagens Tradicional.

Ao longo do texto, encontram-se diversos traços suprasegmentais, entre os quais a primeira palavra em letras maiúsculas no início de um capítulo, incluindo o prefácio, entre outras instâncias (*Life, Education, Author, Narrative, Academic*, etc.). Além disso, o uso de itálico serve para destacar certas partes do discurso, tanto por se tratar de formas estranhas (*Tombuctoo, Wassanah, Sidi Hamet*, etc.), como por se tratar de transmitir um tom sério ou irônico (*steady habit, like, dislike, plenty of schooling, separate meetings*, etc.).

O uso de dois pontos de exclamação também pode ser considerado um traço suprasegmental, sendo que neste caso transmite um tom irônico:

Finding it difficult to support us all as he wished, and I having become a stout boy of my age, he placed me with a neighboring farmer to earn my living, by assisting him in his work. From the age of eight to fourteen years I worked on the land with different farmers in our neighborhood, who having received but a very scanty education themselves, conceited, nevertheless, that they were overstocked with learning, as is generally the case with the most ignorant, and in this, their fancied wisdom, concluded that much less than they themselves possessed would answer my purpose, as I was but a poor boy!! (Riley 1817: 19)

Antes de mais, há que salientar que qualquer excerto sublinhado, tanto aqui como adiante, é da autoria do escritor do presente trabalho.

Neste sentido, pode distinguir-se entre marcas de pontuação «sintáticas» ou «discursivas» (ponto final, vírgula, pontos de exclamação e interrogação), que servem para guiar a compreensão por meio de sinais convencionais, e marcas de pontuação «estilísticas», que dão elegância e expressividade a uma frase. Por conseguinte, a pontuação, seja convencional ou estilística, é usada principalmente como um meio de representar a entoação e a prosódia na escrita.

A afetividade e a expressividade são maioritariamente expressas pela escolha do léxico. Certas palavras afirmativas e avaliações parecem atrair a ênfase da frase, ao passo que outras produzem contornos de entoação específicos, ao direcionar a ênfase e explicando o potencial ilocucionário de uma declaração.

Capítulo III: Análise textual (TP) e tratamento de problemas de tradução

3.2. Problemas de Tradução

De acordo com Nord, há que distinguir problemas de tradução e dificuldades de tradução, sendo que estas se referem à competência cultural e linguística do tradutor, tratando-se de uma questão subjetiva, ao passo que os problemas de tradução são uma questão objetiva que decorre do processo de transferência intertextual.

Para classificar problemas de tradução, é necessário usar os fatores do modelo de análise textual do TP relevante para fins tradutórios como referência. Segundo Nord, os problemas de tradução dividem-se em quatro categorias, nomeadamente: **1) problemas culturais (ou de convenção), 2) problemas pragmáticos, 3) problemas linguísticos, e 4) problemas específicos do TP** (2005 Nord: 174 – 176).

No que diz respeito aos **1) problemas culturais (ou de convenção)**, ao traduzir de uma cultura específica para outra surgem determinados problemas que não ocorreriam noutras culturas, sendo que estes resultam das diferenças culturalmente específicas (verbais ou não-verbais) em termos de normas e convenções. Mais especificamente, Nord refere-se a convenções de género, estilo, medidas, etc..

Em relação aos **2) problemas pragmáticos**, estes derivam da situação de transferência específica, com o contraste dos(as) recetores(as) do TP e do TC, do canal, do motivo e da função, etc.. Os problemas pragmáticos podem ser identificados usando os fatores extratextuais do modelo de análise textual do TP.

Em termos de **3) problemas linguísticos**, estes devem-se às diferenças estruturais entre as duas línguas, sobretudo em termos de estrutura lexical e sintática, as quais ocorrem em qualquer tarefa de tradução que envolva duas línguas.

Já no que diz respeito aos **4) problemas específicos do TP**, estes referem-se a qualquer problema que não seja classificado como pragmático, cultural (ou de convenção) e linguístico, tratando-se de casos especiais referentes ao TP.

3.2.1. Problemas culturais (ou de convenção)

Em termos de **1) problemas culturais (ou de convenção)**, analisa-se, primeiramente, a ocorrência de medidas, incluindo medidas náuticas, tal como se pode constatar nos exemplos retirados do TP que se apresentam a seguir. No entanto, tratam-se primeiramente os problemas relacionados com medidas de altura:

I was now six feet and one inch and proportionally strong and athletic (Riley 1817: 20).

Em primeiro lugar, há a tradução de *feet* e *inches* para metros e centímetros, como se pode verificar nos seguintes exemplos, uma opção tradutória que resulta aceitável na CC, uma vez que está de acordo com as normas vigentes:

Tinha, então, um metro e oitenta e seis [centímetros] de altura, e era proporcionalmente forte e atlético (Riley 2014: 3).

Em seguida, analisam-se as questões de medidas náuticas, instâncias que ocorrem sobretudo no terceiro capítulo, do qual se retiraram os seguintes exemplos:

On account of the fog, we saw no land, and found, by good meridian altitudes on the twenty-eighth, that we were in the latitude of 27. 30. N. having differed our latitude by the force of current, one hundred and twenty miles [...] but finding the weather becoming more foggy towards night, it being so thick that we could scarcely see the end of the jib-boom, I rounded the vessel to, and sounded with one hundred and twenty fathoms of line, but found no bottom, and continued on our course, still reflecting on what should be the cause of our not seeing land, (as I never had passed near the Canaries before without seeing them, even in thick weather or in the night.) [...] I had been on deck all the evening myself; the vessel was running at the rate of nine or ten knots, with a very strong breeze, and high sea, when the main boom was jibed over, and I at that instant heard a roaring; the yards were braced up — all hands were called [...] aided by what seamen call the undertow, (or recoil of the sea) to the distance of three hundred yards to the westward (Riley 1817: 27; 28; 29; 30).

Antes de mais, se, por um lado, é necessário proceder a uma tradução que siga as normas e convenções da CC, por outro lado, há medidas cujo uso é compartilhado pelas duas culturas em causa, mais especificamente certas medidas náuticas, tais como nós e milhas. Em todo o caso, verifica-se o uso de várias medidas que podem ser mantidas, nomeadamente: *miles* (milhas/milhas marítimas), *fathoms* (braças), *knots* (nós) e *yards* (jardas). Pode ver-se, portanto, o uso de tais medidas na tradução (TC).

Devido ao nevoeiro, não conseguíamos avistar terra e por meio da observação de alturas meridianas no dia vinte e oito calculámos que nos encontrávamos na latitude 27° 30' N. A força da corrente alterara a nossa posição latitudinal em cento e vinte milhas [...] Todavia, visto que o tempo ficava mais enevoadado à medida que a noite se aproximava, estando tão cerrado que quase não conseguíamos ver o extremo do pau da bujarrona, orçámos e sondámos com linha de prumo em cento e vinte braças, mas não achámos o fundo, portanto resolvi seguir o rumo, ainda a refletir sobre qual seria a causa de não avistar terra (pois nunca passara perto das Ilhas Canárias sem as ver, mesmo com tempo cerrado ou à noite). [...] A retranca da nossa vela de tempo estava a estibordo, mas pronta para cambar, o leme estava trancado a bombordo, como se não houvesse perigo perto, e eu próprio estivera no convés toda a noite. O navio navegava a uma velocidade de nove ou dez nós, com um vento fresco e um mar de pequena vaga, quando a retranca do grande cambou e, nesse momento, ouvi um ruído. Bracearam-se as vergas e chamaram-se todos os homens. Auxiliados por aquilo a que os marinheiros chamam ressaca (ou recuo das ondas), a uma distância aproximada de trezentas jardas para oeste. (Riley 2014: 3; 6; 7; 8)

Por último, regista-se também o uso de medidas referentes a sólidos e líquidos, além de medidas de altura, novamente, em particular no capítulo nono, do qual se retiram os exemplos que se seguem:

I nodded assent; he told his brother, who was with him, to give me some water, but this his benevolent brother would not condescend to do; so taking the bowl himself, he poured into it near a quart of clear water [...] It was a long and tedious night; but at the time of milking the camels, our old master coming to us, as if afraid of losing his property by our death, and anxious we should live, dealt out about a pint of milk to each [...] I did not get more than a gill of milk in twenty-four hours, and a small handful of snails — these served in a little degree to support nature, and I waited with the greatest impatience for the killing of the camel which had been promised, hoping to have a meal of meat once more before I died [...] The camel being down, they put a rope round his under jaw, with a noose in it; then hauling his head round on the left side, made the rope fast to his tail, close up to his body; his neck was so long, that the under jaw reached within six inches of the tail: they then brought a copper kettle that would contain probably three gallons [...] During this day, the natives flocked round in great numbers, men, women, and children, and what with begging and stealing reduced our stock of meat to less than fifteen pounds before night (Riley 1817: 98; 99; 104; 107).

De facto, pode observar-se o uso de diversas medidas de peso, tais como *quart* (aproximadamente 1,10 litros), *pint* (cerca de 0,473 litros), *gill* (1/4 de um *pint*), *gallons* (galões), *pounds* (libras) que foram traduzidos de acordo com as regras e normas vigentes na língua e cultura portuguesas, tal como se pode verificar no exemplo que se apresenta em seguida.

Ele olhou para mim e perguntou-me se eu era *el Rais* (o Capitão), ao que eu respondi que sim, acenando com a cabeça. Ele disse ao irmão, que estava com ele, para me dar alguma água, mas o seu irmão benevolente não o quis fazer, para não se rebaixar, de modo que ele próprio pegou na tigela, despejou nela, aproximadamente, um litro de água límpida e disse: «*Sherub, Rais*» ou seja: «Bebe, Capitão», ou «Chefe» [...] Foi uma noite longa e fastidiosa, porém, na hora de ordenhar os camelos, o nosso amo velho veio ter connosco e deu a cada um cerca de meio litro de leite, como se tivesse medo de perder a sua propriedade e estivesse ansioso por que vivêssemos. [...] Nas últimas vinte e quatro horas, não recebi mais do que um decilitro de leite e uma mão cheia de caracóis – os quais serviram, nalguma medida, para me manter vivo. Aguardei com grande impaciência pela matança do camelo que fora prometida, na esperança de vir a ter uma refeição de carne pelo menos mais uma vez antes de morrer. Depois de o deitarem, colocaram uma corda à volta da maxila inferior, atando-a com um nó. De seguida, virando-lhe a cabeça para o lado esquerdo, ataram a corda à cauda, junto ao corpo. O pescoço dele era tão comprido que a maxila inferior ficava a cerca de quinze centímetros da cauda. Então, trouxeram uma chaleira de cobre, que tinha capacidade, provavelmente, para onze litros. [...] Ao longo deste dia, os nativos, compostos por homens, mulheres e crianças, rodearam-nos em grande número, e, roubando e pedindo, reduziram a nossa reserva de carne para menos de sete quilos antes de anoitecer. (Riley 2014: 10; 11; 15; 16; 17).

Neste caso em particular, é mais correto efetuar a tradução de medidas para o sistema convencional português, tais como *quart* para litro, *pint* para meio litro, e *gill* para decilitro de leite, assim como os 11 litros (3 *gallons*) da chaleira de cobre e os 7 quilos (*pounds*) de carne que foram roubados durante a noite.

Além do uso de medidas, constata-se outra diferença em termos culturais, nomeadamente: a forma de tratamento do navio. Na cultura anglófona, os navios são referidos com o género feminino, mesmo que o seu nome seja masculino:

I imagined at first it was a squall, and was near ordering the sails to be lowered down; but I then discovered breakers foaming at a most dreadful rate under our lee. Hope for a moment flattered me that we could fetch off still, as there were no breakers in view ahead: the anchors were made ready; but these hopes vanished in an instant, as the vessel was carried by a current and a sea directly towards the breakers, and she struck! [...] She struck with such violence as to start every man from the deck. Knowing there was no possibility of saving her, and that she must very soon bilge and fill with water, I ordered all the provisions we could get at to be brought on deck, in hopes of saving some, and as much water to be drawn from the large casks as possible [...] — The vessel was stout and high, as she was only in ballast trim; [...] — The sea combed over her stern and swept her decks; but we managed to get the small boat in on deck, to sling her and keep her from staving (Riley 1817: 29).

De facto, verifica-se o uso do feminino em relação ao navio, através de vários pronomes: *she*, *her*, ainda que, de início, seja mencionado com um nome comum, *vessel*. Uma tradução literal resulta estranha na cultura de chegada (CC), i.e. a portuguesa europeia, motivo pelo qual se deve encontrar soluções para este problema, ou seja, diferentes formas de tratamento do navio nas diversas instâncias em que tal é necessário. Mais especificamente, não se pode tratar o navio na forma feminina, como sucede na cultura anglófona (a não ser que se esteja a mencionar uma embarcação, ou outro navio cujo nome comum é feminino):

Ao início, pensei que fosse uma pega de vento e estava prestes a ordenar que se arriasse pano, mas depois descobri a rebentação a espumar à mais terrível velocidade por baixo do nosso sotavento. Por um momento, tive esperança de que ainda conseguíssemos seguir, pois não se via rebentação à nossa frente: preparámos as âncoras, mas esta esperança esbateu-se num ápice, pois o mar e uma forte corrente levaram-nos para a rebentação e o navio embateu! [...] O navio embateu com tanta violência que todos os homens saltaram no convés. Uma vez que não havia possibilidade de o salvar e que muito em breve arrombaria e se encheria de água, ordenei que se trouxesse para o convés todas as provisões que se conseguisse, na esperança de salvar algumas, e que se retirasse a água dos barris grandes, tanta quanto possível [...] O navio era alto e robusto, e estava equilibrado somente pelo lastro. [...] O mar galgou a popa e varreu os conveses, mas conseguimos manter a embarcação pequena no convés, para a agarrar e evitar que [ela] arrombasse (Riley 2014: 7).

No caso em questão, faz sentido que se opte por mencionar o navio pelo seu nome comum, embora resultasse igualmente aceitável o referir pelo nome *Commerce* (tal como: «... e o *Commerce* embateu!»).

Além do mais, o(a) tradutor(a) depara-se com a questão dos títulos e formas de tratamento, tais como: *Mr*, *Esquire*, *Jun.*, etc. Estes podem ser adaptados às normas e convenções vigentes na CC, tais como Sr., Exmo., etc.. A mais pertinente, com certeza, será uma questão representa um problema de tradução para qualquer língua que tenha distinção de género em contraste com a forma de tratamento na língua inglesa do pronome pessoal *you*:

He then asked me many other questions about Mohammed Rassool — I bowed and pointed to the east, then towards heaven, as if I thought he had ascended there: this seemed to please him, and he asked me how much money I would give him to carry me up; upon which I counted over fifty pieces of stones, signifying I would give as many dollars for myself and each of my men. "I will not buy the others," said he, "but how much more than fifty dollars will you give me for yourself, if I buy you and carry you to your friends" I told him one

hundred dollars. "Have you any money in *Swearah*," asked he by signs and words, "or do you mean to make me wait till you get it from your country?" I replied that my friend in Swearah would give him the money as soon as he brought me there. "You are deceiving me," said he. I made the most solemn protestations of my sincerity: — "I will buy you then," said he, "but remember, if you deceive me, I will cut your throat," (making a motion to that effect.) This I assented to, and begged of him to buy my son Horace also, but he would not hear a word about any of my companions, as it would be impossible, he said, to get them up off the desert, which was a great distance. "Say nothing about it to your old master," signified him to me, "nor to my brother, or any of the others." (Riley 1817: 100 – 101)

Trata-se, aqui, de um problema cultural que diz respeito à formalidade ou intimidade entre os participantes. Neste caso, visto que Riley é escravo de Sidi Hamet faz sentido que o diálogo se traduza por «tu» e «vós». Ademais, verifica-se o uso de itálico no TP para destacar os termos em questão (*you*):

Então, ele colocou-me muitas questões sobre o Profeta Maomé. Curvei-me, apontei para este e depois para o céu, como se julgasse que ele ascendera ali, o que pareceu agradar a Sidi Hamet. Perguntou-me quanto dinheiro lhe daria por me levar, pelo que contei mais de cinquenta pedras, querendo com isso dizer que lhe daria essa quantidade em dólares espanhóis, por mim e por cada um dos meus homens. «Eu não vou comprar os outros» disse-me, «mas quanto mais do que cinquenta dólares me darás por ti se te comprar e levar até junto dos teus amigos?» Disse-lhe que pagaria cem dólares. «[Tu]Tens algum dinheiro em Essaouira, ou pretendes fazer-me esperar até receberes dinheiro do teu país?» perguntou-me por meio de gestos e palavras. Retorqui que o meu amigo em Essaouira lhe daria o dinheiro assim que ele me levasse até lá. «Estás a enganar-me» disse ele. Protestei solenemente a favor da minha sinceridade. «Então, you comprar-te» afirmou, «mas lembra-te, se me estiveres a enganar, corto-te a garganta (fazendo um movimento para esse efeito)». Concordei e implorei-lhe que comprasse também o meu filho Horace, mas ele não quis ouvir nem mais uma palavra acerca de qualquer um dos meus companheiros. Disse-me que seria impossível levá-los para fora do deserto, pois era uma grande distância a percorrer. «Não digas nada acerca disto ao teu velho amo» fez-me saber, «nem ao meu irmão ou a qualquer um dos outros» (Riley 2014: 12 – 13).

No entanto, mais adiante, constata-se outro diálogo no qual Riley se dirige a Sidi Hamet utilizando, também, a forma de tratamento *you*, o que revela ser um problema de tradução que tem a ver com as relações de poder entre os participantes:

I had found a few snails this morning, and divided them between Mr. Savage and Horace before Sidi Hamet, who signified to me in the afternoon that he intended to set out with me in two days for Swearah; that he had tried to buy my son, but could not succeed, for his master would not sell him at any price: then

said I, "let me stay in his place; I will be a faithful slave to his master as long as I live — carry him up to Swearah; my friend will pay you for him, and send him home to his mother, whom I cannot see unless I bring her son with me." "You shall have your son, by Allah," said Sidi Hamet (Riley 1817: 102).

Neste excerto, em contrapartida, fará sentido que Riley se dirija a Sidi Hamet como «senhor», dado que é escravo dele. Por conseguinte, usará um tom formal, tanto na forma de tratamento como na desinência verbal, mais especificamente: «deixe-me...», «leve-o...», «pagar-lhe-ei...»:

Encontrara alguns caracóis de manhã e dividi-os entre o Sr. Savage e o Horace diante de Sidi Hamet, que me informou, à tarde, que pretendia partir comigo para Essaouira dentro de dois dias; que tentara comprar o meu filho, mas não conseguira, pois o amo dele não o vendia a nenhum preço. Então, eu disse-lhe: «Deixe-me ficar no lugar dele. Serei um escravo fiel ao amo dele enquanto for vivo. Leve-o para a Essaouira. O meu amigo pagar-lhe-á por ele e enviá-lo-á para casa, para junto da mãe dele. Não a posso encarar a não ser que lhe leve o filho dela». Sidi Hamet disse-me: «Por Alá, terás o teu filho» (Riley 2014: 14).

Em todo o caso, pode observar-se que Riley tem conhecimento acerca do Profeta Maomé, tanto que o menciona como *Mohammed Rassool*, sem usar itálico, ao passo que este é usado para assinalar certas partes do discurso, nomeadamente *you*, *him*, para destacar que Sidi Hamet apenas o comprará [a ele] e Riley destacar o seu desejo de que Hamet leve Horace no seu lugar, e *Swearah*, de modo a assinalar um termo estranho, ao contrário de Mogador.

3.2.2. Problemas pragmáticos

No que diz respeito aos **2) problemas pragmáticos**, constata-se, logo à partida, uma questão central que remete para a profissão do emissor: a terminologia náutica, cujos traços começam por surgir no título e no prefácio, sendo predominante no terceiro capítulo, que trata a viagem marítima e o naufrágio do *Commerce*.

Leiam-se, em seguida, alguns dos termos que surgem no TP, cuja complexidade em termos de contraste com o público-alvo do potencial TC requer explicitação: *Loss, Brig, Wrecked, Officers, Crew, Master, Supercargo, shipwreck, sailor, vessel, mariner, surf, open sea, boat, sloop, cabin boy, seaman, second mate, chief mate, ship, men of war, to stem the tide, private armed vessel, seaport town, mate, to set sail, lading, to give a birth, ten to twelve leagues, to steer, fair wind, meridian altitudes, reckoning, mates, S. W., jib-boom, to round, to sound, fathoms, to haul off, N.W., by the wind, to hand, boom, to rig in snug, watch, braces, helm, try-sail, starboard, to jib, port, deck, strong breeze, high sea, main boom, yards, to brace, squall, to lower sails, breakers, lee, anchors, bower anchor, head, large casks, quarter casks, ballast, stern, small boat, bulwark, larboard, long boat, tackles, rope, handspike, overboard, high tide, hawser, stick, ring, stem, stern post, bow, careened, mast, bowsprit.*

Como se pode constatar, Riley utiliza vários e diversos termos náuticos que remetem para a sua época, sendo que, na altura, a viagem marítima em barcos à vela era uma prática habitual. De facto, a própria colonização dos Estados Unidos começa com as viagens marítimas levadas a cabo pelos puritanos.

Já no que diz respeito à viagem no século XXI, o barco à vela é um transporte usado maioritariamente para lazer, ao passo que os transportes públicos são substituídos por navios mais desenvolvidos, cujo léxico se altera e desenvolve. Por esse motivo, faz sentido criar um glossário de terminologia náutica, não só para a compreensão do texto para o leitor médio, como para uma pessoa que se dedique ao estudo da linguagem da Marinha em termos culturais, históricos e linguísticos.

Em seguida, analisa-se uma citação do *LOC, Livro de Oração Comum*, provavelmente do século XVII, visto que apresenta formas arcaicas:

"The waters of the sea had well-nigh covered us: the proud waves had well-nigh gone over our soul. Then cried we unto thee, O Lord, and thou didst deliver us out of our distresses. Thou didst send forth thy commandment; and the windy storm ceased, and was turned into calm." (Riley 1817: viii).

Constata-se o uso de formas antigas, incluindo de tratamento em relação a Deus, tais como: *well-nigh, thee, Lord, thou, deliver, thy*. Trata-se, aqui, de outro problema de tradução, derivado daquilo que Nord denominaria «intexto». Efetivamente verifica-se um contraste de conhecimento pressuposto do público-alvo de um TC potencial, visto que a respetiva citação diz respeito a um texto ancorado na CP, motivo pelo qual se deve levar a cabo uma pesquisa de traduções do respetivo texto. Pode dar-se o caso de o(a) tradutor(a) poder citar uma tradução antiga, ou uma mais moderna, dependendo do *skopos* de uma potencial tradução.

No caso do presente trabalho, optou-se por citar uma tradução contemporânea da Narrativa de Riley, nomeadamente a efetuada na Officina de Guil. Watts, uma tradução anónima, sobretudo para o(a) leitor(a) ter um vislumbre do português oitocentista:

«As aguas do mar quasi que nos cubrião: soberbas quasi tinham passado por cima de nossa alma. Então clamamos por vós o Senhor: e vós nos libertastes da nossa desgraça. Vós nos enviastes o vosso preceito: e a tempestade cessou e se converteu em calma» ^[1] (Riley 2014: v).

Por esse motivo, optou-se, também, por adicionar uma nota de tradutor para explicitar a referência entre aspas e num português oitocentista:

^[1] Nesta instância, Riley faz uma citação do *Livro de Oração Comum (LOC)*, livro de liturgia oficial da Igreja Anglicana. Por conseguinte, optou-se por citar, aqui, uma tradução portuguesa do *LOC*, nomeadamente uma tradução anónima e contemporânea da Narrativa de Riley: *O Livro de Oração Comum, Administração dos Sacramentos e Outros Ritos e Ceremonias da Igreja, Segundo o Uso da Igreja Unida de Inglaterra e Irlanda: Segue-se o Salterio ou Salmos de David, Apontados Assim Como Devem Ser Cantados ou Resados nas Igrejas; E a Forma e Modo da Ordinação e Consagração de Bispos Presbiteros e Diaconos. Na Officina de Guil. Watts. 1852*. Acresce que a citação desta obra tem como propósito apresentar ao leitor ao português oitocentista [N.T.] (Riley 2014: 20).

Além disso, há algumas referências histórico-culturais que se enquadram na época de Riley e remetem, novamente, para o contraste entre as pressuposições de conhecimento do público-alvo do TP e o de um potencial TC:

I WAS born in the town of Middletown, in the state of Connecticut, on the 27th of October, in the year 1777, during the war between England and America, which terminated in 1783, with the acknowledgment by the mother country of

the freedom, sovereignty, and independence of the thirteen United States (Riley 1817: 17).

Em primeiro lugar, verifica-se uma referência à célebre Guerra da Independência dos Estados Unidos, ainda, na época de Riley, compostos por treze estados. Num mundo globalizado, no qual a língua inglesa é a *língua franca*, a Guerra de Independência dos Estados Unidos é um acontecimento bem conhecido, motivo pelo qual não necessita de qualquer explicitação:

NASCI na cidade de Middletown, no estado do Connecticut, no dia 27 de outubro de 1777, durante a guerra entre a Inglaterra e a América, que terminou em 1783 com o reconhecimento da liberdade, soberania e independência das treze colônias, i.e. dos Estados Unidos por parte da nação mãe (Riley 2014: 1)..

No entanto, o mesmo não sucede em relação a outras referências histórico-culturais, como é o caso das que se seguem:

For several years I had charge of the cargoes as well as of the vessels I sailed in, and had a fair share of prosperity, until the month of January, 1808, when my ship, the *Two Marys* of New-York, was seized by the French, as I took shelter in Belle Isle, in the bay of Biscay, from some English men of war, being bound for Nantz; and the ship, with her valuable cargo, was confiscated, under the memorable Milan Decree of the 17th December, 1807, founded on the well known Orders in Council, of the 11th November, of the same year (Riley 1817: 21).

Efetivamente, Riley encara como conhecimento pressuposto do seu público-alvo a referência ao Decreto de Milão, ou seja, ao famoso Bloqueio Continental imposto por Bonaparte, no âmbito das Guerras Napoleónicas:

Durante vários anos, fui responsável pelos carregamentos e barcos nos quais naveguei, e tive uma boa dose de prosperidade até ao mês de janeiro de 1808, quando o meu navio, o *Two Marys* de Nova Iorque, foi apreendido pelos franceses enquanto me abrigava de alguns navios de guerra ingleses em Belle-Isle, na baía de Biscaia, com rumo a Nantes. O navio, juntamente com a sua carga preciosa, foi confiscado sob o memorável Decreto de Milão de 17 de dezembro de 1807, ordenado após as célebres Ordens em Conselho de 11 de novembro do mesmo ano ^[3] (Riley 2014: 4).

Trata-se de uma questão que necessita explicitação adicional num potencial TC, tal como outras que se seguem, uma vez que o conhecimento do público-alvo potencial

do TC do presente trabalho difere do público-alvo do TP, pelo que se adicionou uma nota de rodapé nesta instância:

^[3] O Decreto de Milão e as Ordens em Conselho [legislação do Parlamento] derivam da rivalidade entre a França e a Grã-Bretanha, no âmbito das Guerras Napoleônicas. Trata-se de uma referência ao célebre Bloqueio Continental, imposto por Napoleão Bonaparte a partir de 1806 [N.T.]. (Riley 2014: 4)

Já neste caso que se segue, verifica-se uma referência à Guerra Anglo-Americana de 1812, o último conflito armado entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha que Riley encara como conhecimento pressuposto:

I returned home at the commencement of the late war (1812) penniless (Riley 1817: 21).

Outro exemplo que necessita de uma nota de rodapé, por conseguinte, é o que se refere à guerra recente:

[...] regressei a casa no início da recente guerra (1812) ^[4] sem um único péni (Riley 2014: 4).

Seja como for, são referências ancoradas na CP e necessitam de explicitação adicional, uma vez que são referências não contemporâneas a um público-alvo do TC, i.e. um(a) recetor(a) da presente centúria, motivo pelo qual também se adicionou uma nota de rodapé na instância anterior:

^[4] Riley refere-se, aqui, à Guerra Anglo-Americana de 1812, o último confronto armado entre os E.U.A. e a Grã-Bretanha, que terminou em 1815 sem trazer alterações subsequentes [N.T.] (Riley 2014: 4)

3.2.3. Problemas linguísticos

No que diz respeito a **3) problemas linguísticos**, há que mencionar, antes de mais, que o vocabulário náutico, registado no âmbito dos problemas pragmáticos, também pode ser encarado como um problema linguístico, em termos léxico-semânticos. Todavia, o primeiro problema linguístico de tradução que aqui se apresenta diz respeito à tradução de tempos verbais, tendo em conta que maior o tempo verbal dominante do TP é o pretérito. Tratando-se de uma narrativa, com um propósito descritivo, sendo que a ação é apresentada cronologicamente, verificando-se a predominância de tempos verbais no passado:

I had, previously, learned the French and Spanish languages, both by grammar and practice, and had also been accustomed to hear spoken the Russian and different dialects of the German, as well as the Portuguese, Italian, and several other languages, so that my ear had become familiar with their sounds and pronunciation (Riley 1817: iv).

Neste excerto, retirado do prefácio, constata-se o uso do pretérito perfeito, que na língua inglesa não tem distinção, ao contrário do português, cujo tempo verbal de pretérito perfeito se subdivide, assim como o mais que perfeito, o que dá origem a um problema de tradução. Por conseguinte, terá que se optar por uma forma («Aprendera, anteriormente...»), ou por outra («Tinha aprendido...»):

Aprendera, anteriormente, as línguas, francesa e espanhola, tanto pelo estudo da gramática como pela prática, e também me acostumei a ouvir falar russo e diversos dialetos de alemão, assim como o português, o italiano e algumas outras línguas, de tal modo que o meu ouvido ficara familiarizado com os seus sons e a sua pronúncia (Riley 2014: ii).

No caso em questão, assim como noutros semelhantes, faz sentido que se use o pretérito mais que perfeito simples de modo a evocar a antiguidade do texto por meio de uma escolha mais formal e cuidada.

Noutro excerto, verifica-se a complexidade das frases utilizadas, sendo que no exemplo que se segue trata-se de uma enumeração das razões que levaram Riley a escrever e publicar o seu relato:

The very deep and indelible impression made on my mind by the extraordinary circumstances attending my late shipwreck, and the miserable captivity of

myself and my surviving shipmates, and believing that a knowledge of many of these incidents might prove useful and interesting to the world, as well as peculiarly instructive to my sea-faring brethren; together with the strong and repeated solicitations of many of my valuable friends, among whom was the honorable James Munroe, Secretary of State, and several distinguished members of Congress: these considerations, together with a view of being enabled by my labors to afford some relief to the surviving sufferers, and the destitute families of that part of my late crew, whose lot it was to perish in Africa, or who are still groaning out the little remains of their existence in the cruel bonds of barbarian slavery, have induced me to undertake the very arduous and difficult task of preparing and publishing a work so large and expensive (Riley 1817: iii).

Esta frase, extremamente longa, é representativa do tipo de frase utilizado ao longo da narrativa, nomeadamente, frase complexa, constituída por várias orações coordenadas, separadas, amiúde, por ponto e vírgula. Neste caso, trata-se de uma enumeração, sendo que Riley começa por citar as razões, referindo, após citar algumas, que estas o induziram a escrever e publicar a sua narrativa.

Várias considerações induziram-me a levar a cabo a tarefa bastante árdua e difícil de preparar e publicar um trabalho tão grande e dispendioso, nomeadamente: a própria impressão profunda e indelével gravada na minha mente pelas circunstâncias excepcionais do meu recente naufrágio, pelo meu cativo miserável, bem como o dos meus camaradas de bordo que sobreviveram; a crença de que o conhecimento de muitos destes incidentes pode vir a revelar-se útil e interessante para o mundo, assim como peculiarmente instrutivo para os meus irmãos do mar; as fortes e repetidas solicitações de muitos dos meus valiosos amigos, entre os quais se encontrava o ilustre James Monroe, Secretário de Estado, e vários membros notáveis do Congresso; e a possibilidade de proporcionar, com a minha labuta, algum auxílio aos sofrendores que sobreviveram e às famílias destituídas daquela parte da minha mais recente tripulação cujo fado foi perecer em África ou ainda gemer as réstias da sua existência nos laços cruéis da escravatura bárbara (Riley 2014: i).

Nesta instância específica, a opção que parece fazer mais sentido é inverter a ordem dos constituintes, anunciando a enumeração que se fará das razões que levaram à escrita do relato e só depois efetuar a mesma.

Outro problema linguístico diz respeito à coesão em termos léxico-semânticos, assim como à tradução de termos ingleses que podem resultar ambíguos, nomeadamente o termo *redemption*, sendo que, na altura, o resgate de marinheiros cristãos no norte de África era referido em português como «redenção».

The Narrative up to the time of my redemption, was written entirely from memory, unaided by notes or any journal; but I committed the principal facts to writing in Mogadore, when every circumstance was fresh in my memory, (which is naturally a retentive one,) and I then compared my own recollections with those of my ransomed companions: this was done with a view of showing to my friends the unparalleled sufferings I had endured, and not for the particular purpose of making them public by means of the press. It should be remembered by the reader, that the occurrences here recorded, took place out of the common course of a sailor's life; and that each particular event was of a nature calculated to impress itself so powerfully on the mind, as not easily to be effaced [...] My mind had been so busily employed in schemes of redemption, as almost to forget my sufferings since Sidi Hamet had bought me [...] I told Robbins what my present hopes were, and that if I should succeed in getting clear, I would use my utmost endeavors to procure his and the rest of the crew's redemption (Riley iv; 103; 109).

Constata-se nestes exemplos a referência ao resgate, ou redenção de Riley e da sua tripulação, ou parte dela, visto que todos foram divididos entre as várias famílias da tribo, por meio do uso do termo *redemption*, um termo inglês cuja tradução literal, «redenção», se utilizava em textos de língua portuguesa do século XVI (o nome da *Ordem Real e Militar de Nossa Senhora das Mercês da Redenção dos Cativos*, por exemplo), mas que assume outro sentido central atualmente.

A Narrativa até à altura do meu resgate foi escrita inteiramente de memória, sem o auxílio de notas ou de qualquer diário, mas registei por escrito os factos principais em Mogador, quando todas as circunstâncias ainda estavam frescas na minha memória (que é retentiva por natureza), e comparei, então, as minhas próprias recordações com as dos meus companheiros resgatados: fi-lo com o objetivo de mostrar aos meus amigos os sofrimentos sem paralelo que suportei e não com o propósito específico de os tornar públicos por meio da imprensa. O leitor deverá ter em conta que os acontecimentos aqui registados tiveram lugar fora do curso comum da vida de um marinheiro e cada acontecimento particular foi de uma natureza tão poderosa que ficará gravado na memória e não será esquecido com facilidade. A minha mente estivera tão ocupada a criar estratégias de resgate que quase me esqueci dos meus sofrimentos desde que Sidi Hamet me comprara. Disse ao Robbins quais eram as minhas esperanças atuais e que faria tudo ao meu alcance para o resgatar e ao resto da tripulação, se me conseguisse libertar (Riley 2014: i; 14; 20).

Por esse motivo, optou-se pela escolha do item lexical «resgate» e todos os itens lexicais relacionados, em detrimento de libertação, por exemplo, de maneira a ser coerente e, também, estabelecer um paralelo com as situações de rapto e resgate que ainda ocorrem hoje em dia entre o mundo árabe e o Ocidente.

Além disso, constata-se outro problema linguístico, nomeadamente: o uso da voz passiva, como se verifica nas partes do discurso sublinhadas não só nos seguintes exemplos como nos exemplos precedentes (*this was done with a view; It should be remembered by the reader*):

This is generally done by a tax levied by them, and apportioned according to the property or capacity of each individual. It being for the general good, all cheerfully pay their apportionment (Riley 1817: 17).

Se, por um lado, o uso da voz passiva resultar de forma aceitável num TC potencial, por outro lado poderá ser necessário efetuar uma inversão e alterar da voz passiva para a voz ativa, como por exemplo: «fi-lo com o propósito» e «O leitor deve ter em conta que...». Em todo o caso, trata-se de um problema de tradução linguístico que o(a) tradutor(a) deverá ultrapassar, como se verifica no seguinte excerto retirado da tradução, na qual se optou por diversas inversões para a voz ativa:

Geralmente fazem isto por meio de um imposto, repartido de acordo com a propriedade ou capacidade de cada indivíduo e cobrado pelos próprios habitantes. Visto ser para o bem geral, todos pagam alegremente a sua parte (Riley 2014: 1).

3.2.4. Problemas específicos do TP

No que diz respeito aos **4) problemas específicos do TP**, estes estão intimamente ligados com o tipo e o género textuais, i.e. a Literatura de Viagens Tradicional, assim como com o tempo-espaço e a CP. Logo ao início, há a questão do título e da sua extensão, tratando-se de uma descrição resumida na qual constam os seguintes topónimos e antropónimos: ZAHAHRAH, *Tombuctoo*, Mogador [ou Essaouira], EMPIRE OF MOROCCO, *Wassanah*, *Sidi Hamet*, etc.:

**[...] WITH AN ACCOUNT OF THE SUFFERINGS
OF HER SURVIVING OFFICERS AND CREW,
WHO WERE ENSLAVED BY THE WANDERING ARABS
ON THE GREAT AFRICAN DESART, OR ZAHAHRAH;**

**AND OBSERVATIONS HISTORICAL, GEOGRAPHICAL, &c.
MADE DURING THE TRAVELS OF THE AUTHOR,
WHILE A SLAVE TO THE ARABS, AND IN THE EMPIRE OF MOROCCO.**

Preceded by a brief sketch of the Author's life; and concluded by a description of the famous city of *Tombuctoo*, on the river Niger, and of another large city, far south of it, on the same river, called *Wassanah*; narrated to the Author at Mogadore by *Sidi Hamet*, the Arabian merchant [...] (Riley 1817: title)

Na tradução, optou-se por traduzir os topónimos para a sua designação atual e oficial, tentando, porém, manter algum aspeto de antiguidade:

**[...] COM UM RELATO DOS SOFRIMENTOS
DOS OFICIAIS E TRIPULANTES QUE SOBREVIVERAM
E FORAM ESCRAVIZADOS PELOS ÁRABES NÓMADAS
NO GRANDE DESERTO AFRICANO, OU SAARA.**

**E OBSERVAÇÕES HISTÓRICAS, GEOGRÁFICAS, ETC.,
EFETUADAS DURANTE AS VIAGENS DO AUTOR
ENQUANTO ESCRAVO DOS ÁRABES E NO REINO DE MARROCOS.**

Precedida por um breve esboço da vida do Autor e concluída com uma descrição da célebre cidade de *Tombuctu*, junto ao rio Níger, e de outra grande cidade, muito mais a sul, junto ao mesmo rio, denominada *Wassanah* [cuja localização se desconhece até hoje], narrada para o Autor em *Mogador* [antigo nome ocidental da cidade marroquina de Essaouira] por *Sidi Hamet*, o mercador árabe. [...] (Riley 2014: título)

Logo à partida, verificam-se no TC várias opções de tradução relacionadas com a relação entre o público-alvo. Em primeiro lugar, a referência ao Saara, um termo usado mais na antiguidade; em segundo lugar a menção a Tombuctu, a versão oficial usada na língua portuguesa, ainda que também exista o termo *Timbuktu*; em terceiro lugar Essaouira (*Swearah*), um topónimo que merece alguma explicitação adicional; e em quarto lugar Reino de Marrocos, visto ser uma monarquia constitucional.

Além disso, existe a referência a *Wassanah*, um lugar cuja localização se desconhece até hoje, bem como a referência a um antropónimo estrangeiro, mais especificamente mouro: *Sidi Hamet*.

No capítulo nono, ocorre um problema de tradução recorrente no subgénero Literatura de Viagens Tradicional, que tem a ver com a tradução e transcrição de certas palavras e expressões, porquanto Riley, no seu papel de emissor, age como tradutor, uma vez que se encontra numa cultura que lhe é estranha:

My old and young mistresses went to see the strangers; they had no water to carry, as is customary, but took with them a large skin, with a roll of tent cloth to make them a shelter; the strangers rose as the women drew near, and saluted them by the words, "*Labez, Labez-Salem; Labez-Alikom;*" peace, peace be with you, &c. and the women returned these salutations in similar words. [...] The women having finished their attentions, seated themselves near the strangers, and made inquiries, as near as I could comprehend, by saying, "where did you come from? what goods have you got? how long have you been on your journey?" &c. [...] He looked at me, and asked if I was *el Rais* (the captain). I nodded assent; he told his brother, who was with him, to give me some water, but this his benevolent brother would not condescend to do; so taking the bowl himself, he poured into it near a quart of clear water, saying, "Sherub Rais" — that is, drink, captain, or chief. [...] (Riley 1817: 13; 14)

Efetivamente constata-se o uso de várias palavras e expressões que são traduzidas e transcritas do árabe para o inglês do século XIX por Riley, tais como: *Labez-Salem, Labez-Alikom; el Rais; Sherub Rais*, entre outras:

As minhas amas, a velha e a nova, foram ao encontro dos estranhos. Elas não tinham água para lhes oferecer, como já era habitual, mas levaram consigo uma pele grande com um rolo de tecido de tenda para lhes fazer um abrigo. Quando elas se aproximaram, os estranhos levantaram-se e cumprimentaram-nas, dizendo: «*Labez, labez-salem; labez-alikom*», ou seja: «Como estão? Que a paz esteja convosco», etc., ao que as mulheres responderam com palavras semelhantes [...] Quando as mulheres terminaram os seus cuidados, sentaram-se ao pé deles e segundo entendi fizeram-lhes as seguintes perguntas: «De onde vieram? Que bens trazem? Há quanto tempo estão em viagem?» etc. [...] Ele

olhou para mim e perguntou-me se eu era *el Rais* (o Capitão), ao que eu respondi que sim, acenando com a cabeça. Ele disse ao irmão, que estava com ele, para me dar alguma água, mas o seu irmão benevolente não o quis fazer, para não se rebaixar, de modo que ele próprio pegou na tigela, despejou nela, aproximadamente, um litro de água límpida e disse: «*Sherub, Rais*» ou seja: «Bebe, Capitão», ou «Chefe». (Riley 2014: 10; 11).

No caso em questão, uma vez que Riley providencia uma tradução dos respetivos termos estranhos e estrangeiros, optou-se por manter no TC os mesmos não-traduzidos, tal como constam do TP.

Além deste problema específico do TP e do tipo textual e subgénero particular em que se integra, também se verifica a ocorrência de outros itens lexicais que são destacados, tratando-se, de novo, de traços suprasegmentais:

THE following Narrative of my misfortunes and sufferings, and my consequent travels and observations in Africa, is submitted to the perusal of a candid and an enlightened public, with much diffidence, particularly as I write without having had the advantages that may be derived from an Academic education, and being quite unskilled in the art of composing for the press [...] I WAS born in the town of Middletown, in the state of Connecticut, on the 27th of October, in the year 1777, during the war between England and America, which terminated in 1783, with the acknowledgment by the mother country of the freedom, sovereignty, and independence of the thirteen United States [...] WE set sail from the bay of Gibraltar on the 23d of August, 1815, intending to go by way of the Cape de Verd Islands, to complete the lading of the vessel with salt. We passed Cape Spartel on the morning of the 24th, giving it a birth of from ten to twelve leagues, and steered off to the W. S. W. [...] ALL the men had gone out hunting on their camels, carrying their arms with them; that is to say, seeking for plunder as I concluded (Riley 1817: iii; 17; 27; 97).

Tal como se pode verificar nestes excertos, o início de cada capítulo é assinalado pelo uso de letras maiúsculas nas palavras iniciais, o que também consiste numa característica habitual do subgénero Literatura de Viagens Tradicional (*THE*; *I WAS*; *WE*; *ALL*) pelo que se decidiu, portanto, manter os mesmos no TC para destacar uma marca de antiguidade.

A Narrativa que se segue dos meus infortúnios e sofrimentos, e das minhas consequentes viagens e observações em África é submetida com muito acanhamento à leitura atenta de um público sincero e instruído, sobretudo porque escrevo sem ter tido as vantagens que poderiam advir de uma formação académica e sou bastante inexperiente na arte de redigir para a imprensa. [...] NASCI na cidade de Middletown, no estado do Connecticut, no dia 27 de outubro de 1777, durante a guerra entre a Inglaterra e a América, que terminou

em 1783 com o reconhecimento da liberdade, soberania e independência das treze colônias, i.e. dos Estados Unidos por parte da nação mãe [...] LARGÁMOS da baía de Gibraltar no dia 23 de agosto de 1815, com destino às ilhas de Cabo Verde, para completar a carga do navio com sal. Dobrámos o cabo Espartel na manhã do dia 24, dando um resguardo de cerca de dez a doze léguas, e governámos a oés-sudoeste [...] TODOS os homens saíram para caçar, montados nos seus camelos e levando consigo as suas armas. Quer isto dizer, segundo entendi, que foram à procura de saque (Riley 1014: i; 1; 6; 10).

O mesmo se pode verificar no relato de Maria Martin, que precedeu o de Riley sete anos, no qual se constata o uso de letra maiúscula em início de capítulo:

ALGIERS is a country which derives its name from its metropolis; and extends four hundred and eighty miles in length from east to west along the northern coast of Africa. Its utmost breadth is three hundred and twenty miles, but at the distance of an hundred miles from the lea-coast, that part of Africa becomes a barren desert, almost utterly uninhabitable either by man or beast [...] THE present inhabitants of the territory of Algiers are composed of a multitude of different nations [...] IN the last Chapter, we have seen the Algerines successively set at defiance, several of the most formidable nations of Europe [...] "I AM a native of England, and was born in the year 1779 of respectable and wealthy parents. (Maria Martin 1808: 5; 9; 36; 41)

Por fim, constata-se o mesmo uso de maiúsculas em início de capítulo noutro texto de naufrágio, cativo e resgate, nomeadamente o de Eliza Bradley, uma obra que é mencionada como plagiadora, em certas partes, da Narrativa de Riley, como consta em *The Public Domain Review*:

I WAS born in Liverpool, England, of credible parents, in the year 1783. In the year 1802, at the age of nineteen, I was married to CAPTAIN JAMES BRADLEY, my present husband, who having been bred to the seas, was possessed of no other means of support, and knew of no other way to obtain a livelihood; hence my endeavours, after our marriage, to induce him to pursue some other occupation, attended with less dangers, proved, nonetheless ineffectual. (Eliza Bradley 1835: 1)

Considerações finais

A aplicação do modelo de análise textual relevante para fins tradutórios desenvolvido por Nord é, sem dúvida alguma, útil para o(a) tradutor(a), de modo a não só obter toda a informação relevante e necessária para a sua tarefa de tradução, como também para identificar problemas de tradução e estratégias de solucionar os mesmos, recursivamente, no decorrer do processo tradutório.

Efetivamente, uma análise textual do TP revela informação que deve ser considerada em qualquer tarefa de tradução e no decorrer do processo tradutório, dada a natureza recursiva do modelo. Ao analisar os fatores extratextuais, ou contextuais, e os intratextuais, ou textuais, do TP, o(a) tradutor(a) adquire o máximo de conhecimento necessário para levar a cabo a sua tarefa de tradução.

Neste caso, por exemplo, uma análise do fator emissor e da sua intenção, assim como da função textual do TP, anuncia outros fatores como o léxico, a composição textual, entre outros, o que demonstra a interdependência dos fatores extratextuais e intratextuais. Uma pesquisa sobre os dados biográficos do autor e o contexto histórico-cultural do TP revela informação que será útil aquando da tradução, sendo que se refere a um tempo-espaço não contemporâneo, no qual se insere o autor, nomeadamente o século XIX na Nova Inglaterra, uma zona predominantemente puritana, o que se revela no registo formal e nas referências religiosas do TP, bem como na linguagem de marinheiro, i.e. na terminologia náutica.

Além do mais, a consideração do fator composição, aquando da pesquisa sobre dados referentes ao TP, apresenta uma conexão com o subgénero literário Literatura de Viagens Tradicional, o que revela normas e convenções específicas, bem como tema e conteúdo, neste caso a questão do naufrágio e, sobretudo, da escravatura e resgate de marinheiros norte-americanos no norte de África.

Acresce que uma análise do fator público-alvo, que é, porventura, um dos fatores mais importantes numa tarefa de tradução, apresenta uma diferença considerável em termos de tempo-espaço, língua e cultura, estando intrinsecamente relacionado com as pressuposições de conhecimento do(a) recetor(a) do TP e do potencial TC. Efetivamente, o motivo para a comunicação e a função textual também se alteram, sendo que, neste caso, um potencial TC teria um *skopos* diferente daquele que Riley teve ao escrever o TP. De acordo com Nord:

Being culture bound communicative signs, both the source and the target text are determined by the communicative situation in which they serve to convey a message (Nord 2005: 8).

Efetivamente, o(a) tradutor(a) que aplica o modelo de análise textual do TP relevante para fins tradutórios fica munido de todas as informações que serão úteis no decorrer do processo tradutório e efetuar a sua tarefa de tradução.

Em conclusão, verifica-se que, hoje em dia, num mundo globalizado e interligado por todos os meios de comunicação existentes, no qual a língua *franca* é o inglês, particularmente a sua vertente norte-americana, verifica-se que na tradução é dada primazia ao público-alvo e à função textual, sendo certo que as pressuposições de conhecimento dos(as) leitores(as) de um potencial TC influenciam bastante as decisões de tradução, no decurso do processo tradutório, pelo que o(a) tradutor(a) deve ter em conta todos os fatores situacionais nos quais o TP foi usado, assim como os fatores em que um potencial TC será usado.

Bibliografia e Sitografia

- ALBERTO, Edite (2010). *Um Negócio Piedoso: o Resgate de Cativos em Portugal na Época Moderna*. Tese de Doutoramento em História, Área do Conhecimento de Idade Moderna. Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais.
- ALLISON, Robert J. (1995). *The Crescent Obscured. The United States and the Muslim World (1776 – 1815). The legacy of the Barbary Wars*. The University of the Chicago Press, Chicago and London.
- ARAÚJO, Maria Benedita (1999). «Os relatos de naufrágios». *Condicionantes culturais da Literatura de Viagens: Estudos e Bibliografias* (pp. 391 – 395). Edições Cosmos, Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa.
- BAEPLER, Paul (2004). «The Barbary Captivity Narrative in American Culture». *Early American Literature*, Volume 39, Number 2 (pp. 217 – 246). University of North Carolina Press.
- BLANTON, Casey (2002). *Travel Writing: the Self and the World*. Routledge, New York and London.
- BLUM, Hester (2008). *The View from the Masthead: Maritime Imagination and Antebellum American Sea Narratives*. The North Carolina University Press, North Carolina.
- BORM, Jan (2004). «Defining Travel: On the Travel Book, Travel Writing and Terminology». *Perspectives on Travel Writing* (Studies in European Cultural Transition) (pp. 13 – 26), edited by Tim Youngs and Glenn Hooper, Ashgate Publishing Limited, Hampshire.
- BRADLEY, Eliza (1820) *An authentic narrative of the shipwreck and sufferings of Mrs. Eliza Bradley, the wife of Capt. James Bradley of Liverpool, commander of the ship Sally which was wrecked on the coast of Barbary, in June 1818*. James Walden. Boston
- CAMPBELL, Mary Baine (2002). «Travel writing and its theory». *The Cambridge Companion to Travel Writing*, edited by Peter Hulme and Tim Youngs (pp. 261 – 278). Cambridge University Press.
- CRISTOVÃO, Fernando (coord.) (1999). «Introdução. Para uma teoria da Literatura de Viagens». *Condicionantes culturais da Literatura de Viagens: Estudos e Bibliografias* (pp. 13 – 52). Edições Cosmos, Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa.

- CRISTOVÃO, Fernando (coord.) (2009) «Introdução: Literatura de Viagens...». *Literatura de Viagens: da Tradicional à Nova e à Novíssima (Marcas e Temas)* (pp. 9 – 18). Almedina, Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa das Universidades de Lisboa, L3. FCT, Coimbra.
- CRONIN, Michael (2000). *Across the lines: travel, language, translation*. Cork University Press, University College, Cork.
- KING, Dean (2004). *Skeletons on the Zahara: A true story of survival*. Back Bay Books, New York.
- MARTIN, Maria (1811). *History of the captivity and sufferings of Mrs. Maria Martin : who was six years a slave in Algiers, two of which she was confined in a dark and dismal dungeon, loaded with irons, by the command of an inhuman Turkish officer*. Jacob Meyer, Philadelphia.
- MUNDAY, Jeremy (2001). *Introducing Translation Studies: Theories and Applications*. Routledge. London and New York.
- NORD, Christiane (1997). *Translating as a purposeful activity. Functionalist Approaches Explained*. St. Jerome Publishing, Manchester, U.K. & Northampton, M.A.
- NORD, Christiane (2005). *Text Analysis in Translation. Theory, Methodology, and Didactic Application of a Model for Translation-Oriented Text Analysis* (Second Edition). Rodopi, Amsterdam – New York, NY.
- RATCLIFFE, Donald (1972). *Captain James Riley and Antislavery, Sentiment in Ohio, 1819-1824*. Ohio History, Volume 81 (pp. 76 – 94).
- RILEY, James (1817). *An authentic narrative of the loss of the American brig Commerce....* Hartford, Connecticut.
- RILEY, William Willshire (1851). *A Sequel to Riley's Narrative...* George Brewster, Columbus.
- RODRIGUES, A. A. Gonçalves (1992). *A Tradução em Portugal. Tentativa de resenha cronológica das traduções impressas em língua portuguesa excluindo o Brasil de 1495 a 1950*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa.

<http://publicdomainreview.org/2011/10/03/slavery-in-north-africa%E2%80%93the-famous-story-of-captain-james-riley/>

[http://publications.ohiohistory.org/ohj/browse/displaypages.php?display\[\]=0081&display\[\]=76&display\[\]=94](http://publications.ohiohistory.org/ohj/browse/displaypages.php?display[]=0081&display[]=76&display[]=94)

<https://history.state.gov/milestones/1801-1829/barbary-wars>;

<https://history.state.gov/milestones/1801-1829/napoleonic-wars>

<https://history.state.gov/milestones/1801-1829/war-of1812>

<http://clements.umich.edu/exhibits/online/barbary/barbary-introduction.php>

<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/185515/Embargo-Act>

Anexo I: (TC)

Sufrimentos em África

**UMA NARRATIVA AUTÊNTICA
DA PERDA DO BRIGUE AMERICANO *COMMERCE*,
NAUFRAGADO NA COSTA OCIDENTAL DE ÁFRICA
NO MÊS DE AGOSTO DE 1815.**

**COM UM RELATO DOS SOFRIMENTOS
DOS OFICIAIS E TRIPULANTES QUE SOBREVIVERAM
E FORAM ESCRAVIZADOS PELOS ÁRABES NÓMADAS
NO GRANDE DESERTO AFRICANO, OU SAARA.**

**E OBSERVAÇÕES HISTÓRICAS, GEOGRÁFICAS, ETC.,
EFETUADAS DURANTE AS VIAGENS DO AUTOR
ENQUANTO ESCRAVO DOS ÁRABES E NO REINO DE MARROCOS.**

**POR JAMES RILEY,
ANTIGO CAPITÃO E SOBRECARGA.**

**Precedida por um breve esboço da vida do Autor e concluída com uma descrição
da célebre cidade de Tombuctu, junto ao rio Níger, e de outra grande cidade,
muito mais a sul, junto ao mesmo rio, denominada *Wassanah* [cuja localização se
desconhece até hoje], narrada para o Autor em Mogador [antigo nome ocidental
da cidade marroquina de Essaouira] por *Sidi Hamet*, o mercador árabe.**

**COM UM VOCABULÁRIO ÁRABE E INGLÊS.
ILUSTRADA E ADORNADA COM 10 ELEGANTES GRAVURAS EM COBRE.**

**HARTFORD,
PUBLICADA PELO AUTOR
EM 1817.**

Tradução para português europeu: Marcos Cravinho.

Lisboa, 2014.

A QUEM LEIA

A Narrativa que se segue dos meus infortúnios e sofrimentos, e das minhas consequentes viagens e observações em África é submetida com muito acanhamento à leitura atenta de um público sincero e instruído, sobretudo porque escrevo sem ter tido as vantagens que poderiam advir de uma formação académica e sou bastante inexperiente na arte de redigir para a imprensa. O meu objetivo foi meramente registar, numa linguagem nua e crua, cenas de aflições reais e horripilantes nas quais fui um protagonista. Várias considerações induziram-me a levar a cabo a tarefa bastante árdua e difícil de preparar e publicar um trabalho tão grande e dispendioso, nomeadamente: a própria impressão profunda e indelével gravada na minha mente pelas circunstâncias excecionais do meu recente naufrágio, pelo meu cativo miserável, bem como aquele dos meus camaradas de bordo que sobreviveram; a crença de que o conhecimento de muitos destes incidentes pode vir a revelar-se útil e interessante para o mundo, assim como peculiarmente instrutivo para os meus irmãos do mar; as fortes e repetidas solicitações de muitos dos meus valiosos amigos, entre os quais se encontrava o ilustre James Monroe, Secretário de Estado, e vários membros notáveis do Congresso; e a possibilidade de proporcionar, com a minha labuta, algum auxílio aos sofrendores que sobreviveram e às famílias destituídas daquela parte da minha mais recente tripulação cujo fado foi perecer em África ou ainda gemer as réstias da sua existência nos laços cruéis da escravatura bárbara.

A Narrativa até à altura do meu resgate foi escrita inteiramente de memória, sem o auxílio de notas ou de qualquer diário, mas registei por escrito os factos principais em Mogador, quando todas as circunstâncias ainda estavam frescas na minha memória (que é retentiva por natureza), e comparei, então, as minhas próprias recordações com aquelas dos meus companheiros resgatados: fi-lo com o objetivo de mostrar aos meus amigos os sofrimentos sem paralelo que suportei e não com o propósito específico de os tornar públicos por meio da imprensa. O leitor deverá ter em conta que os acontecimentos aqui registados tiveram lugar fora do curso comum da vida de um marinheiro e cada acontecimento particular foi de uma natureza tão poderosa que ficará gravado na memória e não será esquecido com facilidade. Uma vez que viajei e visitei diversos países estrangeiros ao longo da minha vida, a minha mente não estava de modo algum desacostumada a prestar atenção e a fazer observações sobre o que quer que estivesse ao alcance da minha visão.

Por este motivo, os estranhos acontecimentos do deserto e os novos lugares e objetos que tive a oportunidade de testemunhar no país dos mouros não deixaram de despertar e exercitar a minha curiosidade, bem como o meu interesse, e se tornar o objeto de habituais e cuidadosas reflexões.

No que diz respeito às minhas conversas com os árabes, escrevi o que sabia ser, na altura, o seu sentido exato, tanto quanto consegui traduzir as suas palavras e sinais combinados. Aprendera, anteriormente, as línguas, francesa e espanhola, tanto pelo estudo da gramática como pela prática, e também me acostumei a ouvir falar russo e diversos dialetos de alemão, assim como o português, o italiano e algumas outras línguas, de tal modo que o meu ouvido ficou familiarizado com os seus sons e a sua pronúncia. Assim que me apercebi de uma afinidade entre o árabe e o espanhol, comecei a aprender, desde logo, os nomes de coisas comuns, em árabe, e a compará-los na minha mente com aqueles que encontrara na história da Turquia e noutras do oriente. Não tinha qualquer esperança de ser resgatado a não ser que me conseguisse fazer compreender, portanto tive o máximo cuidado em reter todas as palavras e frases que ouvi serem proferidas pelos árabes, para refletir sobre o sentido destas e descobrir o seu verdadeiro significado, meios pelos quais, passados muitos poucos dias, me tornei capaz de entender o conteúdo geral e o curso das conversas habituais deles, e descobrir o significado completo dos seus gestos e sinais. Os meus quatro companheiros, porém, quase não compreendiam uma única palavra de árabe, mesmo depois de serem resgatados.

Em relação à rota e aos vários trajetos da nossa viagem, devo salientar que, após ter sido comprado pelos mercadores árabes e levado através do deserto, sofria das mais excruciantes dores corporais e cruéis privações. Por conseguinte, não será de admirar que tenha confundido um trajeto para leste por outro, ou errado no cálculo das distâncias percorridas neste deserto vasto, plano e sem quaisquer referências, visto que estava frequentemente em tamanha agonia, tão abatido pelo desgaste e pelo desespero que um dia parecia ter uma duração infindável. Uma longa experiência no mar ensinara-me a determinar a latitude por meio da altura aparente da estrela polar acima do horizonte, de modo que não me terei enganado muito no que diz respeito a este pormenor. Além disso, a formação da costa para onde a nossa embarcação foi levada indica que era muito perto do cabo Barbas.

Após nos termos aproximado da costa marítima de novo, tornei-me mais atento aos objetos circundantes, uma vez que as minhas esperanças de ser resgatado aumentavam, de maneira que não só os trajetos, mas também as distâncias que lhes atribuí estarão de acordo em todos os seus pontos fulcrais.

Os desenhos para as gravuras foram feitos a partir dos meus esboços originais (e eram meros esboços rudimentares, pois não sou perito em desenho). Contudo, foram efetuados por artistas de reputação considerável e sob a minha vistoria.

Quando compilei o mapa, tive o cuidado particular de consultar as melhores autoridades, mas, ao mesmo tempo, considerei que a informação dada pelo meu antigo amo árabe era suficientemente correta e me permitiria conceder plena atenção às minhas consequentes observações geográficas, de modo a traçar o rio Níger até ao oceano Atlântico. Partindo do pressuposto de que a minha ideia se revelaria exata doravante e que este rio, de facto, descarrega as suas águas, juntamente com as do Congo, para o golfo da Guiné, sou de opinião de que deve ser adicionado, devido às suas curvas e dobras, não menos do que um quarto da distância total numa linha reta, de modo a calcular o seu comprimento real.

Enquanto me encontrava em Mogador, ocorreram diversas transações singulares e interessantes que não sucedem usualmente nem mesmo naquele país, podendo uma pessoa residir lá durante anos sem nunca ter a oportunidade de testemunhar uma repetição de tais acontecimentos. Não obstante, a sua autenticidade, bem como a de outras circunstâncias que relatei, pode ser atestada por muitas testemunhas – homens respeitáveis e de uma veracidade inquestionável.

Quanto às minhas observações sobre as correntes que até agora se revelaram fatais para um vasto número de barcos e respetivas tripulações na costa ocidental de África, fi-las para promover uma investigação adicional sobre este assunto, assim como para acautelar o marinheiro incauto sobre os seus efeitos usualmente desastrosos.

Tenho o sincero prazer de reconhecer os préstimos do meu respeitável amigo Anthony Bleecker, mui ilustre advogado de Nova Iorque, que, a meu pedido, reviu integralmente o manuscrito e sugeriu algumas explanações muito importantes. Guiei-me por inteiro, nas minhas correções, pelo seu conselho, que foi de um carácter que só pode partir dos motivos mais puros e imparciais. Os seus talentos, o seu discernimento e a sua erudição contribuíram num grau considerável para polir as asperezas do meu estilo inculto e devo-lhe os meus mais calorosos agradecimentos.

Ao meu muito íntimo amigo Sr. Josiah Shippey Júnior, de Nova Iorque, devo bastante. Ele leu o manuscrito na íntegra, com grande cuidado e interesse, tendo sugerido aperfeiçoamentos, tanto em termos de dicção como de gramática. O seu elevado conhecimento clássico, juntamente com a sua pia aderência aos verdadeiros princípios de forte moralidade e o seu conselho amigo foram de grande utilidade e são muito apreciados.

No que diz respeito à circunstância extraordinária mencionada na narrativa, o súbito retrocesso da rebentação quando estávamos prestes a lançar-nos ao alto mar no nosso barco estilhaçado, estou ciente de que será objeto de grande comentário, e, possivelmente, de alguma zombaria. Fui aconselhado por um amigo a omitir este facto, para que quem não esteja disposto a acreditar na intervenção particular da Providência Divina não use o mesmo como um argumento contra a exatidão de outras partes da minha narrativa. Provavelmente teria sido uma boa opção para mim, como mero autor, pois tenho a certeza de que, antes deste sinal de misericórdia, eu próprio teria tido suspeitas em relação à veracidade de um escritor que relatasse algo que eu consideraria ser uma ocorrência improvável. No entanto, emoções e sentimentos de um tipo muito diferente daquele que o mero interesse terreno pode suscitar proibiram-me de negar ou omitir o que claramente pareceu ser, a mim e aos meus companheiros naquela altura, o ato imediato e misericordioso do Todo-Poderoso, que escutou as nossas preces e atendeu a nossa súplica no momento terrível em que o desânimo, o desespero e a morte se aproximavam de nós com todos os seus horrores acumulados. O meu coração ainda rejubila de gratidão sagrada por esta misericórdia e não me envergonharei, nem terei medo de a reconhecer e fazer com que o mundo inteiro saiba da bondade infinita do meu divino Criador e Salvador: «As águas do mar quasi que nos cubrião: soberbas quasi tinham passado por cima de nossa alma. Então clamamos por vós o Senhor: e vós nos libertastes da nossa desgraça. Vós nos enviastes o vosso preceito: e a tempestade cessou e se converteu em calma».^[1]

JAMES RILEY

ÍNDICE

CAPÍTULO I

Um breve esboço da Vida e Educação do Autor até ao mês de maio de 1815

..... (Págs. 1 – 5);
(...)

CAPÍTULO III

*Viagem de Gibraltar rumo às ilhas de Cabo Verde, incluindo o naufrágio do brigue
Commerce na costa de África* (Págs. 6 – 9);
(...)

CAPÍTULO IX

*O autor convence dois mercadores árabes a comprá-lo e a quatro dos seus
companheiros de sofrimento. Eles matam um camelo e preparam-se para partir rumo a
Marrocos através do deserto* (Págs. 10 – 20);
(...)

Glossário de Terminologia Náutica (incluindo os termos ingleses) (Págs. 21 – 31)

NARRATIVA, ETC.

CAPÍTULO I

Um breve esboço da Vida e Educação do Autor até ao mês de maio de 1815.

NASCI na cidade de Middletown, no estado do Connecticut, no dia 27 de outubro de 1777, durante a guerra entre a Inglaterra e a América, que terminou em 1783 com o reconhecimento da liberdade, soberania e independência das treze colónias, i.e. dos Estados Unidos por parte da nação mãe. O meu pai, Asher Riley, que ainda vive no mesmo lugar, foi criado no negócio da agricultura e casou muito jovem com a minha mãe, Rebecca Sage, que também se encontra viva. Fui o quarto filho deles. Devido a um ataque de uma condição perigosa, uma afeção hepática, o meu pai ficou incapaz de levar a cabo o seu trabalho habitual por alguns anos, e a sua propriedade, que era muito pequena de início, foi despendida por inteiro durante esse período. Contudo, após a sua recuperação, em 1786, conseguiu sustentar a sua crescente família de uma maneira honesta, com indústria e economia rígidas.

Antes de falar da minha educação, creio que não será inadequado dar uma ideia geral do que era então considerada uma educação comum no Connecticut. Este estado encontra-se dividido em condados e cidades, e as cidades em comunidades. Os habitantes de cada uma, por consenso comum e à sua própria custa, erigem uma escola na qual educam as suas crianças. Se a comunidade for demasiado grande para ter uma só escola é novamente subdividida em bairros e cada um erige uma escola para a sua própria acomodação. Geralmente fazem isto por meio de um imposto, repartido de acordo com a propriedade ou capacidade de cada indivíduo e cobrado pelos próprios habitantes. Visto ser para o bem geral, todos pagam alegremente a sua parte. Cumpridas estas diligências, contratam um professor ou uma professora para ensinar as suas crianças a ler e escrever, e algumas delas aprendem as regras fundamentais da aritmética. Na maior parte das vezes, os habitantes contratam um professor para quatro meses por ano, de outubro a março, por exemplo, e a sua compensação (na altura a que me refiro) era entre seis e dez dólares por mês, incluindo alojamento. A fim de o obter, o professor tinha de se dirigir, rotativamente, a todas as casas dos seus empregadores, fazendo do tempo passado com cada família o mais igual possível e proporcional ao número de crianças desse lugar. Assim sendo, todos os pais ficavam familiarizados com o professor, ou a professora. No verão, selecionavam uma das raparigas mais instruídas

da vizinhança para ensinar as crianças mais novas. De modo a custear a despesa que advinha deste sistema, cobravam um imposto, e cada homem, casado ou solteiro, com ou sem filhos, era obrigado a pagar a soma que lhe era estipulada. Desta maneira, cada pessoa contribuía para o bem-estar do todo. Em cada comunidade, erigia-se uma ou mais igrejas ou capelas, cujas congregações eram Presbiteranas ou Congregacionalistas ^[2], nas quais ordenava regularmente um pastor (tal como é denominado), sendo-lhe atribuído um estipêndio ou salário anual, geralmente ao longo da sua vida. Isto era um hábito regular e antigo. O pastor era considerado o diretor da escola, assim como da igreja, e o seu agrado ou desgosto tinha valor de lei. Todas as crianças de cada bairro, ricas e pobres, frequentavam esta escola: todas tinham um direito igual a este tipo de educação rural. Aos quatro anos enviaram-me para uma dessas escolas do bairro, onde permaneci, aprendendo a ler e escrever, até aos meus oito anos de idade, altura em que a família do meu pai já aumentara para sete ou oito crianças, com uma forte possibilidade de continuar a crescer (mais tarde, o número aumentou para treze).

O meu pai, constatando o quão difícil era sustentar-nos a todos como ele desejava, e tendo-me tornado num rapaz robusto para a minha idade, levou-me a um lavrador vizinho para que eu ganhasse a vida ajudando-o no seu trabalho. Desde os meus oito anos até aos catorze, trabalhei na terra com diferentes lavradores, cuja educação fora diminuta, porém, eles estavam convencidos de que abarrotavam de conhecimento, como acontece, geralmente, entre os mais ignorantes. Por conseguinte, com a sua sabedoria imaginada, chegavam à conclusão de que eu precisava muito menos do que eles, pois não passava de um pobre rapaz! Ao saberem que perderiam a minha mão-de-obra durante as horas de escola (pois sempre tiveram o cuidado de me manter ocupado por inteiro na penosa labuta quando eu não estava na escola, mal me concedendo as habituais horas de sono e de descanso), mantiveram-me fora da mesma, simplesmente porque, segundo diziam, não conseguiam levar a cabo o trabalho deles sem a minha ajuda. Quando os meus pais protestaram contra tal conduta junto daqueles que fizeram um acordo solene de me dar escolaridade com fartura, eles afirmaram que eu já ia muito adiantado: conseguia ler e escrever tão bem como qualquer um dos rapazes da minha idade; sabia de cor capítulos inteiros da *Bíblia Sagrada*; todo o Credo e o Catecismo, i.e. o Presbiteranismo, que era, e ainda é, considerado da maior importância naquela parte da União denominada a Nova Inglaterra; e conseguia cantar os Salmos inteiros nas reuniões separadas tão bem como aqueles que aprenderam a cantar de acordo com as notas, «embora de facto não consiga escrever (disseram eles),

porque não tem queda para a escrita». Estas representações serviam de algum modo para aliviar a ansiedade dos meus pais, que me desejavam, acima de tudo, uma educação rural boa e comum, visto que naquela altura não tinham perspectivas de me dar algo melhor. Ensinarão-me, tanto por prática como por preceito, que para ser feliz tinha de ser honesto, prudente e industrioso; saber governar as minhas paixões (que eram violentas), sentir e aliviar os sofrimentos dos outros sempre que tal estivesse ao meu alcance, ser afável e moderado nas minhas maneiras, e virtuoso em todas as minhas ações. De modo geral, eles instilavam na minha jovem mente todos os bons princípios.

Alcançara, então, os meus quinze anos; era alto, atlético e robusto para a minha idade, e tendo ficado saturado do trabalho duro na terra concluí que a melhor maneira de me livrar dele era ir para o mar e visitar países estrangeiros. Os meus pais empenharam-se em me dissuadir de tal projeto e desejavam que eu aprendesse algum ofício de mecânica, mas, apercebendo-se de que eu não conseguia fixar a minha mente noutro assunto, consentiram na minha escolha com muita relutância. Por conseguinte, embarquei num cúter com destino às Índias Ocidentais. Sem nenhum amigo para me encorajar, dependente apenas da minha boa conduta e dos meus esforços, e tendo a ambição de ganhar alguma distinção na profissão que escolhera, planeei adquirir algum conhecimento na arte da navegação, tanto teórico como prático. Aos meus vinte anos, já passara pelos escalões de moço de camarote, cozinheiro, segundo-marinheiro, marinheiro, segundo piloto, e imediato, a bordo de diversos barcos. Tinha, então, um metro e oitenta e seis de altura, e era proporcionalmente forte e atlético, quando descobri que a esfera na qual me movia era demasiado limitada para a minha visão e para os meus desejos (estendendo-se apenas desde o rio Connecticut ou de Nova Londres até às Índias Ocidentais e de volta novamente), portanto parti para Nova Iorque, onde, pouco tempo depois, fui escolhido para comandar um bom barco. Desde essa altura, continuei empregado em trabalhos semelhantes, a fazer viagens em todos os climas usualmente frequentados por navios americanos, a cruzar quase todos os mares e a viajar por terra pelos estados e impérios mais importantes do mundo. Durante vários anos, fui responsável pelos carregamentos e barcos nos quais naveguei, e tive uma boa dose de prosperidade até ao mês de janeiro de 1808, quando o meu navio, o *Two Marys* de Nova Iorque, foi apreendido pelos franceses enquanto me abrigava de alguns navios de guerra ingleses em Belle-Isle, na baía de Biscaia, com rumo a Nantes. O navio, juntamente com a sua carga preciosa, foi confiscado sob o memorável Decreto de Milão de 17 de dezembro de 1807, ordenado após as célebres Ordens em Conselho de 11 de

novembro do mesmo ano ^[3], e eu permaneci em França até que o navio e a carga fossem sentenciados, tendo regressado ao meu país nativo e à minha família no final do ano de 1809, com a perda, é certo, de quase toda a propriedade que adquirira anteriormente. Todavia, voltei mais sábio do que antes, pois aprendera a ler, falar e escrever tanto a língua francesa como a língua espanhola, e viajara bastante por quase toda a França, onde tive a oportunidade de testemunhar muitas operações importantes na ciência da guerra e prestar atenção aos princípios sobre os quais eram fundadas. Ao mesmo tempo, tive lições na escola da adversidade, o que acabou por preparar e disciplinar a minha mente para as futuras provações que me estavam destinadas. Esforçava-me, então, com tudo o que tinha ao meu alcance, para vencer a maré do meu infortúnio, que se começava a instalar contra mim com uma força impetuosa. Tornara-me um marido e pai de quatro crianças, que contavam comigo para sustento, e tentei recuperar a minha fortuna perdida, com todas as minhas forças, por meio do comércio no mar, mas em vão, pois tudo se revelou desfavorável. Após uma ausência de dois anos em Espanha, Portugal, nos Brasis, *Rio de la Plata*, ou rio da Prata, na América do Sul, Índias Ocidentais, Nova Orleães, etc., regressei a casa no início da recente guerra (1812) ^[4] sem um único péni. O comércio desarmado no mar, o meu elemento, chegava ao fim de uma forma honrada, e eu não conseguia obter um posto que desejasse na Marinha, nem o comando de um navio mercante armado que se adequasse há minha visão, devido à falta de fundos. Também não aceitaria o comando de um navio e a consignação de um carregamento que infringisse as leis de guerra sob licenças estrangeiras: considereei que isso derogaria o caráter que sempre desejei defender, o de um verdadeiro amigo do meu país (quer na prosperidade quer na adversidade) e um firme apoiante das suas leis e instituições. Já constatarra, por meio de uma longa experiência nos modos do mundo, que estas eram tão boas (no mínimo) como as de qualquer país debaixo dos céus. Embora as ofertas que recebi fossem boas e tentadoras, tanto que se as aceitasse facilmente obteria uma boa fortuna num período muito curto, permaneci em casa durante toda a guerra, fazendo uso de todas as minhas faculdades para ganhar uma subsistência decente para a minha família. Após o inimigo ter incendiado o Capitólio e outros edifícios públicos e privados na sede do governo, em agosto de 1814, os seus comandantes ameaçaram destruir, veementemente, todos os lugares atacáveis na costa. Então, acreditei que se aproximava a hora de requisitar todos os homens para a defesa geral, especialmente nas cidades marítimas expostas, pelo que me alistei numa companhia de artilharia de militares voluntários, composta maioritariamente por

capitães e imediatos de barcos e marinheiros. Tive a honra de ser escolhido como comandante deles, mas os nossos serviços não eram necessários no terreno.

CAPÍTULO III

*Viagem de Gibraltar rumo às ilhas de Cabo Verde, incluindo o naufrágio do brigue
Commerce na costa de África.*

LARGÁMOS da baía de Gibraltar no dia vinte e três de agosto de 1815, com destino às ilhas de Cabo Verde, para completar a carga do navio com sal. Dobrámos o cabo Espartel na manhã do dia vinte e quatro, dando um resguardo de cerca de dez a doze léguas, e governámos a oés-sudoeste. Fazia tenções de alcançar as Ilhas Canárias e passar entre Tenerife e La Palma, se houvesse vento de feição, mas estava um tempo muito cerrado e embruscado. Apesar de termos feito duas observações ao meio-dia não se podia depender de nenhuma delas. Devido ao nevoeiro, não conseguíamos avistar terra e por meio da observação de alturas meridianas no dia vinte e oito calculámos que nos encontrávamos na latitude 27° 30' N. A força da corrente alterara a nossa posição latitudinal em cento e vinte milhas, pelo que passámos perto das Ilhas Canárias sem as conseguir ver. Cheguei à conclusão de que devíamos ter atravessado a passagem planeada sem avistar terra em ambos os lados, sobretudo porque era de noite e estava muito escuro, negro como breu. Nem eu acreditava que não fosse esse o caso, pois tivemos vento de feição durante todo o percurso e seguimos um único rumo desde a largada do cabo Espartel. Pouco tempo depois de fazermos uma observação no dia vinte e oito, o nevoeiro tornou-se ainda mais denso e a escuridão pareceu aumentar (se possível). Ao anoitecer, examinei toda a minha estima de novo, para me certificar de que não cometera nenhum erro, e disse aos imediatos que fizessem o mesmo com a deles. Então, após verificar que o meu cômputo estava correto, alterei o nosso rumo para sudoeste, o que nos deveria ter colocado perto do rumo que tencionava seguir, i.e. para o extremo leste das ilhas de Cabo Verde. Todavia, visto que o tempo ficava mais enevoadado à medida que a noite se aproximava, estando tão cerrado que quase não conseguíamos ver o extremo do pau da bujarrona, orçámos e sondámos com linha de prumo em cento e vinte braças, mas não achámos o fundo, portanto resolvi seguir o rumo, ainda a refletir sobre qual seria a causa de não avistar terra (pois nunca passara perto das Ilhas Canárias sem as ver, mesmo com tempo cerrado ou à noite). Pelas dez da noite, resolvi guinar para nordeste e navegar em bolina cerrada, visto que, segundo o diário de bordo, já devíamos estar a apenas trinta milhas a norte do cabo Bojador. Cheguei a esta conclusão às nove, pensando que nunca tivera tanto medo em relação ao meu cômputo e ao meu próprio discernimento. Ordenei que se ferrassem as velas altas e

se armassem bem as retrancas das velas de governo, o que se fez o mais rápido possível num quarto, sob a orientação imediata do Sr. Savage.

Acabáramos de colocar os homens nos braços para guinar, quando o homem do leme gritou: «Às dez horas!» A retranca da nossa vela de tempo estava a estibordo, mas pronta para cambar, o leme estava trancado a bombordo, como se não houvesse perigo perto, e eu próprio estivera no convés toda a noite. O navio navegava a uma velocidade de nove ou dez nós, com um vento fresco e um mar de pequena vaga, quando a retranca do grande cambou e, nesse momento, ouvi um ruído. Bracearam-se as vergas e chamaram-se todos os homens. Ao início, pensei que fosse uma pega de vento e estava prestes a ordenar que se arriasse pano, mas depois descobri a rebentação a espumar à mais terrível velocidade por baixo do nosso sotavento. Por um momento, tive esperança de que ainda conseguíssemos seguir, pois não se via rebentação à nossa frente: preparámos as âncoras, mas esta esperança esbateu-se num ápice, pois o mar e uma forte corrente levaram-nos para a rebentação e o navio embateu! Largámos o melhor ferro da amura e reduzimos pano o mais rápido possível: vaga após vaga atingiu o navio e levou-o apesar das âncoras, com a proa parcialmente virada para a margem. O navio embateu com tanta violência que todos os homens saltaram no convés. Uma vez que não havia possibilidade de o salvar e que muito em breve arrombaria e se encheria de água, ordenei que se trouxesse para o convés todas as provisões que se conseguisse, na esperança de salvar algumas, e que se retirasse a água dos barris grandes, tanta quanto possível. Enchemos várias meias quartolas de vinho com água. Cada homem trabalhava como se a sua vida dependesse dos seus esforços atuais. Todos obedeciam a cada ordem que eu dava e pareciam perfeitamente calmos. O navio era alto e robusto, e estava equilibrado somente pelo lastro. O mar galgou a popa e varreu os conveses, mas conseguimos manter a embarcação pequena no convés, para a agarrar e evitar que arrombasse. Cortámos a borda falsa a bombordo para evitar que os barcos arrombassem quando os levássemos para fora. Afastámos a lancha e pendurámo-la em talhas, enquanto o navio continuava a embater com muita força e a encher de água rapidamente. Contudo, conseguimos salvar cinco ou seis barris de água e outros tantos de vinho, três barris de pão e três ou quatro de provisões salgadas. Até então, estivera tão ocupado a trabalhar que não tomei medidas para determinar a que distância estávamos de terra firme, e ninguém a vira até ao momento. Entretanto, trouxeram-se todas as roupas, baús, arcas e etc. para cima e arrumaram-se os livros, mapas e instrumentos do mar, na esperança de que nos viessem a ser úteis no futuro.

O navio estava agora quase cheio de água, pois a rebentação fizera uma brecha considerável no casco, e, temendo que se estilhaçasse, preparei um cabo e coloquei-o na embarcação. Ao vislumbrar a costa, que não estava muito distante, o Porter e eu fomos descidos a bombordo, ou a sotavento do navio, onde este atenuava a violência do mar e estava relativamente estável. Afastámos a embarcação, mas quando nos distanciámos da proa do navio esta foi dominada por completo pela rebentação e fomos arremessados contra as vagas espumosas: fomos levados pela corrente, auxiliados por aquilo a que os marinheiros chamam ressaca (ou recuo das ondas), a uma distância aproximada de trezentas jardas para oeste. As ondas cobriam-nos, na maior parte do tempo, seguindo-se umas às outras rápida e sucessivamente, quase sem nos dar tempo para respirar antes de nos engolirem literalmente, até que, por fim, fomos atirados, juntamente com a embarcação, para uma praia arenosa. Após tomarmos fôlego por um momento e nos livrarmos da água salgada que entrara à força nos nossos estômagos, o meu primeiro cuidado foi tirar a água da embarcação e puxá-la para fora da linha de rebentação. Encontrámos o cabo que fora amarrado com força ainda funcional, pelo que o carregámos ao longo da praia diretamente para sotavento do naufrágio, onde o amarrámos a paus para antenas com a grossura aproximada de espiques que tinham flutuado até à margem a partir do navio e enterrámo-los na areia com a ajuda de outras peças de madeira. Antes de sair do navio, ordenara que se lançasse ao mar todos os baús, arcas e tudo o que flutuasse: todos os homens estavam ocupados a fazer isso. O navio estava a cerca de cem braças da praia, com maré cheia. De modo a salvar a tripulação, atámos uma espia ao cabo que tínhamos na margem, puxámos uma das pontas e amarrámo-la a uns quantos paus que espetámos na areia para esse efeito. Então, esticámo-la a bordo do naufrágio e amarrámo-la. De seguida, descemos a lancha (de forma a salvar as provisões dentro dela) e dois homens equilibraram-na usando cabos amarrados aos arganéis da roda de proa e dos cadastes sobre a espia, de modo a fazê-la deslizar, com a proa virada para a rebentação. Desta maneira, alcançaram a praia, levados na crista de uma onda enorme. A lancha quebrou-se com a violência do choque contra a praia, mas com muito esforço salvámos os três barris de pão que estavam nela antes de ficarem muito danificados e também salvámos dois barris de provisões salgadas. Estávamos, então, quatro de nós na costa, ocupados a apanhar as roupas e outras coisas que flutuaram a partir do navio e a trazê-las para fora da linha de rebentação. Por esta altura, já era dia e estava maré alta. O navio querenou bem ao largo e fiz sinais para que cortassem os mastros, na esperança de o aliviar para que se não

quebrasse. Por conseguinte, cortaram-nos e estes caíram para estibordo, fazendo um melhor sotavento para descer um barco ao lado do naufrágio, visto que se projetavam consideravelmente para além das proas. O mar rebentava alto sobre o naufrágio e com os mastros cortados e as amarras feitas não havia mais nenhum sítio onde uma pessoa se pudesse agarrar, pelo que os oficiais e os seis homens ainda a bordo, apesar de estarem agarrados, o melhor que podiam, ao gurupés e aos suportes a bombordo, ainda estavam em perigo iminente de serem varridos por cada vaga. A lancha estava quebrada e sendo impossível salvar a embarcação o meu objetivo naquele momento era salvar as vidas da tripulação usando a espia. Por conseguinte, fiz-lhes sinais para virem, um a um, agarrados a ela, que fora bem esticada para esse propósito. O John Hogan foi o primeiro a aventurar-se. Após tirar o casaco, agarrou-se à espia e dirigiu-se para a margem. Quando saiu da parte logo a sotavento do naufrágio, foi soterrado pela rebentação, que corria a muitos metros sobre a sua cabeça, porém, ele agarrou-se ao cabo com uma força sobre-humana e assim que passou a rebentação procedeu rumo à margem, até que uma onda, mais forte do que a anterior lhe descerrou as mãos e o atirou para a nossa beira. Foi nesse momento que o agarrámos e arrastámos para a praia, depois virámo-lo na areia para que ele deitasse para fora a água salgada que tinha no estômago e ele recuperou. Estava com água até ao queixo, equilibrando-me com ajuda da espia, enquanto a rebentação passava por cima de mim, de modo a apanhar os outros à medida que se aproximavam. Então, com a ajuda dos que já se encontravam na margem, consegui salvar todos os restantes de uma tumba marítima.

CAPÍTULO IX

O autor convence dois mercadores árabes a comprá-lo e a quatro dos seus companheiros de sofrimento. Eles matam um camelo e preparam-se para partir rumo a Marrocos através do deserto.

TODOS os homens saíram para caçar, montados nos seus camelos e levando consigo as suas armas. Quer isto dizer, segundo entendi, que foram à procura de saque. As minhas amas, a velha e a nova, foram ao encontro dos estranhos. Elas não tinham água para lhes oferecer, como já era habitual, mas levaram consigo uma pele grande com um rolo de tecido de tenda para lhes fazer um abrigo. Quando elas se aproximaram, os estranhos levantaram-se e cumprimentaram-nas, dizendo: «*Labez, labez-saleem; labez-alikom*», ou seja: «Como estão? Que a paz esteja convosco», etc., ao que as mulheres responderam com palavras semelhantes. Em seguida, elas dirigiram-se à nossa tenda, pegaram num par de estacas e com as mesmas, a pele e o tecido fizeram uma tenda para os estranhos. Em seguida, pegaram nos embrulhos que estavam nos camelos deles e colocaram-nos nessa tenda, juntamente com as selas e todas as outras coisas que eles trouxeram. Os dois estranhos tinham um par de odres com água, os quais as mulheres penduraram numa armação que levaram da nossa tenda.

Enquanto elas estiveram ocupadas, os estranhos permaneceram sentados no chão, com as suas armas ao lado, pois cada um tinha uma espingarda de cano duplo, ambas tão brilhantes que reluziam ao sol como prata. Quando as mulheres terminaram os seus cuidados, sentaram-se ao pé deles e segundo entendi fizeram-lhes as seguintes perguntas: «De onde vieram? Que bens trazem? Há quanto tempo estão em viagem?» etc. Após satisfazerem a sua curiosidade em relação a estes assuntos, vieram ter comigo e a mulher velha (em quem eu não encontrara, até então, uma centelha de piedade) disse-me que Sidi Hamet trouxera mantos e tecido azul para vender; que ele viera dos domínios do Sultão e, se assim entendesse, me podia comprar e levar até lá, onde eu poderia encontrar os meus amigos e beijar a minha esposa e os meus filhos.

Antes de o meu amo regressar, fui à tenda de Sidi Hamet, com uma tigela de madeira, e implorei por alguma água, mostrando a minha boca, que estava extremamente ferida e ressequida, tanto que tinha dificuldade em falar. Ele olhou para mim e perguntou-me se eu era *el Rais* (o Capitão), ao que eu respondi que sim, acenando com a cabeça. Ele disse ao irmão, que estava com ele, para me dar alguma água, mas o seu irmão benevolente não o quis fazer, para não se rebaixar, de modo que

ele próprio pegou na tigela, despejou nela, aproximadamente, um litro de água límpida e disse: «*Sherub, Rais*» ou seja: «Bebe, Capitão», ou «Chefe». Eu bebi cerca de metade e depois de lhe agradecer e pedir aos Céus que o abençoassem pela sua bondade, ia levar o resto para a nossa tenda, onde o Clark estava estendido, parecendo um autêntico farrapo de ossos desnudados. As suas costas e a sua barriga estavam prestes a colapsar, e a sua respiração parecia a de uma pessoa em agonia, às portas da morte. Sidi Hamet não me deixou levar a água e ordenou que eu a bebesse, mas eu indiquei-lhe o meu companheiro em sofrimento, o que suscitou a sua piedade e ele, por fim, lá permitiu que eu desse o resto ao Clark.

A água era perfeitamente fresca e revitalizou-o bastante. Foi um tónico para a sua alma desanimada, sendo a primeira água fresca que qualquer um de nós bebeu desde que deixáramos o navio. Os seus olhos, que estavam profundamente encovados, brilharam: «Esta água é boa (disse ele) e deve vir de uma terra melhor do que esta. Se lá estivéssemos (acrescentou) e eu pudesse beber, mais uma vez, desta água, poderia morrer feliz, mas, agora, não consigo viver nem mais um dia». Os nossos amos regressaram e juntamente com os membros da tribo, que receberam as notícias da chegada dos estranhos, começaram a formar círculos e a conversar com eles e entre si. Isto continuou até à noite e calculo que estivessem presentes, no mínimo, duzentos homens. Após escurecer, começaram a dispersar e às dez da noite só ficou na nossa tenda a família do meu amo velho e três ou quatro parentes deles. Nesse momento, expulsaram-nos da tenda e obrigaram-nos a passar a noite ao relento, sem nenhum abrigo ou algo para nos cobrirmos. Foi uma noite longa e fastidiosa, porém, na hora de ordenhar os camelos, o nosso amo velho veio ter connosco e deu a cada um cerca de meio litro de leite, como se tivesse medo de perder a sua propriedade e estivesse ansioso por que vivêssemos. Este leite soube-me melhor do que qualquer um que alguma vez bebi e foi um refrigerio doce e oportuno, que salvou o pobre Clark da morte.

Foi o primeiro sustento de qualquer tipo que o nosso amo nos deu no espaço de três dias e concluí, por esta circunstância, que ele tinha esperança de nos vender aos estranhos. Na manhã seguinte, Sidi Hamet dirigiu-se à tenda e fez-me um gesto para que eu fosse ao seu encontro. Ele estava a uma distância considerável e eu fiz os possíveis para ir ter com ele. Então, ordenou-me que me sentasse no chão. Por esta altura, já aprendera muitas palavras na língua dele, que é o árabe antigo, e conseguia compreender o teor geral das conversas dos árabes ao prestar-lhes a devida atenção.

Ele começou, então, a interrogar-me sobre o meu país e o modo pelo qual ali tinha chegado. Dei-lhe a entender que era inglês e o meu navio e a minha tripulação também pertenciam a essa nação. Vim a saber que ele já ouvira falar desse país e relatei, o melhor que pude, a forma como ocorreu o meu naufrágio. Disse-lhe que fôramos reduzidos ao mais baixo nível de miséria; que tinha uma esposa e cinco filhos no meu país, além do Horace, a quem chamava filho mais velho, juntando à minha história suspiros e lágrimas, e todos os sinais de emoção e desespero que estas recordações e a minha situação atual naturalmente suscitavam.

Considere-o um homem bastante sensível e inteligente, pois embora não soubesse outra língua que não o árabe compreendeu tão bem o que eu desejei comunicar que, de facto, chegou a verter lágrimas perante o relato das minhas aflições, ainda que entre os árabes chorar seja encarado como uma fraqueza efeminada. Ele pareceu ter ficado envergonhado pela sua própria falta de força e disse-me que os homens com barba como ele não deviam chorar, e retirou-se, enquanto limpava os olhos.

Apercebendo-me de que despertara a sua compaixão, pensei que se conseguisse suscitar o seu interesse com grandes ofertas de dinheiro ele poderia comprar-me e aos meus companheiros, e levar-nos do deserto para norte. Por conseguinte, na primeira vez que o vi sozinho, fui ter com ele e implorei-lhe que me comprasse e levasse até ao Sultão de Marrocos, ou Marraquexe, onde eu poderia encontrar um amigo que me resgatasse. Ele disse que não, mas que me levaria até Essaouira, descrevendo esse local como uma cidade portuária e fortificada. Disse-lhe que já vira o Sultão e que ele era amigo da minha nação. Então, ele colocou-me muitas questões sobre o Profeta Maomé. Curvei-me, apontei para este e depois para o céu, como se julgasse que ele ascendera ali, o que pareceu agradar a Sidi Hamet. Ele perguntou-me quanto dinheiro lhe daria por me levar, pelo que contei mais de cinquenta pedras, querendo com isso dizer que lhe daria essa quantidade em dólares espanhóis, por mim e por cada um dos meus homens. «Eu não comprarei os outros» disse-me, «mas quanto mais do que cinquenta dólares me darás por ti se te comprar e levar até junto dos teus amigos?» Disse-lhe que pagaria cem dólares. «Tens algum dinheiro em Essaouira, ou pretendes fazer-me esperar até que recebas dinheiro do teu país?» perguntou-me por meio de gestos e palavras. Retorqui que o meu amigo em Essaouira lhe daria o dinheiro assim que ele me levasse até lá. «Estás a enganar-me» disse ele. Eu protestei solenemente a favor da minha sinceridade. «Então, comprar-te-ei» afirmou, «mas lembra-te, se me estiveres a enganar, corto-te a garganta (fazendo um movimento para esse efeito)». Concordei e implorei-lhe que

comprasse também o meu filho Horace, mas ele não quis ouvir nem mais uma palavra acerca de qualquer um dos meus companheiros. Disse-me que seria impossível levá-los para fora do deserto, pois era uma grande distância a percorrer. «Não digas nada acerca disto ao teu velho amo» fez-me saber, «nem ao meu irmão ou a qualquer um dos outros». Então, deixou-me e eu fui à procura de caracóis para aliviar a minha fome. Vi o Sr. Savage e o Hogan, e trouxe-os, juntamente com o Clark, até perto da tenda de Sidi Hamet, onde nos sentámos no chão. Ele saiu para nos ver, objetos miseráveis tal como estávamos, e pareceu muito chocado com a visão. Eu disse aos meus companheiros que tinha esperanças de que este homem nos comprasse e levasse para norte até terras cultivadas, mas eles demonstraram grande receio de serem deixados para trás. Sidi Hamet fez-me muitas perguntas sobre os meus homens, querendo saber se algum deles tinha morrido e se eles tinham mulheres e crianças. Fiz todos os possíveis para suscitar o interesse dele em relação a eles, assim como a mim, e mencionei o meu filho, que ele ainda não vira. Vim a saber que os meus companheiros receberam muito pouco leite, tal como eu, e não tinham água. Encontraram alguns caracóis, que os mantiveram vivos, porém, agora, até estes faltavam.

No dia vinte e quatro, viajámos para noroeste durante todo o dia. A companhia consistia na tribo inteira, ou quase toda, e nos estranhos. Quando a minha ama montou a tenda ao anoitecer, também montou uma para Sidi Hamet. Sempre que tive oportunidade, implorei-lhe de joelhos para que me comprasse e aos meus companheiros, e no dia vinte e cinco tive a alegria de o ver pagar por mim ao meu amo velho. Ele deu-lhe dois simples albornozes, ou gabões árabes, um manto de algodão azul e um molho de penas de avestruz, o que pareceu deixar o velho satisfeito, visto que tinha agora três peças de vestuário. Eles estiveram bastante tempo a negociar.

Nesse dia, o Horace veio com o seu amo buscar algo à nossa tenda. Quando se aproximou, fui ao encontro dele e abracei-o em lágrimas. Então, Sidi Hamet ficou totalmente convencido de que ele era meu filho. Encontrara alguns caracóis de manhã e dividi-os entre o Sr. Savage e o Horace diante de Sidi Hamet, que me informou, à tarde, que pretendia partir comigo para Essaouira dentro de dois dias; que tentara comprar o meu filho, mas não conseguira, pois o amo dele não o vendia a nenhum preço. Então, eu disse-lhe: «Deixe-me ficar no lugar dele. Serei um escravo fiel ao amo dele enquanto for vivo. Leve-o para a Essaouira. O meu amigo pagar-lhe-á por ele e enviá-lo-á para casa, para junto da mãe dele. Não a posso encarar a não ser que lhe leve o filho dela». Sidi Hamet disse-me: «Por Alá, terás o teu filho». Toda a tribo estava reunida e calculei

que tal se devesse a este negócio. Ao longo da tarde, debateram o assunto e discutiram tudo e mais alguma coisa. Além disso, no decorrer das suas discussões acesas e ruidosas, lutaram entre si três ou quatro vezes, com os punhos e as cimitarras, para resolver disputas individuais. À noite, porém, disseram-me que Hamet tinha comprado o Horace, uma vez que a tribo em reunião forcara o amo dele a vendê-lo, ainda que a um preço elevado. Então, redobrei os meus esforços junto do meu novo amo para que ele comprasse o Sr. Savage e o Clark, dizendo que lhe daria uma soma elevada de dinheiro se ele nos levasse para norte em segurança, mas ele disse-me que seria obrigado a levar-nos por terras peçadas de bandos de ladrões, que o matariam para ficar connosco, e que a companhia dele não era suficientemente forte para lhes fazer frente pela força das armas. Ajoelhei-me e implorei-lhe que comprasse o Sr. Savage e o Clark a qualquer preço, pensando que, se ele os comprasse, poderia ser induzido a adquirir o resto da tripulação.

A minha mente estivera tão ocupada a criar estratégias de resgate que quase me esqueci dos meus sofrimentos desde que Sidi Hamet me comprara. Ele dera-me água duas ou três vezes e pedira leite para mim ao meu antigo amo. Na manhã do dia vinte e seis, retomei os meus esforços junto de Sidi Hamet para que ele comprasse o Sr. Savage, o Clark e o Hogan. Não voltara a ver os outros desde o segundo ou terceiro dia em que caímos nas mãos dos árabes. Não sabia onde eles estavam e, conseqüentemente, não podia indicá-los ao meu amo, Sidi Hamet, embora lhe tenha dito os nomes deles. O Sr. Savage e o Hogan pareciam muito mais saudáveis e propensos a sobreviver do que o Clark, e Sidi Hamet insistiu que seria impossível o Clark viver mais do que três dias, dizendo que, se o comprasse, perderia o dinheiro dele. Disse-lhe que ele não perderia o seu dinheiro, pois, quer ele vivesse quer morresse, pagar-lhe-ia o mesmo montante.

O Clark tinha a cabeça escaldada e uma ferida aberta devido aos seus sofrimentos. O seu cabelo, que era bastante comprido, estava, como é óbvio, numa condição deplorável, o que atraiu a atenção de Sidi Hamet e do seu irmão, que era um sujeito bastante carrancudo, com cara de poucos amigos. Eles afastaram o cabelo do Clark com as suas varas e quiseram saber por que motivo tinha aquela aparência deplorável. O Clark assegurou-lhes que tal condição se devia à sua exposição ao sol. Visto ser a razão que eu indiquei para as bolhas e feridas horríveis que cobriam os nossos corpos queimados e a nossa carne meio assada, eles disseram que talvez assim fosse, mas perguntaram por que motivo as cabeças do resto de nós não se encontravam no mesmo estado. Em seguida, encontraram defeitos nas minhas canelas, que estavam

há muito doridas, e examinaram cada osso, para ver se estava tudo no devido lugar, com a mesma circunspeção cautelosa de um jóquei que está prestes a comprar um cavalo. Entretanto, nós, pobres e trémulos miseráveis, lutávamos, com toda a ansiedade e o cuidado possível, para esconder todas as nossas falhas e enfermidades, que foram causadas pelas horríveis calamidades e sofrimentos cruéis.

Nesse dia, Sidi Hamet informou-me que comprara o Sr. Savage e o Clark; que regateara pelo Hogan e ia matar um camelo nessa noite, de modo a guardar provisões para a nossa viagem. Não tínhamos água há dois dias e todas as famílias em redor também estavam destituídas. Nas últimas vinte e quatro horas, não recebi mais do que um decilitro de leite e uma mão cheia de caracóis – os quais serviram, nalguma medida, para me manter vivo. Aguardei com grande impaciência pela matança do camelo que fora prometida, na esperança de vir a ter uma refeição de carne pelo menos mais uma vez antes de morrer. O Clark e eu estivéramos ocupados durante toda a tarde a apanhar galhos secos para fazer uma fogueira e, pouco depois da meia-noite, o meu amo veio ter comigo e indicou-me o sítio para onde devíamos levar a madeira que recolhemos. Era um barranco pequeno e isolado, para que os nossos vizinhos não nos vissem. Entretanto, o nosso antigo amo e outros dois conduziam o camelo para esse lugar. Quando lá chegaram, fizeram-no deitar da forma habitual. Era um camelo muito velho e tão débil que não conseguira acompanhar o ritmo da caravana durante a viagem. Sidi Hamet disse-me que o comprara por um albornoz.

Depois de o deitarem, colocaram uma corda à volta da maxila inferior, atando-a com um nó. De seguida, virando-lhe a cabeça para o lado esquerdo, ataram a corda à cauda, junto ao corpo. O pescoço dele era tão comprido que a maxila inferior ficava a cerca de quinze centímetros da cauda. Então, trouxeram uma chaleira de cobre, que tinha capacidade, provavelmente, para onze litros. Após os preparativos, Sidi Hamet cortou uma veia no lado direito do pescoço do camelo, junto ao peito. O sangue jorrou para dentro da chaleira e encheu-a, rapidamente, até metade. Eles colocaram-na ao lume e ferveram o sangue, mexendo-o, a toda a hora, com uma vara, até este ficar com a consistência de um fígado de vaca. De seguida, tiraram a chaleira do lume e passaram-na para mim, dizendo: «*Coole, Riley*», ou seja: «Come, Riley». Nem pensei duas vezes e joguei-me a ela, juntamente com o Clark. Os nossos apetites eram vorazes e logo enchemos os nossos estômagos com o que, para nós, era um repasto delicioso.

Apesar de ser uma hora tardia e da nossa reserva em matar este camelo magro, muitos dos vizinhos esfomeados descobriram-nos e vieram ajudar a temperar e comer o

animal. Eles fizeram questão de ficar com algum sangue e tiravam-no às mãos cheias, embora os nossos amos fizessem de tudo para os impedir. Foram, também, muito pressurosos ao ajudar a tirar a pele, o que se fez rapidamente, e desenrolaram todas as entranhas. De seguida, colocaram as mais pequenas dentro da chaleira, sem as limpar, juntamente com o que restou do fígado e das miudezas, mas não tinham água para as cozer. Então, um deles dirigiu-se ao ruminadouro, ou seja, o estômago do camelo, que era muito grande, e fez um corte na parte de cima, donde verteu alguma da água suja que lá estava para uma tigela. Eles despejaram o líquido para dentro da chaleira e meteram-na ao lume, e, enquanto mexiam, tiravam, ocasionalmente, um pedaço e mordiam a ponta para ver se já estava bem cozinhado. Durante este tempo, meia dúzia de miseráveis esfomeados estiveram de volta do camelo e não o deixavam, sob o pretexto de amizade pelos nossos amos, pois não permitiam que quaisquer estranhos trabalhassem na sua presença. Visto que estava escuro, conseguiram roubar e esconder, antes de amanhecer, mais de metade dos ossos e da carne do camelo, bem como metade da pele dele. Os nossos amos estavam tão esfomeados como qualquer um dos árabes, mas, ainda que tivessem sido eles a comprar o camelo, quase não conseguiam dar uma dentada nos intestinos sem lutar por ela. Afinal de contas, que vontade ou argumento pode prevalecer sobre o apetite voraz de um homem esfaimado? Apesar de os nossos amos terem visto os nativos a roubar e a levar a carne deles, não o puderam evitar, temendo consequências piores do que a perda da carne, pois é uma máxima entre os árabes alimentar as pessoas que têm fome e dar-lhes de beber, se se tiver poder para tal, mesmo que o dono das provisões seja obrigado a privar-se a ele próprio e à sua família.

Embora o sangue cozido que comemos fosse perfeitamente fresco, acabou por aumentar a nossa sede. Assim que a luz do dia apareceu, um rapaz, entre os catorze e os dezasseis anos, veio a correr até ao ruminadouro do camelo e, depois de meter a cabeça lá dentro, até aos ombros, começou a beber o conteúdo dele. O meu amo, ao ver o rapaz e reparar que a minha boca estava muito seca, fez-me sinal para o afastar, para que eu bebesse. Fi-lo de imediato e meti lá a minha cabeça da mesma forma. O líquido era muito espesso, mas, ainda que o gosto fosse imensamente intenso, não era salgado e saciou a minha sede. Em seguida, o Clark bebeu do mesmo líquido.

Nessa manhã, estivemos ocupados a cortar a pouca carne que restava nos ossos do nosso camelo e estendemo-la para secar. Além disso, tostámos os ossos para os nossos amos, que, depois de os partir entre duas pedras, sorveram o tutano e os líquidos. Perto do meio-dia, o Horace veio até onde eu estava. Ele tinha bastante sede e fome, e

disse que não comera nada substancial nos últimos três dias. O nosso amo comum disse-me: «Este é o teu filho, *Rais*», e pareceu extremamente contente por ter sido capaz de o comprar, dando-lhe alguma da carne e das entranhas que cozera e guardara para esse efeito. No que me diz respeito, dei-lhe alguma da nossa água espessa do camelo, a qual ele achou ser deliciosa, pois a sede e a fome tornam tudo mais apetitoso. Pouco depois, trouxeram o Burns e o meu amo perguntou se ele era um dos meus homens, ao que eu respondi que era. «O amo dele quer vendê-lo» disse Sidi Hamet, «mas ele é velho e não presta para nada. Ainda assim, consigo comprá-lo com este albornoz» acrescentou, mostrando-me um muito velho e gasto. Eu disse-lhe: «Compre-o, ele é meu compatriota. Pagarei tanto por ele quanto pelos outros», de modo que ele foi comprá-lo ao amo dele e, depois, deu-lhe algo para comer. O pobre Burns regozijou-se ao saber que havia uma oportunidade de recuperar a sua liberdade, ou, pelo menos, de chegar a um sítio onde poderia obter algo para comer e beber. Ao longo deste dia, os nativos, compostos por homens, mulheres e crianças, rodearam-nos em grande número, e, roubando e pedindo, reduziram a nossa reserva de carne para menos de sete quilos antes de anoitecer.

Nessa tarde, Sidi Hamet disse-me que comprara o Hogan e ele veio até nós. Eu felicitei-o pelas nossas expectativas favoráveis e o nosso amo deu-lhe algo para comer. Contudo, o antigo amo dele, que também se chamava Hamet, exigia, agora, mais um albornoz do que o que fora acordado, já que ele, o Hogan, era um sujeito robusto. O meu amo não permitia que se impusessem à sua vontade, nem tinha, de facto, mais um albornoz. Implorei bastante pelo pobre Hogan, mas sem sucesso. O velho amo dele levou-o consigo, enquanto lhe batia nas costas com uma vara, sem dó nem piedade. Os olhos de Sidi Hamet pareciam deitar chispas à medida que ele se afastava. Hogan tinha alimentado as suas esperanças – agora, elas eram destruídas e o seu dono bruto conduziu-o de volta à sua anterior e miserável estada, como se de um criminoso se tratasse. O Hogan informara-me de que, desde que estávamos em cativeiro, não sabia o que era dormir ao abrigo de uma tenda e a sua porção de leite era tão escassa que ele não tinha dúvidas de que morreria de fome dentro de um ou dois dias – ele estava extremamente fraco e dorido em todo o lado. O meu coração chorou por ele quando vi o seu corpo fraco e desfigurado a ser golpeado, mas não o podia ajudar. Tudo o que podia fazer era virar a cara para não testemunhar mais torturas.

Passámos esse dia a fazer preparativos para a nossa partida – os nossos amos fizeram-me um par de sandálias, com a grossura de duas peles de camelo, e também

fizeram um igual para o Horace, no entanto, o Clark e o Burns apenas receberam um par, com a grossura de uma pele. De manhã, deram-me uma pequena faca, que eu pendurei ao pescoço numa bainha, o que era uma prova de confiança deles. Também me fizeram responsável das suas coisas, dos camelos e dos escravos. Contudo, depressa me apercebi de que, embora tivesse este tipo de responsabilidade, era obrigado a fazer todo o trabalho. Os meus homens estavam tão exaustos que nem mesmo a esperança de obterem, em breve, a sua liberdade lhes dava energia para o mais ínfimo esforço.

À noite, Sidi Hamet disse-me que o Aaron (o Sr. Savage) iria juntar-se a nós dentro em breve; que partiríamos de manhã para Essaouira e ele esperava, com a bênção de Deus, que eu abraçasse a minha família mais uma vez. Depois, disse-me quanto pagou por cada um de nós; que tinha gasto todos os seus bens e ficaria arruinado se o que eu lhe disse não era verdade – disse, ainda, que o irmão dele era um homem mau, que tinha feito tudo o que podia para impedi-lo de nos comprar, mas, por fim, consentiu e ficou com uma parte da compra.

De seguida, ele fez-me repetir, diante do seu irmão, o que lhe prometi quando chegássemos a Essaouira e o meu consentimento a que ele me cortasse a garganta se as minhas palavras revelassem ser falsas. Mais tarde, nessa noite, o Sr. Savage juntou-se a nós – ele sabia, de antemão, que eu ia partir e pensou que iria ficar para trás – mas ficou bastante satisfeito por se ter enganado em relação a este pormenor e, ao mesmo tempo, por arranjar algo para comer, visto que Sidi Hamet guardara uma parte dos intestinos do camelo, a qual lhe deu de imediato.

Após saciar a sua fome, em alguma medida, começou a expor as suas dúvidas em relação a onde íamos, afirmando que não acreditava numa única palavra destes miseráveis – não conseguia compreender o que diziam e não acreditava que eu fosse capaz de o fazer, sugerindo mil e uma dúvidas e dificuldades que a sua imaginação agourenta lhe oferecia: ele não gostava do preço que eu acordara pela nossa liberdade – era demasiado alto e eu não encontraria ninguém que estivesse disposto a adiantá-lo por mim, uma vez que eu era pobre.

Guardámos a água espessa que restara no ruminadouro do camelo, tal como estava, num odre de pele de cabra, filtrando-a por entre os dedos para tirar a porcaria maior. Na noite do dia vinte e sete, de acordo com o que conseguíamos contar, gravando o dia do mês nas nossas pernas com um espinho, dormimos juntos, nós os cinco, ao relento.

Ao nascer do dia vinte e oito, acordaram-nos e fizeram-nos carregar os camelos. Tinha fortes esperanças de que fôssemos montados nos camelos, mas não parecia ser o caso. Todos os árabes que estavam no vale partiram nesta manhã com os seus camelos, para os conduzirem a um sítio com água – eles não bebiam desde dia dez, tendo passado dezoito dias sem nenhuma água. Estavam, pelo menos, a dois dias de viagem do poço onde fomos capturados inicialmente e então rumaram a noroeste em direção a ele. Refiro esta circunstância para mostrar não só o tempo que estes maravilhosos animais conseguem suportar sem beber água, mas também como conseguem fornecer leite aos seus amos, mesmo quando estão quase destituídos de substâncias vegetais, e ainda água dos seus ruminadouros depois de morrerem.

Logo após o nascer do sol, os nossos amos ordenaram-nos que conduzíssemos os camelos pelo banco de areia acima. Neste momento, o Archibald Robbins veio com o amo dele para nos ver e supus que o seu amo o trouxera com o objetivo de o vender. Não o via há catorze dias e ele apenas chegou a tempo de nos ver partir. Então, implorei de joelhos a Sidi Hamet, tal como fizera anteriormente, para que o comprasse, mas ele disse que não podia e apressou-nos a seguir caminho.

Disse ao Robbins quais eram as minhas esperanças atuais e que faria tudo ao meu alcance para o resgatar e ao resto da tripulação, se me conseguisse libertar. Implorei-lhe que continuasse com o seu amo atual o máximo de tempo que conseguisse, pois para árabe parecia ser um homem muito bom. Disse-lhe também que encorajasse o Sr. Williams e todos os outros, para terem força e se agarrarem à vida o máximo que conseguissem, na esperança de que, com a minha ajuda ou por outros meios, pudessem ser resgatados dentro de pouco tempo. Após me ter despedido dele da maneira mais afetuosa (os meus companheiros seguiram o meu exemplo), partimos em viagem, mas com os corações partidos pela dor amarga que sentíamos ao deixar para trás os nossos companheiros de sofrimento, embora tivesse feito tudo ao meu alcance para que eles compartilhassem da nossa sorte mais favorável.

Notas:

[1] Nesta instância, Riley faz uma citação do *Livro de Oração Comum (LOC)*, livro de liturgia oficial da Igreja Anglicana. Por conseguinte, optou-se por citar, aqui, uma tradução portuguesa do *LOC*, nomeadamente uma tradução anónima e contemporânea da Narrativa de Riley: *O Livro de Oração Comum, Administração dos Sacramentos e Outros Ritos e Ceremonias da Igreja, Segundo o Uso da Igreja Unida de Inglaterra e Irlanda: Segue-se o Salterio ou Salmos de David, Apontados Assim Como Devem Ser Cantados ou Resados nas Igrejas; E a Forma e Modo da Ordinação e Consagração de Bispos Presbiteros e Diaconos. Na Officina de Guil. Watts. 1852*. Acresce que a citação desta obra tem como propósito apresentar ao leitor ao português oitocentista [N.T.].

[2] Dois ramos da Igreja Protestante que prosperaram na terra natal de Riley, sendo que ambos seguem uma forma de organização particular, na qual as igrejas locais detêm a autoridade eclesiástica e o direito de se autoadministrar [N.T.].

[3] O Decreto de Milão e as Ordens em Conselho [legislação do Parlamento] derivam da rivalidade entre a França e a Grã-Bretanha, no âmbito das Guerras Napoleónicas. Trata-se de uma referência ao célebre Bloqueio Continental, imposto por Napoleão Bonaparte a partir de 1806 [N.T.].

[4] Riley refere-se, aqui, à Guerra Anglo-Americana de 1812, o último confronto armado entre os E.U.A. e a Grã-Bretanha, que terminou em 1815 sem trazer alterações subsequentes [N.T.].

Glossário de Terminologia Náutica (TC)

A

Alto-mar (*open sea; high sea*): Todo o espaço marítimo que fica para além do limite exterior de águas territoriais.

Altura meridiana (*meridian altitude*): A altura de um astro quando ele passa no meridiano do lugar de observação.

Amarrado propriamente (*[to rig in] snug*): 1) Amarrado propriamente 2) Abrigado, preparado para o tempo 3) Reduzir pano (na previsão de mau tempo), preparar para aguentar tempo (*to snug [down]*).

Amura (*bow*): A parte arredondada do navio, perto da roda de proa, a um e outro bordo, nas obras mortas do costado. Direção de cerca de 45°, a contar do través para a proa.

Antena (*antena*): Nome genérico de mastros, vergas, etc., de sobressalente. Madeiro para fazer mastros, vergas, etc. Madeira de reserva para reparações. Espécie de armação sobre a qual iam amarradas as madeiras para reparações, para serem feitos mastros, vergas, etc. Verga duma vela bastarda. No plural, aparece também a significar o arvoredado do navio, isto é – o conjunto de mastros e vergas - «o vento assobiando por entre os cabos e antenas» (ver Comandantes Leitão e Lopes, 1974: 46).

Aparelho (*rig; rigging, shrouds*): É o conjunto do massame, poleame e velame.

Aparelho de governo (*helm*): leme (*rudder*), cana do leme (*tiller*), servo motor e transmissões (*steering gear*) e roda do leme (*steering wheel*).

Arganéu (*ring*): Peça de ferro, de forma circular, triangular ou em forma de oito, aguentada num olhal. Manilha colocada na parte inferior duma boia e onde liga a «cabresteira».

Armar (*to rig*): Largar pano. Pôr em condições de funcionar. Dispor, estender.

Arriar pano (*to lower sails*): Fazer baixar as velas.

Arrombar (*to bilge*): Arrombar ou abrir casco ou fundo (próximo do encolamento).

Atirar ao mar (*to heave overboard*): Lançar ao mar.

B

Barco (*vessel*): Termo geral que inclui *craft*, *boat*, *ship*, ou qualquer vaso usado no transporte por água.

Barra de cabrestante (*capstan bar, bar of capstan*): Cada uma das alavancas de madeira que se metem nas aberturas do chapéu do cabrestante para se lhe dar movimento.

Barril [para líquidos ou sólidos]; barrica (*large cask*): Vasilha de madeira, de secção circular mais bojuda na parte média que nos extremos, formada por aduelas aguentadas com aros de ferro.

Bolina cerrada (*by the wind – close hauled*): Diz-se que um navio navega de bolina cerrada quando vai a receber vento que faz com a proa um ângulo de cerca de 6 quartas (67^a, 5) ou menos. Para navios latinos, que podem chegar-se mais ao vento, o dito ângulo é menor, pois anda por cinco quartas (56°) e, por vezes, menos.

Bombordo (*port; larboard*): O bordo que fica à esquerda quando se está voltado para a proa. Entre nós, é o bordo de honra.

Borda falsa (*bulwark*): A parte do costado situada acima do convés superior.

Bujarrona (*jib*): Vela de proa, de forma triangular, que é envergada no estai da bujarrona.

Braça (*fathom*): Antiga medida de comprimento, de uso corrente em alguns dos países que não adotaram, ainda, o sistema métrico decimal. A braça marítima, entre nós, tinha 8 palmos, o que correspondia a cerca de 1,76 m. A atualmente usada corresponde a duas jardas, e, portanto, a cerca de 1,83 m.

Bracear (*to brace*): Fazer girar uma verga no plano horizontal, alando pelos cabos denominados «braços», para que a vela fique convenientemente orientada em relação ao vento.

Bracear a verga (*to brace the yard*): Idem.

Braços (*arms, braces*): 1) As partes recurvadas da âncora ligadas à haste. Terminam em «patas» e «unhas» 2) Cabos de laborar que vão aos laises das vergas para as fazerem girar no sentido horizontal. 3) As partes das balizas que ficam entre as cavernas e as aposturas.

Brecha (*breach*): Uma abertura no casco.

Brigue (*brig*): Navio de vela, de pano redondo, que tem dois mastros, cada um dos quais com dois mastaréus, arma papa-figos, gáveas, joanetes, sobres e ainda um latino quadrangular no mastro da ré. Tem gurupés e o correspondente velame.

C

Cabo (*rope*): Qualquer corda utilizada a bordo, exceto a do sino, que é chamada «corda».

Cadaste (*stern post*): Madeiro ou peça metálica, posta ao alto, ligada à quilha e que fecha, pelo lado da popa, o esqueleto do navio.

Calma (*calm*): Ausência quase completa de vento.

Camarada de bordo (*shipmate*): Membro da tripulação.

Cambar (*jibbing – to jibe/gybe*): Mudar de um bordo para outro. Bracear as vergas pelo bordo oposto àquele em que estão braceadas.

Capitão (*captain; master; commanding officer*): O comandante dum navio mercante.

Carga, carregamento (*lading*): O conjunto de mercadorias transportadas por um navio ou embarcação. A operação de carregar um navio com as diversas mercadorias que ele há-de transportar. O ato de carregar. Meter a carga a bordo e arrumá-la convenientemente.

Cidade marítima (*seaport town*): Cidade que se situa à beira-mar.

Companheiro de bordo (*mate, ship's mate*): Membro da tripulação.

Compassar, estivar (*to trim*): Distribuir convenientemente. Equilibrar. Acondicionar a carga a bordo de maneira a que uns volumes não prejudiquem os outros e tudo fique bem equilibrado.

Cômputo (*computation, calculation*): Cálculo levado a cabo no âmbito da navegação.

Confiscação (de navio/carga por sentença) (*condemnation*): Apreensão do navio / carga por motivo de lei.

Convés (*deck*): Atualmente, convés é, de um modo geral, qualquer dos pavimentos do navio; e, em sentido restrito, a parte do pavimento descoberto entre o mastro grande e a proa ou o castelo de proa. Nos navios mercantes, é o pavimento superior.

Cúter (*sloop*): Embarcação de um só mastro, com mastaréu, no qual se arma um latino quadrangular e um gavetope. Tem gurupés, vela de estai, bujarrona e giba.

D

Diário [de bordo], registo (*log*): Livro onde se regista dia a dia tudo quanto interesse a determinado serviço.

Dar grande resguardo (*to give a wide berth*): Passar à conveniente distância de um baixo, de uma restinga, etc.

E

Embarcação (*boat*): Nome que serve para designar qualquer barco de pequeno deslocamento, como os barcos existentes a bordo de um navio, os que fazem serviços de transporte nos portos, etc.

Estima (*reckoning*): Cálculo aproximado, feito à simples vista. Processo da determinação do ponto do navio utilizando apenas o rumo por ele seguido e a distância percorrida no intervalo de tempo considerado.

Estibordo (*starboard*): O lado direito do navio quando se está voltado para a proa.

Espeque (*handspike*): Alavanca de ferro ou madeira destinada a fazer mover objetos pesados. Madeiro com que se escora um objeto para o aguentar.

Espia (*hawser*): Cabo de fibra vegetal ou de aço, de menor bitola que o virador, usado para amarrar um navio a pontes, cais, outros navios, etc.

Espertar, esticar (*to tauten*): Tesar um cabo que está brando.

F

Ferrar a vela (*to hand the sail, to furl the sail*): Recolher a vela.

Ferro (*anchor*): Âncora. Peça de ferro, de peso conveniente, que se liga à amarra e se destina a, agarrada ao fundo, aguentar o navio. Uma âncora, no geral, compõe-se de: «haste», «braços», «cepo» e «anete». As duas âncoras principais do navio andam ligadas cada uma à sua amarra, que passa através do escovém, e são chamadas «ferro da amura».

Ferro da amura (*bower anchor*): Qualquer dos ferros prontos a ir para o fundo, postos na amura.

G

Governar, timonar (*to steer*): Levar o navio ao rumo desejado, servindo-se do leme ou das máquinas em caso de o leme se avariar, e em navio de vela, quando o mesmo caso se dê, recorrendo a manobras com o pano. Nas embarcações de remos, conduzi-las por meio do lemo, e com os remos quando preciso for. Evolucionar com o navio.

Guinar (*to haul off*): Desviar-se a proa do navio para qualquer um dos bordos do caminho. Dar uma guinada. Abater, devido ao vento ou ao mar.

Guinada [de governo] (*yaw, yawning*): Desvio da proa em relação ao rumo que o navio leva, em consequência de mau governo, das condições de tempo, de estoques de água, etc., ou, ainda, de manobra propositada, quando assim for necessário.

Gurupés (*bowsprit*): Mastro que sai para fora da proa, com inclinação de cerca de 35° relativamente ao plano horizontal.

I

Imediato [navio mercante] (*chief mate; chief officer*): Termo com que se designa, abreviadamente, o «oficial imediato», i.e. aquele que se segue em graduação ao comandante, e o substitui na sua ausência ou impedimentos.

J

Jarda (*yard*): Medida de comprimento que foi usada entre nós, equivalente a três pés e, assim, a cerca de 0,91m.

L

Lastro (*ballast*): Objetos ou matéria pesada que se coloca nos porões do navio ou em uma embarcação para lhe aumentar a estabilidade.

Lastrar (*to ballast*): Meter lastro, arrumando-o nos porões de madeira que não possa correr a um bordo.

Leme (*helm*): Peça móvel de madeira ou ferro, aguentada no cadaste e que se destina a manter o navio no rumo desejado. Compõe-se de «madre», «porta» e «cachola» ou «cabeça de leme».

Largar (*to set sail, to get under way*): Suspender a âncora ou desamarrar da boia ou do cais, para começar a navegar. Deixar o porto a fim de seguir ao seu destino.

Largar pano (*to set sail, to make sail*): Desamarrar as bichas que aguentam as velas ferradas e deixar cair estas livremente, para, depois, serem caçadas.

Linha de prumo, linha de sondas (*fathom line*): Linha graduada em metros, braças, ou, antigamente, também, em pés, ligada por uma das suas extremidades à chumbada, e que serve para sondar.

Légua marítima (*nautical league*): Medida itinerária ou de comprimento, cujo valor diferia de nação para nação. A marítima portuguesa correspondia, aproximadamente, a 3,2 milhas atuais, de 1.852 m.

Lancha (*long boat, launch, pinnace*): A maior embarcação de bordo, correspondente ao batel de antigos navios. É de remos e arma velas, quando necessário. Tem a forma de escaler e pode armar um gaviote.

Largar [âncora] (*to let go*): Deixar ir a âncora para o fundo, fundear.

M

Mar de pequena vaga [4 a 7 metros], mar de força 6 (*high sea*): Mar de ondas largas de 1 e 2 metros de altura.

Marinheiro (*sailor; mariner; seaman*): Todo o homem do mar, qualquer que seja o seu posto ou graduação.

Moço, moço de camarote [navio mercante] (*cabin boy*): Classe de marinheiro com pouca prática nos serviços de bordo, que corresponde à dos atuais grumetes.

Maré alta, preia-mar (*high tide/water*): O maior nível atingido pelas águas, no fim da enchente. Maré cheia. Na linguagem de bordo, é geralmente empregado o termo, dando-lhe o género masculino, contrariamente ao que deve ser e ao que era em outros tempos.

Mastro (*mast, stick*): Vergôntea de madeira, coluna de ferro ou, ainda, armação metálica, completada, às vezes, com outras de menores dimensões, chamadas «mastaréus», colocada em posição sensivelmente vertical no plano de simetria do navio ou da embarcação, e que se destina a aguentar as velas ou, quando em navios de propulsão mecânica, a suportar vergas de sinais, cestos de gávea, etc.

Milha marítima (*nautical mile; sea mile*): Medida linear cujo valor é de 1.852 metros, o qual corresponde, aproximadamente, ao valor médio do comprimento de um minuto de arco de um meridiano.

Meia quartola (*quarter cask*): Medida de capacidade equivalente a 28 galões ou 127 litros.

N

Navio (*ship*): Hoje, pelo nome «navio», compreende-se um barco de porte razoável ou grande, apto para fazer viagens de cabotagem ou transoceânicas ou, ainda, viagens em rios e grandes lagos. Os navios podem ser de madeira, de metal ou de construção mista.

Navio de guerra (*man of war; ship of war; warship*): Navio especialmente construído e armado para operações de guerra.

Navio mercante (*merchant vessel*): Aquele que se emprega exclusivamente em transporte de mercadorias, bem como de passageiros quando tenha acomodações para isso.

Navio mercante armado (*private armed vessel*): Navio mercante cujas armas servem para defesa, não para guerra.

Naufrágio (*wreck; shipwreck*): Perda de um navio, conseqüente de encalhe, mau tempo ou qualquer outro acidente de mar.

Nó (*knot*): Medida de velocidade, equivalente a uma milha por hora.

Noroeste (*N.W.*): Rumo ou ponto do horizonte que fica a meia distância entre o Norte e o Oeste.

O

Orçar (*round to*): Pôr o leme a barlavento para que a proa do navio se aproxime da linha do vento. Aproximar-se da linha do vento.

Oficial [mercante] (*officer*): Na Marinha Mercante, são considerados oficiais – o pessoal da navegação a contar do praticante de piloto. A pessoa que, a bordo das naus, galeões e outros navios, desempenhava determinados serviços de importância, tal como: o capitão, o piloto, o sota-piloto, o mestre, o contramestre, o guardião, o calafate, o condestável, etc.

Oés-sudoeste (*W.S.W*): Rumo, vento ou ponto de rosa-dos-ventos, a meia distância entre Oeste e Sudoeste.

P

Pano (*sail*): As velas do navio. Cada uma das tiras de tecido que, cosidas umas às outras, formam as velas, os toldos, bandeiras, etc. O tecido com que se fazem as velas.

Pau de bujarrona (*jib-boom*): Mastaréu que se segue ao gurupés e sobre o qual se larga a bujarrona.

Perda (*loss*): Considera-se perdido o navio que o dono ignora se existe ou se se perdeu por qualquer causa.

Popa, ré (*stern; head*): A parte de um navio ou de qualquer embarcação oposta à proa.

Proa (*bow*): A parte anterior do navio. O rumo a que o navio segue.

Pé (*foot*): Medida linear inglesa muito usada nos meios marítimos. Tem 12 polegadas e equivale, pois, a 305mm., aproximadamente.

Pega de vento (*squall*): Rajada. pé-de-vento. Expressão portuguesa usada na região marítima de Lisboa e não se sabe se em outras mais.

Pau de bujarrona (*jib-boom*): Mastaréu que se segue ao gurupés e sobre o qual se larga a bujarrona.

Pau para antena (*boom spar, stick*): Madeira utilizada para compor a mastreação.

Q

Quebrar aduelas [barris] (*to stave, to stave in*): Abrir os barris.

Querenar, carenar (*to careen*): Beneficiar as obras vivas do navio, obrigando-o a inclinar-se de maneira a que fiquem a descoberto. Virar de querena.

Quebrar [vaga] (*to break*): Rebentar o mar sobre baixos, recifes, etc.

Quarto, guarda, vigia (*watch*): Serviço de vigília, normalmente com a duração de 4 horas, estabelecido a bordo quando o navio vai a navegar, feito por oficiais, sargentos e praças, e, nas máquinas e caldeiras, o necessário serviço que cabe ao pessoal especializado durante o referido intervalo de tempo. A guarnição para efeitos de serviço é dividida em grupos chamados «bordadas» (fundeado) ou «quartos» (a navegar).

Quartola (*half cask*): Meia pipa.

R

Ré (*stern*): A parte de um navio ou de qualquer embarcação oposta à proa.

Rajada de vento (*squall*): Golpe violento do vento.

Rebentação [sobre baixo, praia, rocha] (*breakers; surf*): O quebrar das ondas devido à ação do vento, ao encontro de um obstáculo, ou a faltar-lhe o fundo para continuarem, livremente, no seu movimento.

Ressaca (*undertow; recoil of the sea*): O movimento de recuo da água duma vaga, depois de se espraiar ou de encontrar obstáculo que lhe impeça avançar livremente. A vaga formada naquele movimento de recuo e que tenta seguir para o largo. O encontro desta vaga com outra que avança para a praia, e que é chamada «saca».

Registo [diário de bordo] (*log*): Livro onde se regista dia a dia tudo quanto interesse a determinado serviço.

Retranca [da vela] (*sail boom*): Verga disposta no sentido de popa à proa, que se apoia no mastro da mezena por meio de boca de lobo, ou de galindrêu que entra em um cachimbo. Nesta verga caça a vela ré – latino quadrangular – ou outra que envergue no mastro.

Roda de proa [de madeira ou metálica] (*stem*): O conjunto das várias peças, convenientemente ligadas, que se seguem à quilha e fecham a ossada do navio pela parte da vante.

Reduzir pano (*to take in sails; to snug; to snug down*): Preparar para aguentar tempo, na previsão de mau tempo.

Retranca do grande (*main boom*): Retranca da vela grande.

S

Sobrecarga (*supercargo*): A pessoa que era representante do armador, que cuidava do carregamento do navio e o representava em negociações.

Segundo-piloto (*second mate; second officer*): A pessoa que, não tendo ainda carta de piloto, possuía razoável prática e conhecimentos de navegação, ajudava o piloto a desempenhar as suas funções e tomava o seu lugar caso se tornasse necessário. Era um praticante de piloto, mas já com larga prática no seu ofício (também se denominava sota-piloto).

Sondar (*to sound*): Achar a altura da água no mar, em um rio, no porão, etc.

Sotavento (*lee*): Bordo contrário àquele donde sopra o vento. Na manobra de virar de querena, era o lado do navio para onde ele se inclinava, deixando o fundo descoberto no outro bordo.

Sudoeste (S.W.): Vento ou rumo a igual distância de Sul e do Oeste.

T

Talhame (*tackle; tackling*): Conjunto de aparelhos de força.

Talha (*tackle*): Aparelho formado por um cadernal de dois gornes e um moitão – «talha singela» - ou por dois cadernais de dois gornes – «talha dobrada».

Tempo cerrado, cerrar-se o tempo (*thick weather*): Cobrir-se o céu de nuvens com diminuição de visibilidade.

Tempo brusco, embruscado (*hazy, misty weather*): Tempo enevoadado e com aspeto duvidoso.

Tripulação [de navio mercante] (*crew; ship's crew; crowd*): Inclui oficiais, sargentos e praças, mas exclui o comandante ou capitão, embora vulgarmente só se refira a sargentos e praças. A marinhagem que guarnece um navio.

Trancar [o leme] (*put the helm hard over*): Tratando-se do leme, é pô-lo todo a um dos bordos.

V

Vaga [de mar] (*wave*): Cada uma das elevações da superfície do mar quando este se encontra agitado em consequência da ação do vento.

Vencer a maré (*to stem the tide*): Navegar numa direção contrária à da maré, ou seja, contra a maré.

Vento de feição (*fair wind*): Vento favorável para o navio seguir o caminho desejado.

Velas de tempo (*try-sail, storm sail, storm canvas, snug canvas*): Nome genérico das velas especialmente usadas com mau tempo, como a «polaca» e a «mezena de tempo».

Velocidade de marcha (*rate of sailing*): Velocidade a que o navio se desloca na água.

Verga (*yard*): Peça de madeira ou de ferro, aproximadamente cilíndrica na sua parte média, e cónica em toda a sua extensão, e onde é ligada a parte superior da vela.

Vento fresco [vento de força 6] (*strong breeze; strong wind, high wind*): Vento que torna o mar agitado.

Referências Bibliográficas:

LEITÃO, Humberto & LOPES, J. Vicente, Comandantes (1974). *Dicionário da Linguagem da Marinha Antiga e Atual*, 2ª Edição. Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Lisboa.

ESPARTEIRO, António Marques, Captain (1974). *Dictionary of Naval Terms, English – Portuguese/Portuguese – English*. Edição Centro de Estudos da Marinha, Lisboa.

Anexo II: (TP)
Sufferings in Africa

**AN AUTHENTIC NARRATIVE
OF THE LOSS OF THE AMERICAN BRIG COMMERCE,
WRECKED ON THE WESTERN COAST OF AFRICA,
IN THE MONTH OF AUGUST, 1815.**

**WITH AN ACCOUNT OF THE SUFFERINGS
OF HER SURVIVING OFFICERS AND CREW,
WHO WERE ENSLAVED BY THE WANDERING ARABS
ON THE GREAT AFRICAN DESART, OR ZAHAHRAH;**

**AND OBSERVATIONS HISTORICAL, GEOGRAPHICAL, &c.
MADE DURING THE TRAVELS OF THE AUTHOR,
WHILE A SLAVE TO THE ARABS, AND IN THE EMPIRE OF MOROCCO.**

**BY JAMES RILEY,
LATE MASTER AND SUPERCARGO.**

**Preceded by a brief sketch of the Author's life; and concluded by a description of
the famous city of *Tombuctoo*, on the river Niger, and of another large city, far
south of it, on the same river, called *Wassanah*; narrated to the Author at
Mogadore by *Sidi Hamet*, the Arabian merchant.**

**WITH AN ARABIC AND ENGLISH VOCABULARY.
ILLUSTRATED AND EMBELLISHED
WITH TEN HANDSOME COPPERPLATE ENGRAVINGS.**

**HARTFORD;
PUBLISHED BY THE AUTHOR.**

1817.

TO THE READER.

THE following Narrative of my misfortunes and sufferings, and my consequent travels and observations in Africa, is submitted to the perusal of a candid and an enlightened public, with much diffidence, particularly as I write without having had the advantages that may be derived from an Academic education, and being quite unskilled in the art of composing for the press. My aim has been merely to record, in plain and unvarnished language, scenes in which I was a principal actor, of real and heart-appalling distresses. The very deep and indelible impression made on my mind by the extraordinary circumstances attending my late shipwreck, and the miserable captivity of myself and my surviving shipmates, and believing that a knowledge of many of these incidents might prove useful and interesting to the world, as well as peculiarly instructive to my sea-faring brethren; together with the strong and repeated solicitations of many of my valuable friends, among whom was the honorable James Munroe, Secretary of State, and several distinguished members of Congress: these considerations, together with a view of being enabled by my labors to afford some relief to the surviving sufferers, and the destitute families of that part of my late crew, whose lot it was to perish in Africa, or who are still groaning out the little remains of their existence in the cruel bonds of barbarian slavery, have induced me to undertake the very arduous and difficult task of preparing and publishing a work so large and expensive.

The Narrative up to the time of my redemption, was written entirely from memory, unaided by notes or any journal; but I committed the principal facts to writing in Mogadore, when every circumstance was fresh in my memory, (which is naturally a retentive one,) and I then compared my own recollections with those of my ransomed companions: this was done with a view of showing to my friends the unparalleled sufferings I had endured, and not for the particular purpose of making them public by means of the press. It should be remembered by the reader, that the occurrences here recorded, took place out of the common course of a sailor's life; and that each particular event was of a nature calculated to impress itself so powerfully on the mind, as not easily to be effaced. Having previously, in the course of my life, visited and travelled through several foreign countries, my mind was by no means unaccustomed to pay attention to, and make observations on whatever came within the reach of my notice, and for this reason, the strange events of the desert, and the novel objects and scenes which I had an opportunity of witnessing in the country of the Moors, were not suffered

to pass without awakening and exercising my curiosity as well as interest, and becoming the subject of careful and habitual reflections.

Respecting my conversations with the Arabs, I have put down what I knew at the time to be their exact meaning, as nearly as I could translate their words and signs combined. I had, previously, learned the French and Spanish languages, both by grammar and practice, and had also been accustomed to hear spoken the Russian and different dialects of the German, as well as the Portuguese, Italian, and several other languages, so that my ear had become familiar with their sounds and pronunciation. Perceiving an affinity between the Arabian and Spanish, I soon began to learn the names of common things, in Arabic, and to compare them in my mind with those I had met with in Turkish and other Oriental history. I had no hope of ever being redeemed, unless I could make myself understood, and I therefore took the utmost care to treasure up every word and sentence I heard spoken by the Arabs, to reflect on their bearing, and to find out their true meaning, by which means, in the course of a very few days, I was enabled to comprehend the general tenor and drift of their ordinary conversation, and to find out the whole meaning of their signs and gestures. My four companions, however, could scarcely comprehend a single word of Arabic, even after they were redeemed.

In regard to the route, and various courses of our travel, I would observe, that after I was purchased by the Arabian merchants, and taken off across the desert; I was suffering under the most excruciating bodily pains as well as the most cruel privations; it will not, therefore, be a matter of wonder, if on this vast, smooth, and trackless desert, I should have mistaken one eastern course for another, or have erred in computing the distances travelled over; for I was frequently in such agony and so weighed down with weariness and despair, that a day seemed to me of endless duration. A long experience on the ocean had before taught me to ascertain the latitude by the apparent height of the polar star above the horizon, so that in this particular, I could not be much mistaken; and the tending of the coast where our boat was driven on shore, proves it must have been near Cape Barbas. After we approached the sea-coast again, I became more attentive to the surrounding objects, as my hopes of being ransomed increased, so that not only the courses, but the distances as I have given them, will agree in all their essential points.

The designs for the engravings were drawn from my own original sketches; (and they were merely rough sketches, for I have no skill in drawing;) they have, however, been executed by artists of considerable repute, and under my own inspection.

In compiling the map, particular care has been taken to consult the best authorities, but I considered, at the same time, that the information I received from my old Arabian master was sufficiently correct, and would warrant me in giving full scope to my consequent geographical impressions, in tracing the river Niger to the Atlantic Ocean. Admitting that my idea proves hereafter to be just, and that this river actually discharges its waters with those of the Congo, into the gulf of Guinea, I am of opinion, that not less than one-fourth of the whole distance in a straight line should be added for its bends and windings, in order to calculate its real length.

While I was at Mogadore, a number of singular and interesting transactions took place such as do not often occur even in that country; and a person might reside there for many years, without having an opportunity of witnessing a repetition of them; yet their authenticity, as well as that of the other circumstances I have related, can be substantiated by many living witnesses, — men of respectability and unquestionable veracity.

My observations on the currents which have heretofore proved fatal to a vast number of vessels, and their crews, on the western coast of Africa, are made with a view to promote the further investigation of this subject, as well as to caution the unwary mariner against their too often disastrous effects.

It gives me sincere pleasure, to acknowledge the services rendered me by my respectable friend, Anthony Bleecker, Esquire of New-York, who has, at my request, revised the whole of my manuscript and suggested some very important explanations. I have been governed, in my corrections, by his advice throughout, which was of a character that can only flow from the most pure and disinterested motives; — his talents, judgment, and erudition, have contributed in a considerable degree, to smooth down the asperities of my unlearned style, and he is preeminently entitled to my warmest thanks.

To my very intimate friend, Mr. Josiah Shippey, Jun. of New-York, I am under many obligations — he has separately perused my whole manuscript, with great care and interest, and has suggested improvements, both in point of diction and grammar; — his highly classical learning, together with his pious adherence to the true principles of sound morality, and his friendly advice, have been of essential utility, and are highly appreciated.

With respect to the extraordinary circumstance mentioned in the Narrative, of the sudden subsiding of the surf when we were about committing ourselves to the open

sea, in our shattered boat, I am aware that it will be the subject of much comment, and, probably, of some raillery. I was advised by a friend, to suppress this fact, lest those who are not disposed to believe in the particular interposition of Divine Providence should make use of it as an argument against the correctness of the other parts of my Narrative. This, probably, would have been good policy in me, as a mere author, for I am pretty sure that previous to this signal mercy, I myself would have entertained a suspicion of the veracity of a writer who should have related what to me would have appeared such an improbable occurrence. Sentiments and feelings, however, of a very different kind from any that mere worldly interest can excite, forbid me to suppress or deny what so clearly appeared to me and my companions at the time, as the immediate and merciful act of the Almighty, listening to our prayers, and granting our petition at the awful moment when dismay, despair, and death, were pressing close upon us with all their accumulated horrors. My heart still glows with holy gratitude for this mercy, and I will never be ashamed or afraid to acknowledge and make known to the world, the infinite goodness of my divine Creator and Preserver. "The waters of the sea had well-nigh covered us: the proud waves had well-nigh gone over our soul. Then cried we unto thee, O Lord, and thou didst deliver us out of our distresses. Thou didst send forth thy commandment; and the windy storm ceased, and was turned into calm."

JAMES RILEY.

CONTENTS.

CHAP. I.

A brief sketch of the Author's Life and Education up to the month of May, 1815

..... (Pages 1 – 4).

(...)

CHAP. III.

Voyage from Gibraltar towards the Cape de Verd Islands, including the shipwreck of
the brig Commerce on the coast of Africa (Pages 5 – 8).

(...)

CHAP. IX.

Two Arabian merchants are persuaded by the author to purchase him and four of his
suffering companions — they kill a camel and prepare to set out for Morocco across the
Desert (Pages 9 – 18).

(...)

NARRATIVE, &c.

CHAPTER I.

A brief sketch of the Author's Life and Education, up to the month of May, 1815.

I WAS born in the town of Middletown, in the state of Connecticut, on the 27th of October, in the year 1777, during the war between England and America, which terminated in 1783, with the acknowledgment by the mother country of the freedom, sovereignty, and independence of the thirteen United States. My father, Asher Riley, who still lives in the same place, was bred to the farming business, and at an early age married my mother, Rebecca Sage, who is also yet living. I was their fourth child. Owing to an attack of that dangerous disorder, the liver complaint, my father was rendered incapable of attending to his usual employment for several years, during which time, his property, very small at first, was entirely expended; but after his recovery, in 1786, he was enabled, by industry and strict economy, to support his increasing family in a decent manner.

It may not be improper here, before I speak of my education, to give a general idea of what was then termed a common education in Connecticut. This state is divided into counties and towns, and the towns into societies; in each of which societies, the inhabitants, by common consent, and at their common expense, erect a school-house in which to educate their children. If the society is too large for only one school, it is again subdivided into districts, and each district erects a school-house for its own accommodation. This is generally done by a tax levied by them, and apportioned according to the property or capacity of each individual. It being for the general good, all cheerfully pay their apportionment. Thus prepared, they hire a teacher to instruct their children in reading and writing, and some of them are taught the fundamental rules of arithmetic. They, for the most part, hire a male teacher for four months in the year, say from October to March, and his compensation (at the time I am speaking of) was from six to ten dollars a month, with his board. In order to obtain his board, he was under the necessity of going to each of his employers' houses in rotation, making his time in each family as equal as possible and in proportion to the number of children therein. In this way all the parents became acquainted with the master or mistress. In the summer one of the best informed girls in the neighborhood was selected to teach the youngest children. To defray the expense arising from this system, a tax was laid, and

every man, whether married or unmarried, with children or without them, was obliged to pay the sum at which he was rated, and in this manner every one contributed for the good of the whole. In each society one or more meeting-houses were established, whose congregations were either Presbyterians or Congregationalists, and a minister (as he is called) regularly ordained and located for a yearly stipend or salary, and generally during life. This was an old and *steady habit*. The minister was considered as the head of the school, as well as of the meeting, and his *like* or *dislike* was equivalent to a law. All the children in each district, whether rich or poor, went to this school: all had an equal right to this kind of country education. To one of these district schools I was sent at the age of four years, where I continued, learning to spell and read, until I was eight years old, when my father's family had increased to seven or eight children, with a fair prospect of more, (it afterwards amounted to thirteen in number.)

Finding it difficult to support us all as he wished, and I having become a stout boy of my age, he placed me with a neighboring farmer to earn my living, by assisting him in his work. From the age of eight to fourteen years I worked on the land with different farmers in our neighborhood, who having received but a very scanty education themselves, conceited, nevertheless, that they were overstocked with learning, as is generally the case with the most ignorant, and in this, their fancied wisdom, concluded that much less than they themselves possessed would answer my purpose, as I was but a poor boy!! Finding therefore that they would lose my labor during school hours, (for they had always taken great care to keep me fully employed in hard drudgery every moment I was out of school, scarcely allowing me the usual hours of refreshment and sleep,) they kept me from school, merely because, as they stated, they could not get along with their work without my help. When my parents remonstrated against such conduct in those who had come under a most solemn agreement to give me a *plenty of schooling*, they were assured that I was a very forward boy; that I could spell and read as well as any of the boys of my age: that I could repeat whole chapters in the Bible by heart, and knew all the Catechism and Creed, viz, the Presbyterian, which then was, and still is considered, all important in that section of the union called New-England: that I could sing psalms in the *separate meetings* full as well as those who had learned to sing by note, "though indeed he cannot write, (said they) because he has no turn for writing." These representations tended in some measure to allay the anxiety of my parents, who wished me above all things to have a good common country education, as they at that time had no prospect of being able to give me anything better. They had taught me, both

by precept and practice, that to be honest, industrious, and prudent; to govern my passions, (which were violent,) to feel for and relieve the distresses of others when in my power; to be mild and affable in my manners, and virtuous in all my actions, was to be happy; and they, generally, had instilled into my youthful mind every good principle.

I had now attained my fifteenth year; was tall, stout, and athletic for my age; and having become tired of hard work on the land, I concluded that the best way to get rid of it was to go to sea and visit foreign countries. My parents endeavored to dissuade me from this project, and wished me to learn some mechanical trade; but finding that I could not fix my mind upon any other business, they, with great reluctance, consented to my choice; and I, accordingly, shipped on board a sloop bound to the West Indies. Having no friend to push me forward, no dependence but on my own good conduct and exertions, and being ambitious to gain some distinction in the profession I had chosen, I contrived to acquire some knowledge in the art of navigation, theoretically as well as practically, and at the age of twenty years had passed through the grades of cabin boy, cook, ordinary seaman, seaman, second mate, and chief mate, on board different vessels. I was now six feet and one inch in height, and proportionally strong and athletic, when finding the sphere I then moved in to be too limited for my views and wishes, (it extending only from Connecticut River or New London to the West Indies, and back again,) I went to New-York, where I was soon appointed to the command of a good vessel, and since that time have continued in similar employment; making voyages in all climates usually visited by American ships; traversing almost every sea, and travelling by land through many of the principal states and empires of the world. For several years I had charge of the cargoes as well as of the vessels I sailed in, and had a fair share of prosperity, until the month of January, 1808, when my ship, the *Two Marys* of New-York, was seized by the French, as I took shelter in Belle Isle, in the bay of Biscay, from some English men of war, being bound for Nantz; and the ship, with her valuable cargo, was confiscated, under the memorable Milan Decree of the 17th December, 1807, founded on the well known Orders in Council, of the 11th November, of the same year. I remained in France until the ship and cargo were condemned, and did not return to my native country and family, till the latter part of the year 1809, with the loss, it is true, of nearly all the property I had before acquired, but wiser than I went out; for I had learned to read, write, and speak both the French and Spanish languages; had travelled pretty much all over France, where I had opportunities of witnessing many important operations in the science of war, calculated to attract my attention to the

principles upon which they were founded, and I, at the same time took lessons in the school of adversity, which tended to prepare and discipline my mind for the future hardships I was destined to undergo. I now strove with all my power to stem the tide of misfortune, which began to set in against me with impetuous force. I had become a husband and the father of four children, who looked up to me for support, and I strained every nerve to retrieve my lost fortune, by trading to sea; but it was of no avail; everything proved adverse, and after an absence of two years to Spain, Portugal, the Brazils, Rio de la Plata, or River of Silver, in South America, the West Indies, New-Orleans, &c. I returned home at the commencement of the late war (1812) penniless. Unarmed commerce on the ocean, my element, was at an end in an honorable way, and I could not obtain a station I wished for in the navy, nor could I obtain the command of a private armed vessel that suited my views, owing to the want of funds; nor would I accept of the command of a vessel and the consignment of a cargo navigated contrary to the laws of war under foreign licenses: this I considered would derogate from the character I always wished to support, that of a true friend to my country, (whether in prosperity or adversity,) and a firm supporter of its laws and institutions, which I had proved by long experience in the ways of the world to be as good (at least) as those of any country under heaven. Though the offers that were made me were great and tempting, so that my acceptance of them could scarcely have failed of producing me a handsome fortune and that in a very short period, yet I remained at home during the whole war, making use of all my faculties to gain a decent subsistence for my family. Soon after the burning of the Capitol and other public and private buildings at the seat of government, by the enemy, in August 1814, when their commanders loudly threatened to destroy every assailable place on the seaboard, I believed the time was near when every arm would be required for the general defense, particularly at the exposed seaport towns; and having enrolled myself in a volunteer company of military exempt artillerists, composed chiefly of masters and mates of vessels and seamen, I had the honor of being chosen their captain. But our services were not needed in the field.

CHAPTER III.

Voyage from Gibraltar towards the Cape de Verd Islands, including the shipwreck of the brig Commerce on the coast of Africa.

WE set sail from the bay of Gibraltar on the 23d of August, 1815, intending to go by way of the Cape de Verd Islands, to complete the lading of the vessel with salt. We passed Cape Spartel on the morning of the 24th, giving it a birth of from ten to twelve leagues, and steered off to the W. S. W. I intended to make the Canary Islands, and pass between Teneriffe and Palma, having a fair wind; but it being very thick and foggy weather, though we got two observations at noon, neither could be much depended upon. On account of the fog, we saw no land, and found, by good meridian altitudes on the twenty-eighth, that we were in the latitude of 27. 30. N. having differed our latitude by the force of current, one hundred and twenty miles; thus passing the Canaries without seeing any of them. I concluded we must have passed through the intended passage without discovering the land on either side, particularly, as it was in the night, which was very dark, and black as pitch; nor could I believe otherwise from having had a fair wind all the way, and having steered one course ever since we took our departure from Cape Spartel. Soon after we got an observation on the 28th, it became as thick as ever, and the darkness seemed (if possible) to increase. Towards evening I got up my reckoning, and examined it all over, to be sure that I had committed no error, and caused the mates to do the same with theirs. Having thus ascertained that I was correct in calculation, I altered our course to S. W. which ought to have carried us nearly on the course I wished to steer, that is, for the easternmost of the Cape de Verds; but finding the weather becoming more foggy towards night, it being so thick that we could scarcely see the end of the jib-boom, I rounded the vessel to, and sounded with one hundred and twenty fathoms of line, but found no bottom, and continued on our course, still reflecting on what should be the cause of our not seeing land, (as I never had passed near the Canaries before without seeing them, even in thick weather or in the night.) I came to a determination to haul off to the N. W. by the wind at 10 P. M. as I should then be by the log only thirty miles north of Cape Bajador. I concluded on this at nine, and thought my fears had never before so much prevailed over my judgment and my reckoning. I ordered the light sails to be handed, and the steering sail booms to be rigged in snug, which was done as fast as it could be by one watch, under the immediate direction of Mr. Savage.

We had just got the men stationed at the braces for hauling off, as the man at helm cried "ten o'clock." Our try-sail boom was on the starboard side, but ready for jibing; the helm was put to port, dreaming of no danger near. I had been on deck all the evening myself; the vessel was running at the rate of nine or ten knots, with a very strong breeze, and high sea, when the main boom was jibed over, and I at that instant heard a roaring; the yards were braced up — all hands were called. I imagined at first it was a squall, and was near ordering the sails to be lowered down; but I then discovered breakers foaming at a most dreadful rate under our lee. Hope for a moment flattered me that we could fetch off still, as there were no breakers in view ahead: the anchors were made ready; but these hopes vanished in an instant, as the vessel was carried by a current and a sea directly towards the breakers, and she struck! We let go the best bower anchor; all sails were taken in as fast as possible: surge after surge came thundering on, and drove her in spite of anchors, partly with her head on shore. She struck with such violence as to start every man from the deck. Knowing there was no possibility of saving her, and that she must very soon bilge and fill with water, I ordered all the provisions we could get at to be brought on deck, in hopes of saving some, and as much water to be drawn from the large casks as possible. We started several quarter casks of wine, and filled them with water. Every man worked as if his life depended upon his present exertions; all were obedient to every order I gave, and seemed perfectly calm; — The vessel was stout and high, as she was only in ballast trim; — The sea combed over her stern and swept her decks; but we managed to get the small boat in on deck, to sling her and keep her from staving. We cut away the bulwark on the larboard side so as to prevent the boats from staving when we should get them out; cleared away the long boat and hung her in tackles, the vessel continuing to strike very heavy, and filling fast. We however, had secured five or six barrels of water, and as many of wine,—three barrels of bread, and three or four of salted provisions. I had as yet been so busily employed, that no pains had been taken to ascertain what distance we were from the land, nor had any of us yet seen it; and in the meantime all the clothing, chests, trunks, &c. were got up, and the books, charts, and sea instruments, were stowed in them, in the hope of their being useful to us in future.

The vessel being now nearly full of water, the surf making a fair breach over her, and fearing she would go to pieces, I prepared a rope, and put it in the small boat, having got a glimpse of the shore, at no great distance, and taking Porter with me, we were lowered down on the larboard or lee side of the vessel, where she broke the violence of the sea, and made it comparatively smooth; we shoved off, but on clearing away from the bow of the vessel, the boat was overwhelmed with a surf, and we were plunged into the foaming surges: we were driven along by the current, aided by what seamen call the undertow, (or recoil of the sea) to the distance of three hundred yards to the westward, covered nearly all the time by the billows, which, following each other in quick succession, scarcely gave us time to catch a breath before we were again literally swallowed by them, till at length we were thrown, together with our boat, upon a sandy beach. After taking breath a little, and ridding our stomachs of the salt water that had forced its way into them, my first care was to turn the water out of the boat, and haul her up out of the reach of the surf. We found the rope that was made fast to her still remaining; this we carried up along the beach, directly to leeward of the wreck, where we fastened it to sticks about the thickness of handspikes, that had drifted on the shore from the vessel, and which we drove into the sand by the help of other pieces of wood. Before leaving the vessel, I had directed that all the chests, trunks, and everything that would float, should be hove overboard: this all hands were busied in doing. The vessel lay about one hundred fathoms from the beach, at high tide. In order to save the crew, a hawser was made fast to the rope we had on shore, one end of which we hauled to us, and made it fast to a number of sticks we had driven into the sand for the purpose. It was then tautened on board the wreck, and made fast. This being done, the long-boat (in order to save the provisions already in her) was lowered down, and two hands steadied her by ropes fastened to the rings in her stem and stern posts over the hawser, so as to slide, keeping her bow to the surf. In this manner they reached the beach, carried on the top of a heavy wave. The boat was stove by the violence of the shock against the beach; but by great exertions we saved the three barrels of bread in her before they were much damaged; and two barrels of salted provisions were also saved. We were now, four of us, on shore, and busied in picking up the clothing and other things which drifted from the vessel, and carrying them up out of the surf. It was by this time daylight, and high water; the vessel careened deep off shore, and I made signs to have the mast cut away, in the hope of easing her, that she might not go to pieces.

They were accordingly cut away, and fell on her starboard side, making a better lee for a boat alongside the wreck, as they projected considerably beyond her bows. The masts and rigging being gone, the sea breaking very high over the wreck, and nothing left to hold on by, the mates and six men still on board, though secured, as well as they could be, on the bowsprit and in the larboard fore-channels, were yet in imminent danger of being washed off by every surge. The long-boat was stove, and it being impossible for the small one to live, my great object was now to save the lives of the crew by means of the hawser. I therefore made signs to them to come, one by one, on the hawser, which had been stretched taut for that purpose. John Hogan ventured first and having pulled off his jacket, took to the hawser, and made for the shore. When he had got clear of the immediate lee of the wreck, every surf buried him, combing many feet above his head; but he still held fast to the rope with a death-like grasp, and as soon as the surf was passed, proceeded on towards the shore, until another surf, more powerful than the former, unclenched his hands, and threw him within our reach; when we laid hold of him and dragged him to the beach; we then rolled him on the sand, until he discharged the salt water from his stomach, and revived. I kept in the water up to my chin, steadying myself by the hawser, while the surf passed over me, to catch the others as they approached, and thus, with the assistance of those already on shore, was enabled to save all the rest from a watery grave.

CHAPTER IX.

Two Arabian merchants are persuaded by the author to purchase him and four of his suffering companions — they kill a camel, and prepare to set out for Morocco across the Desert.

ALL the men had gone out hunting on their camels, carrying their arms with them; that is to say, seeking for plunder as I concluded. My old and young mistresses went to see the strangers; they had no water to carry, as is customary, but took with them a large skin, with a roll of tent cloth to make them a shelter; the strangers rose as the women drew near, and saluted them by the words, "*Labez, Labez-Salem; Labez-Alikom*;" peace, peace be with you, &c. and the women returned these salutations in similar words. They next ran to our tent, and took a couple of sticks, with the help of which and the skin and tent cloth, they soon made an awning for the strangers. This done, they took the bundles which were on the camels, and placed them in this tent, with the saddles and all the other things the strangers had brought. The two strangers had a couple of skins that contained water, which the women hung up on a frame they carried from our tent.

During the whole time the women were thus employed, the strangers remained seated on the ground beside their guns, for they had each a double barreled musket, and so bright, that they glittered in the sun like silver. The women having finished their attentions, seated themselves near the strangers, and made inquiries, as near as I could comprehend, by saying, "where did you come from? what goods have you got? how long have you been on your journey?" &c. Having satisfied their curiosity on these points, they next came to me, and the old woman (in whom as yet I had not discovered one spark of pity) told me that Sidi Hamet had come with blankets and blue cloth to sell; that he came from the Sultan's dominions, and that he could buy me and carry me there, if he chose, where I might find my friends, and kiss my wife and children.

Before my master returned I went to the tent of Sidi Hamet, with a wooden bowl, and begged for some water; showing my mouth which was extremely parched and stiff, so much so, that I could with difficulty speak. He looked at me, and asked if I was *el Rais* (the captain). I nodded assent; he told his brother, who was with him, to give me some water, but this his benevolent brother would not condescend to do; so taking the bowl himself, he poured into it near a quart of clear water, saying, "*Sherub Rais*" — that is, drink, captain, or chief. I drank about half of it, and after thanking him

and imploring the blessing of Heaven upon him for his humanity, I was going to take the rest of it to our tent, where Clark lay stretched out on his back, a perfect wreck of almost naked bones; his belly and back nearly collapsed, and breathing like a person in the last agonies of death: but Sidi Hamet would not permit me to carry the water away, bidding me drink it myself. I pointed out to him my distressed companion; this excited his pity, and he suffered me to give Clark the remainder.

The water was perfectly fresh, and revived him exceedingly; it was a cordial to his desponding soul, being the first fresh water either of us had tasted since we left the boat: his eyes that were sunk deep in their sockets, brightened up — "this is good water (said he) and must have come from a better country than this; if we were once there, (added he) and I could get one good drink of such water, I could die with pleasure, but now I cannot live another day." Our masters soon returned, and began, with others of the tribe, who had received the news of the arrival of strangers, to form circles and chat with them and each other; this continued till night, and I presume there were at least two hundred men present. After dark they began to separate, and by 10 o'clock at night none remained but my old master's family, and three or four of their relations, at our tent. On this occasion we were turned out into the open air, and were obliged to pass the night without any shelter or covering. It was a long and tedious night; but at the time of milking the camels, our old master coming to us, as if afraid of losing his property by our death, and anxious we should live, dealt out about a pint of milk to each; this milk tasted better than any I had yet drank; it was a sweet and seasonable relief, and saved poor Clark from dissolution.

This was the first nourishment of any kind our master had given us in three days, and I concluded from this circumstance that he had hopes of selling us to the strangers. The next morning Sidi Hamet came towards the tent, and beckoned me to come there; he was at a considerable distance, and I made the best of my way to him; here he bade me sit down on the ground. I had by this time learned many words in their language, which is ancient Arabic, and could understand the general current of their conversation, by paying strict attention to it.

He now began to question me about my country, and the manner in which I had come here — I made him understand that I was an Englishman, and that my vessel and crew were of the same nation — I found he had heard of that country, and I stated as well as I could the manner of my shipwreck — told him we were reduced to the lowest depth of misery: that I had a wife and five children in my own country, besides Horace,

whom I called my eldest son, mingling with my story sighs and tears, and all the signs of affection and despair which these recollections and my present situation naturally called forth.

I found him to be a very intelligent and feeling man — for although he knew no language but the Arabic, he comprehended so well what I wished to communicate, that he actually shed tears at the recital of my distresses, notwithstanding that, among the Arabs, weeping is regarded as a womanish weakness. He seemed to be ashamed of his own want of fortitude, and said that men who had beards like him ought not to shed tears; and he retired, wiping his eyes.

Finding I had awakened his sympathy, I thought if I could rouse his interest by large offers of money, he might buy me and my companions, and carry us up from the desert — so accordingly the first time I saw him alone, I went to him, and begged him to buy me, and carry me to the Sultan of Morocco or Marocksh, where I could find a friend to redeem me. He said no, but he would carry me to Swearah, describing it as a walled town and seaport. I told him I had seen the Sultan, and that he was a friend to my nation. He then asked me many other questions about Mohammed Rassool — I bowed and pointed to the east, then towards heaven, as if I thought he had ascended there: this seemed to please him, and he asked me how much money I would give him to carry me up; upon which I counted over fifty pieces of stones, signifying I would give as many dollars for myself and each of my men. "I will not buy the others," said he, "but how much more than fifty dollars will you give me for yourself, if I buy you and carry you to your friends" I told him one hundred dollars. "Have you any money in *Swearah*," asked he by signs and words, "or do you mean to make me wait till you get it from your country?" I replied that my friend in Swearah would give him the money as soon as he brought me there. "You are deceiving me," said he. I made the most solemn protestations of my sincerity: — "I will buy *you* then," said he, "but remember, if you deceive me, I will cut your throat," (making a motion to that effect.) This I assented to, and begged of him to buy my son Horace also, but he would not hear a word about any of my companions, as it would be impossible, he said, to get them up off the desert, which was a great distance. "Say nothing about it to your old master," signified him to me, "nor to my brother, or any of the others." He then left me, and I went out to seek for snails to relieve my hunger. I saw Mr. Savage and Hogan, and brought them with Clark near Sidi Hamet's tent, where we sat down on the ground. He came out to see us, miserable objects as we were, and seemed very much shocked at the sight. I told my

companions I had great hopes we should be bought by this man and carried up to the cultivated country — but they expressed great fears that they would be left behind. Sidi Hamet asked me many questions about my men — wished to know if any of them had died, and if they had wives and children. I tried all I could to interest him in their behalf, as well as my own, and mentioned to him my son, whom he had not yet seen. I found my companions had been very much stinted in milk as well as myself, and that they had no water, — they had found a few snails, which kept them alive; but even these now failed.

The 24th, we journeyed on towards the N. W. all day — the whole tribe, or nearly so, in company, and the strangers also kept in company with us. When my mistress pitched her tent near night, she made up one for Sidi Hamet also. I begged of him on my knees every time I had an opportunity, for him to buy me and my companions, and on the 25th I had the happiness to see him pay my old master for me: he gave him two blankets or coarse haicks, one blue cotton covering, and a bundle of ostrich feathers, with which the old man seemed much pleased, as he had now three suits of clothing. They were a long time in making the bargain.

This day Horace came with his master to fetch something to our tent; at his approach, I went to meet him, and embraced him with tears. Sidi Hamet was then fully convinced that he was my son. I had found a few snails this morning, and divided them between Mr. Savage and Horace before Sidi Hamet, who signified to me in the afternoon that he intended to set out with me in two days for Swearah; that he had tried to buy my son, but could not succeed, for his master would not sell him at any price: then said I, "let me stay in his place; I will be a faithful slave to his master as long as I live — carry *him* up to Swearah; my friend will pay you for him, and send him home to his mother, whom I cannot see unless I bring her son with me." "You shall have your son, by Allah," said Sidi Hamet. The whole tribe was gathered in council, and I supposed relative to this business. In the course of the afternoon they debated the matter over, and seemed to turn it every way; — they fought besides three or four battles with fists and scimitars, in their warm and loud discussions in settling individual disputes; but in the evening I was told that Horace was bought, as the tribe in council had forced his master to sell him, though at a great price. I now redoubled my entreaties with my new master to buy Mr. Savage and Clark, telling him that I would give him a large sum of money if he got us up safe; but he told me he should be obliged to carry us through bands of robbers, who would kill him for our sakes, and that his company was not

strong enough to resist them by force of arms — I fell down on my knees, and implored him to buy Mr. Savage and Clark at any rate, thinking if he should buy them, he might be induced to purchase the remaining part of the crew.

My mind had been so busily employed in schemes of redemption, as almost to forget my sufferings since Sidi Hamet had bought me. He had given me two or three drinks of water, and had begged milk for me of my former master. On the morning of the 26th, I renewed my entreaties for him to purchase Mr. Savage, Clark, and Hogan — the others I had not seen since the second or third day after we were in the hands of the Arabs. I did not know where they were, and consequently could not designate them to my master Hamet, though I told him all their names. Mr. Savage and Hogan looked much more healthy and likely to live than Clark, and Sidi Hamet insisted that it was impossible that Clark could live more than three days, and that if he bought him, he should lose his money. I told him no, he should not lose his money, for whether he lived or died, I would pay him the same amount.

Clark was afflicted with the scalded head, rendered a raw sore in consequence of his sufferings, and his hair which was very long was, of course, in a very filthy condition; this attracted the attention of Sidi Hamet and his brother, the latter of whom was a very surly and cross-looking fellow. They pushed the hair open with their sticks, and demanded to know what was the occasion of that filthy appearance. Clark assured them, that it was in consequence of his exposure to the sun, and as that was the reason I had assigned for the horrible sores and blisters that covered our scorched bodies and half-roasted flesh: they said, it might possibly be so, but asked why the heads of the rest of us were not in the same state. They next found fault with my shins, which had been a long time very sore, and they examined every bone to see if all was right in its place, with the same cautious circumspection that a jockey would use, who was about buying a horse; while we, poor trembling wretches, strove with all possible care and anxiety to hide every fault and infirmity in us, occasioned by our dreadful calamities and cruel sufferings.

Sidi Hamet informed me this day, that he had bought Mr. Savage and Clark, and had bargained for Hogan, and that he was going to kill a camel that night for provisions on our journey. Our water had been expended for two days, and all the families around us were also destitute. I did not get more than a gill of milk in twenty-four hours, and a small handful of snails — these served in a little degree to support nature, and I waited with the greatest impatience for the killing of the camel which had been promised,

hoping to have a meal of meat once more before I died. Clark and I had been busy all the afternoon in gathering dry sticks to make a fire, and a little after midnight my master came to me and showed me where to carry the wood we had collected; it was in a little gulley that it might not be seen by our neighbors, whilst our former master and two present ones were leading a camel up to the same place. This camel, on its arrival, they made lie down in the usual manner: it was a very old one, and so poor, that he had not been able to keep pace with the drove during the journey, and Sidi Hamet told me he had bought him for one blanket.

The camel being down, they put a rope round his under jaw, with a noose in it; then hauling his head round on the left side, made the rope fast to his tail, close up to his body; his neck was so long, that the under jaw reached within six inches of the tail: they then brought a copper kettle that would contain probably three gallons. Thus prepared, Sidi Hamet cut open a vein on the right side of the camel's neck, close to his breast; the blood streamed out into the kettle, and soon filled it half full; this they set over the fire and boiled, stirring it all the time with a stick until it became thick, and of the consistence of a beef's liver; then taking it off the fire, they passed it to me, saying, "coole, Riley," (eat, Riley.) I did not wait for a second bidding, but fell to, together with Clark: our appetites were voracious, and we soon filled our stomachs with this, to us, delicious food.

Notwithstanding the lateness of the hour, and the privacy observed in killing this meagre camel, many of our hungry neighbors had found it out, and came to assist in the dressing and eating of the animal. They insisted on having some of the blood, and would snatch out a handful in spite of all our masters could do to hinder them; they were then very officious in assisting to take off the hide, which was soon done, and the entrails were rolled out; they next proceeded to put all the small entrails into the kettle, without cleaning them of their contents, together with what remained of the liver and lights; but they had no water to boil them in. Then one of them went to the camel's paunch, which was very large, and cutting a slit in the top of it, dipped out some of the filthy water in a bowl: this they poured into the kettle, and set it a boiling, stirring it round, and now and then taking out a piece, and biting off an end to ascertain whether it was cooked enough. During this time, half a dozen hungry wretches were at work on the camel, which they would not leave under pretence of friendship for our masters, for they would not suffer strangers to work, when in their company, and it being dark, they managed to steal and convey away, before morning, more than one-half of the camel's

bones and meat, with half his skin. Our masters were as hungry as any of the Arabs, yet though they had bought the camel, they could scarcely get a bite of the intestines without fighting for it; for what title or argument can prevail against the ravenous appetite of a half-starved man? Though our masters saw the natives in the very act of stealing and carrying off their meat, they could not prevent them, fearing worse consequences than losing it; it being a standing maxim among the Arabs to feed the hungry if in their power, and give them drink, even if the owner of the provisions be obliged to rob himself and his own family to do it.

Notwithstanding the boiled blood we had eaten was perfectly fresh, yet our thirst seemed to increase in consequence of it. As soon as daylight appeared, a boy of from fourteen to sixteen years old came running up to the camel's paunch, and thrusting his head into it up to his shoulders, began to drink of its contents; my master observing him, and seeing that my mouth was very dry, made signs for me to go and pull the boy away, and drink myself; this I soon did, putting my head in like manner into the paunch; the liquid was very thick, but though its taste was exceedingly strong, yet it was not salt, and allayed my thirst: Clark next took a drink of the same fluid.

This morning we were busied in cutting off the little flesh that remained on the bones of our camel, spreading it out to dry, and roasting the bones on the fire for our masters, who cracking them between two stones, then sucked out the marrow and juices. Near noon, Horace was brought where I was; he was very hungry and thirsty, and said he had not eaten anything of consequence for the last three days. Our common master said to me, "this is your son Rais," and seemed extremely glad that he had been able to purchase him, giving him some of the entrails and meat he had boiled and saved for the purpose. I in my turn gave him some of our thick camel's water, which he found to be delicious; so true it is, that hunger and thirst give a zest to everything. Burns was brought up soon after, and my master asked me if he was one of my men; I told him he was: "his master wants to sell him," said Sidi Hamet, "but he is old and good for nothing," added he; "but I can buy him for this blanket," showing me a very poor old one — I said, "buy him, he is my countryman, I will repay you as much for him as for the others:" — so he went out, and bought him from his master, and then gave him something to eat. Poor Burns was much rejoiced to find there was a prospect of recovering his liberty, or at least of getting where he might procure something to eat and drink. During this day, the natives flocked round in great numbers, men, women, and

children, and what with begging and stealing reduced our stock of meat to less than fifteen pounds before night.

Sidi Hamet now told me that he had bought Hogan: this was in the afternoon, and he came to us. I congratulated him on our favorable prospects, and our master gave him something to eat; but his former master, Hamet, now demanded one blanket more for him than had been agreed on, as he was a stout fellow: my master would not be imposed upon, nor had he indeed a blanket left. I begged very hard for poor Hogan, but it was to no purpose, and his old master drove him off, laying on his back with a stick most unmercifully. Hamet's eyes seemed fairly to flash fire as he went from us. Hogan's hopes had been raised to a high pitch — they were now blasted, and he driven back like a criminal before his brutal owner, to his former miserable abode. He had informed me that he had never as yet, since our captivity, known what it was to sleep under the cover of a tent; that his allowance of milk had been so scant, that he did not doubt but he must have died with hunger in a day or two — he was extremely wasted and sore on every side. My heart bled for him when I saw the blows fall on his emaciated and mangled frame, but I could not assist him, and all I could do was to turn round and hide my face, so as not to witness his further tortures.

This day was employed in preparing for our departure — our masters made me a pair of sandals with two thickness of the camel's skin; they also made Horace a pair in the same manner; but Clark and Burns were fitted with single ones; they had in the morning given me a small knife, which I hung to my neck in a case: this they meant as a mark of confidence; and they also gave me charge of their stuff, the camels, and the slaves. I soon perceived, however, that although I had this kind of command, yet I was obliged to do all the work. My men were so far exhausted, that even the hope of soon obtaining their liberty, could scarcely animate them to the least exertion.

In the evening Sidi Hamet told me, *Aaron*, (Mr. Savage) would be with us by and by: — that we should start in the morning for *Swearah*, and that he hoped, through the blessing of God, I should once more embrace my family; he then told me how much he had paid for each one of us — that he had expended all his property, and that if I had not told him the truth he was a ruined man — that his brother was a bad man, and had done all he could to prevent his buying us, but that he had at last consented to it, and taken a share.

He next made me repeat, before his brother, my promises to him when we should arrive at *Swearah*, and my agreement to have my throat cut if my words did not

prove true. Late in the evening Mr. Savage joined us — he knew before that I was going to set out, and thought he should be left behind — he was very thankful to be undeceived in this particular, and to get, at the same time something to eat, for Sidi Hamet had saved some of the camel's intestines, which he immediately gave him.

After having satisfied his hunger in some measure, he began to express his doubts as to where we were going; declaring, that he did not believe a word these wretches said: — he could not understand them, and said he did not believe I could; and suggested a hundred doubts and difficulties on the subject that his ill-boding imagination supplied him with: he did not like the price I had agreed to give for our liberty, — it was too much, and I should find no body willing to advance it for me, as I was poor.

We had started what water remained in the paunch of the camel, thick as it was, into a goat skin, straining it through our fingers to keep out the thickest of the filth. The night of the 27th, as near as we could keep count by marking the day of the month on our legs with a thorn, we passed in the open air, five of us together.

At daylight on the morning of the 28th, we were called up and made to load our camels. I had strong hopes we were going to ride, but it now appeared not to be the case. All the Arabs in the valley set out in the morning with their camels, to drive them to water — they had not been watered since the 10th, having gone without any for eighteen days. They were now at least two day's journey from the well, where we had first been seized, towards which they now steered in a N. W. direction. I mention this circumstance, to show the time these wonderful animals can live without drink, and supply their masters with milk, even when nearly destitute of vegetable substances; and with water from their paunches after death.

Soon after sunrise, our masters bade us drive the camels up the bank; at this moment Archibald Robins came with his master to see us, and I supposed his master had brought him with a view of selling him. I had not before seen him for fourteen days, and he had only arrived soon enough to witness our departure — I now on my knees begged, as I had done before of Sidi Hamet, to purchase him; but he said he could not, and so hurried us on.

I told Robbins what my present hopes were, and that if I should succeed in getting clear, I would use my utmost endeavors to procure his and the rest of the crew's redemption. I begged him to continue as long as he could with his present master, who, for an Arab, appeared to be a very good man; and to encourage Mr. Williams and all the

others to bear up with fortitude, and support life as long as it was possible, in the hope, that through my help or some other means, they might obtain their redemption in a short time; and having taken my leave of him in the most affectionate manner, (in which my companions followed the example) we set out on our journey, but with heavy hearts occasioned by the bitter regret we felt at leaving our fellow sufferers behind, although I had done all in my power to make them partakers of our better fortune.